



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

INSTITUTO DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA



Rua Barão de Geremoabo, nº 147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71)3263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br

VIVIANE GOMES DE DEUS

VOCÊ OU TU?

**NORDESTE *versus* SUL: O TRATAMENTO DO INTERLOCUTOR NO
PORTUGUÊS DO BRASIL A PARTIR DE DADOS
DO PROJETO ALiB**

Salvador
2009

VIVIANE GOMES DE DEUS

VOCÊ OU TU?

**NORDESTE *versus* SUL: O TRATAMENTO DO INTERLOCUTOR NO
PORTUGUÊS DO BRASIL A PARTIR DE DADOS
DO PROJETO ALiB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Suzana Alice M. da S. Cardoso

Salvador
2009

Sistema de Bibliotecas – UFBA

Deus, Viviane Gomes de.

Você ou tu? Nordeste versus Sul : o tratamento do interlocutor no português do Brasil a partir de dados do Projeto ALiB / Viviane Gomes de Deus . - 2009.
166 f. : il.

Orientadora: Profª Drª Suzana Alice M. da S. Cardoso.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2009.

1. Língua portuguesa - Português falado - Brasil. 2. Língua portuguesa - Variação.
3. Língua portuguesa - Pronomes. 4. Sociolinguística. 5. Dialetoлогия. I. Cardoso, Suzana Alice M. da S. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 469
CDU - 811.134.3

VIVIANE GOMES DE DEUS

VOCÊ OU TU?

NORDESTE *versus* SUL: O tratamento do interlocutor no português do Brasil a partir de dados do Projeto ALiB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Suzana Alice Marcelino Cardoso – UFBA (Orientadora)

Profa. Dra. Jacyra Andrade Mota – UFBA

Profa. Dra. Norma da Silva Lopes – UNEB

Salvador, outubro de 2009

Às *mulheres* da minha família, sobretudo às minhas avós pelo exemplo de força e coragem... A todas vocês, *Rosa(s)* que me alegram, tendo em mim deixado a mais pura essência do seu perfume, ensinando-me que a beleza da vida é saber conviver com os espinhos, seus e de outrem, legado imaterial, inestimável....

A vocês, minha fonte de inspiração para a conclusão de mais esta etapa da vida, dedico todo o meu labor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, acima de tudo e todos, pela oportunidade de chegar até aqui. D'Ele, por Ele e para Ele são todas as coisas; Ele é o *alfa* e o *ômega*, princípio e fim, a Ti, Senhor, não tenho palavras para agradecer!

Ainda sem palavras, agradeço aos meus pais por terem me gerado e me permitido vir a este mundo. Obrigada por tudo... amo vocês eternamente!

As minhas queridas avós (Bené e Ruth), agradeço o apoio de sempre, as lições de vida, a educação, as orações, orientação espiritual e tudo de melhor que sei e sou. Muito obrigada!

À minha metade, meu anjo, meu companheiro na alegria e na tristeza, agradeço-lhe a paciência e a compreensão de sempre... são provas de amor... Amo-te “de montão”!

Às tias de sangue Ruthinha, Liu, Dinda e Luzimar, a Nena (por ter ajudado a criar duas gerações e por cuidar de todos com tanto carinho) e à tia Gau (tia do coração), todas um pouco mãe, agradeço-lhes pelo cuidado, apoio e orientação sempre que solicitadas.

Aos meus irmãos (Ricardo e Rodrigo) agradeço pela união que sempre tivemos, independente das circunstâncias, e também por suportarem a minha “mania de estudar” e sempre cobrar deles que fizessem o mesmo, mas... Que sejam felizes em suas escolhas, amo vocês demais!

Ao meu sobrinho lindo, Rafael, e às gêmeas mais lindas do mundo, Tatai e Lili, por me proporcionarem momentos de muita felicidade. Perto ou longe, vocês são bênçãos de Deus!

Às minhas primas-irmãs (Mariene, Camila, Carol e Geysa), agradeço o exemplo de força e de perseverança em prol de suas conquistas... mesmo distantes vocês me motivaram.

Aos tios, em especial ao meu padrinho Lula, e aos meus primos, obrigada pelo carinho e apoio a mim dispensados em atitudes ou palavras.

A minha sogra, uma pessoa abençoada, obrigada por tudo, principalmente por suas orações!

A minha irmã de fé e amiga de longas datas, Eliane Fiaconne, pelo exemplo de força e superação ao concluir o seu mestrado em Biologia, apesar dos imprevistos, pelo ombro amigo e incentivo nos momentos em que pensei não ser capaz, ou não ter mais forças.

Aos amigos mais chegados que irmãos, meus padrinhos de casamento, Catarina e Manuel, Renata e Jeremias, pelo carinho de sempre e pela compreensão da minha ausência nesses dois últimos anos. Vocês fazem parte da minha história!

Aos amigos e irmãos, de fé e do coração, agradeço a lembrança e preocupação, as demonstrações de carinho e amizade que me serviram de conforto e incentivo nos momentos difíceis em que o desânimo tentou paralisar-me.

Às colegas que se tornaram amigas nessa caminhada, Gilce (Gil), Telma (Telminha), Lanuza (Lanu), Vivian (Vi) e Elisangela (Lila), sem vocês não sei como seria. Agora, fazem parte da minha história, esta, certamente, com um final feliz, como a “inenarrável” viagem ao Piauí.

Em especial, agradeço à amiga Gil, sem a sua ajuda este trabalho seria, praticamente, impossível. Obrigada, amiga, pela aconchegante acolhida e pela paciência para comigo no “minicurso intensivo” de VARBRUL.

Agradeço também a solicitude e presteza do meu querido colega (graduação e mestrado) Bruno Pereira, a quem coube a tarefa de escrever o meu *Abstract*.

À professora exemplar e ‘orientadora-mãe’, Suzana Cardoso, agradeço as sugestões muito oportunas, as intervenções indispensáveis, os “puxões de orelha” necessários (sempre *sarolhados* de muita compreensão e paciência), enfim, agradeço-lhe por acreditar em mim.

A minha querida co-orientadora (extra-oficial), profa. Jacyra Mota, sou-lhe grata pelas contribuições fundamentais e enriquecedoras, além do apoio e incentivo de sempre.

Às ‘meninas’ e aos ‘meninos’ do ALiB e VERTENTES, os de ontem e os de hoje, todos aqueles que contribuíram, em algum momento, para a concretização deste sonho. Em especial, agradeço a Nara (ex-alibiana), que me deu a notícia da aprovação na seleção do

mestrado, por todas as formas de apoio, como “apoio técnico” e moral/emocional, a mim prestadas (risos). Obrigada a todos!

Chegando ao final dos agradecimentos, volto ao início de tudo, a fim de revelar os verdadeiros responsáveis por eu conseguir escrever de um simples bilhete a esta dissertação. Venho, então, expressar a minha gratidão a todos os professores que contribuíram para eu chegar até aqui: à “pró Marli”, agradeço por ter me iniciado no mundo da leitura e da escrita (excelente alfabetizadora, ainda em exercício); sou grata também a Ivan Espinheira Filho, carinhosamente “Ivanzinho”, pela lição de fazer uma então aluna de ensino médio se apaixonar pelas ‘letras’ e, sobretudo, pela literatura; já na Universidade, iniciei minha trajetória de linguista como bolsista orientada e co-orientada, respectivamente, por Suzana Cardoso e Jacyra Mota, além de ter sido aluna das mesmas; tive ainda o privilégio de ser aluna de duas excelentes professoras, Emília Helena (graduação) e Therezinha Barreto (pós), exemplos de profissionais e de pessoas. Verdadeiros mestres... levá-los-ei comigo pra sempre!

Por fim, deixo aqui registrado os meus sinceros agradecimentos a todos, se porventura me esqueci de alguém, que de maneira direta ou indireta contribuíram para a feitura deste trabalho em alguma etapa, da mais preliminar à sua finalização.

A todos, muito obrigada!

Rosa (s)
(Pixinguinha / Otávio de Souza)

Tu és divina e graciosa, estátua majestosa
Do amor, por Deus esculpura
E formada com ardor
Da alma da mais linda flor de mais ativo olor
Que na vida é preferida pelo beija-flor
Se Deus me fora tão clemente aqui neste ambiente
De luz, formada numa tela deslumbrante e bela
Teu coração, junto ao meu lanceado
Pregado e crucificado sobre a rósea cruz do arfante peito *teu*

Tu és a forma ideal, estátua magistral
Oh alma perenal do meu primeiro amor, sublime amor
Tu és de Deus a soberana flor
Tu és de Deus a criação
Que em todo coração **sepultas** um amor
O riso, a fé, a dor em sândalos olentes cheios de sabor
Em vozes tão dolentes como um sonho em flor
És láctea estrela, **és** mãe da realeza
És tudo enfim que tem de belo
Em todo resplendor da santa natureza

(...)

RESUMO

O estudo aqui apresentado enfoca o uso de pronomes específicos para a referência ao interlocutor no Português do Brasil (PB), considerando-se contextos lingüísticos e sociais que costumam favorecer uma das variantes. Estas formas pronominais usadas na interlocução podem denotar maior ou menor grau de intimidade, além de servirem como estratégia de indeterminação (MENON, 2006a), ou seja, uma referência [- específica], ou propriamente genérica. Sendo o uso diversificado dos pronomes de 2ª pessoa um dos aspectos comuns às línguas românicas, o PB diferencia-se das demais por não apresentar um limite definido entre a formalidade e a não-formalidade, ou entre relações de maior ou menor intimidade, no emprego dessas formas de interlocução. Os falantes do francês e espanhol, por exemplo, distinguem, por sua vez, de maneira mais clara e socialmente marcada, os usos ‘informal *versus* formal’ e/ou ‘íntimo *versus* não-íntimo’, das formas pronominais de segunda pessoa. Diante dessa problemática, este trabalho visa apresentar uma possível descrição das formas interlocutórias observadas no vernáculo brasileiro, sobretudo do uso dos pronomes *tu* e *você*, no Sul e no Nordeste do país, no que diz respeito à fala das capitais constituintes da amostra. Pretende-se, com isso, contribuir para o conhecimento da realidade lingüística do Brasil, objetivo precípua do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil – Projeto ALiB –, ao qual se vinculada esta pesquisa. Para tanto, baseou-se nos pressupostos da Teoria Variacionista (LABOV, 2008 [1983]), segundo a qual a variação lingüística pode ser sistematizada, partindo do princípio da heterogeneidade ordenada. Abordagens a respeito da variável em análise, realizadas sob essa mesma perspectiva teórico-metodológica, em capitais e/ou suas cercanias (LOREGIAN, 1996, 2004; MODESTO, 2006), apontam para a alternância de *tu/você*, de maneira indiscriminada, em algumas circunstâncias/áreas, enquanto em outras predomina uma das variantes. A diversidade de usos das formas de interlocução no PB não corresponde, pelo que se observa, à descrição tradicional, o que tem suscitado questionamentos sobre as definições e sistematizações já postuladas. Contando-se, pois, com o suporte estatístico do pacote de programas do VARBRUL (PINTZUK, 1988), procedeu-se a análise quantitativa dos dados seguida da interpretação qualitativa dos percentuais e pesos obtidos. Desse modo, foram analisados 48 inquéritos, sendo 4 de cada sexo, igualmente distribuídos por 2 faixas etárias e 2 níveis de escolaridade, em cada uma das 6 capitais constituintes do *corpus*, a saber: as três do Sul – Santa Catarina, Florianópolis e Porto Alegre –, e três do Nordeste – Teresina, Recife e Salvador. Diante das ocorrências documentadas, confirmou-se a hipótese de que o fator geográfico interfere mais no uso das formas de tratamento do que os fatores sociais. Por fim, identificados usos distintos das formas pronominais, nas regiões Nordeste e Sul do Brasil, espera-se ter contribuído para o conhecimento da diversidade que constitui o multiforme cenário lingüístico-social do país, visando à formulação de políticas de ensino-aprendizagem da língua materna.

Palavras-chave: Português brasileiro. Variação lingüística. Pronomes de segunda pessoa. Sociolingüística. Dialectologia.

ABSTRACT

The study presented here focuses the use of speaker-referent pronouns in Brazilian Portuguese (BP), taking into account social and linguistic contexts that commonly favor one of the variants. These pronominal forms, used in speech, can denote greater or lesser degree of closeness, also serving as a strategy of indeterminacy (MENON, 2006) - that is, a (specific) reference or properly generic. The diversity of use of second person pronouns is a common trait among romanic languages. However, BP is set apart from the others for not displaying a well defined limit between formality and non-formality, or between relations of greater or lesser closeness in the use of these forms of speech. For example, speakers of French and Spanish distinguish, in a manner that is clear and marked socially, 'informal *versus* formal' and/or 'closer *versus* distant' uses of second person pronominal forms. In face of this issue, this work aims to present a possible distinction of speech forms perceived in the Brazilian vernacular - particularly on the use of the pronouns *tu* and *você* in the Southern and in the Northeastern regions of the country, on regard to the speech adopted by the natives of the capital cities that compose the sample. This work is intended to offer an contribution to the knowledge of the linguistic reality of Brazil, also the main goal of the Linguistic Atlas of Brazil Project (in Portuguese, Projeto Atlas Lingüístico do Brasil) – Projeto ALiB, to which this research is linked. To accomplish that, it is based on the assumptions of the Variation Theory (LABOV, 2008 [1983]), according to which linguistic variation can be systematized, on the grounds of ordained heterogeneity. Approaches in regard to the variable being analyzed, made under the same theoretical-methodological perspective in capital cities and/or their outskirts (LOREGIAN, 1996, 2004; MODESTO, 2006), point towards a shift between *tu/você* in an indiscriminate manner in some circumstances/areas - while in others one of the variants stands out. The diversity of uses in the speech forms in BP does not fit in traditional description, an observation that has raised questions over the definitions and systematizations already postulated. From then on, the quantitative analysis of the data has taken place – followed by the qualitative interpretation of percentages and weight function, with the technical support of the program package of VARBRUL (PINTZUK, 1988). In this manner, 48 inquiries were analyzed, 4 of each gender distributed by 2 age groups and 2 education levels, in each of the 6 capital cities that compose the *corpus*: three Southern (Santa Catarina, Florianópolis and Porto Alegre) and three Northeastern cities (Teresina, Recife and Salvador). Taking into account the evidence documented by the research, the hypothesis that the geographic factor intervenes more in the use of treatment forms than social factors. In the end, having identified distinct uses of pronominal forms in the Northeastern and Southern regions of Brazil, it is believed that a contribution to the knowledge of the diversity that composes the multi-shaped sociolinguistic scenario of the country. In a larger context, this contribution is aimed at a formulation of teaching and learning policies for the mother language.

Key words: Brazilian Portuguese. Linguistic variation. Second person pronouns. Sociolinguistics. Dialectology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01 – Mapa da Região Nordeste	30
Figura 02 – Mapa da Região Sul	37

GRÁFICOS

Gráfico 01 – Distribuição geral da população por cor/raça e região	36
Gráfico 02 – Uso geral das formas de tratamento em Curitiba – Abreu e Mercier (1988)	67
Gráfico 03 – Distribuição geral das variantes na amostra	123
Gráfico 04 – Distribuição geral das variantes em função da localidade	124
Gráfico 05 – Uso do <i>você</i> no Nordeste segundo a variável <i>faixa etária</i>	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 –	Abordagem tradicional dos pronomes (subjativos, oblíquos e possessivos) de 2ª pessoa	55
Quadro 02 –	Distribuição dos pronomes pessoais de acordo com a GT	58
Quadro 03 –	Estudos sobre a referência à 2ª pessoa em <i>corpora</i> orais, distribuídos por região	64
Quadro 04 –	Distribuição dos informantes por célula	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 –	População total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as grandes Regiões – 2006	33
Tabela 02 –	Frequência das <i>formas nominais de referência</i> no português arcaico – século XV	49
Tabela 03 –	Formas de se dirigir ao interlocutor em Curitiba e Florianópolis	68
Tabela 04 –	<i>TU / VOCÊ</i> : Distribuição diatópica	71
Tabela 05 –	Distribuição geral das formas subjetivas de segunda pessoa por localidade	125
Tabela 06 –	Uso do <i>you</i> no Nordeste/Sul segundo a variável <i>paralelismo discursivo</i>	132
Tabela 07 –	Uso do <i>you</i> no Sul segundo a variável <i>paralelismo discursivo</i>	133
Tabela 08 –	Uso do <i>you</i> no Nordeste segundo a variável <i>paralelismo discursivo</i>	134
Tabela 09 –	Uso do <i>you</i> no Nordeste/Sul segundo a variável <i>relação entre os interlocutores</i>	135
Tabela 10 –	Uso do <i>you</i> no Sul segundo a variável <i>relação entre os interlocutores</i>	136
Tabela 11 –	Uso do <i>you</i> no Nordeste segundo a variável <i>relação entre os interlocutores</i>	137
Tabela 12 –	Uso do <i>you</i> segundo a variável <i>localidade</i> e a <i>relação entre interlocutores</i> : Nordeste vs Sul	137
Tabela 13 –	Uso do <i>you</i> no Nordeste/Sul segundo o <i>tipo de referência</i>	139
Tabela 14 –	Uso do <i>you</i> segundo o <i>tipo de referência</i> no Sul	139
Tabela 15 –	Uso do <i>you</i> segundo o <i>tipo de enunciado</i> no Nordeste/Sul	140
Tabela 16 –	Uso do <i>you</i> segundo o <i>tipo de enunciado</i> no Sul	142
Tabela 17 –	Uso do <i>you</i> segundo a <i>localidade</i> : Nordeste vs Sul	143
Tabela 18 –	Uso do <i>you</i> segundo a <i>localidade</i> : Nordeste	144
Tabela 19 –	Uso do <i>you</i> segundo a <i>localidade</i> : Sul	144
Tabela 20 –	Uso do <i>you</i> no Nordeste segundo a <i>faixa etária</i>	145
Tabela 21 –	Uso do <i>you</i> no Nordeste segundo as variáveis <i>faixa etária</i> e <i>escolaridade</i>	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERS	Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul
ALF	Atlas Linguistique de La France
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ALISPA	Atlas Sonoro do Pará
ALMS	Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul
ALPB	Atlas Linguístico da Paraíba
ALS	Atlas Linguístico de Sergipe
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos
Apl.	Aplicação
AUX.	Auxiliar
Cf.	Confira
Col.	Colômbia
CUR	Curitiba
D2	Diálogo entre dois informantes
DID	Diálogo interlocutor documentador
DIVERSITAS	Programa de Estudo da Diversidade Linguística no Brasil
EALMG	Atlas Linguístico de Minas Gerais
Ec.	Ecuador
EF	Eloquções formais
ELP	Escola Linguística de Praga
ERA	Real Academia Española
Esp.	Espanha
FLOR	Florianópolis
GF	Gramática funcional
GT	Gramática tradicional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INF.	Informante
INQ.	Inquiridor
LI	Língua internalizada
Méx.	México

NURC	Norma Urbana Culta
Ocor.	Ocorrências
P.R.	Peso relativo
PB	Português brasileiro
PE	Português europeu
PIB	Produto interno bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem
POA	Porto Alegre
PPB	Português popular brasileiro
QFF	Questionário fonético-fonológico
QMS	Questionário morfossintático
QMT	Questões metalinguísticas
QP	Questões de prosódia
QPg	Questões de pragmática
QSL	Questionário semântico-lexical
RCF	Recife
SMA	Secretaria Municipal de Administração
SSA	Salvador
TDS	Temas para discurso semidirigido
TER	Teresina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VARBRUL	<i>Variable Rules</i> (Regras variáveis)
VARSUL	Variação Linguística Urbana na Região Sul
vs	<i>Versus</i>
WLH	Weinreich, Labov e Herzog

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	20
1	PANO DE FUNDO: O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO	24
1.1	BREVE HISTÓRICO DAS LOCALIDADES	29
1.1.1	Região Nordeste: onde nasceu o Brasil	29
1.1.2	As capitais do Sul: o reduto dos colonos e a garantia de nossas fronteiras	34
2	REFERÊNCIA À 2ª PESSOA: HISTÓRIA, TRADIÇÃO E USO	43
2.1	O VALOR SOCIAL: ESTUDOS HISTÓRICOS	45
2.1.1	No princípio <i>vós</i> era ‘o rei’	45
2.1.2	O sistema de tratamento nas línguas românicas	51
2.2	O QUE DIZ A TRADIÇÃO	54
2.2.1	O paradigma pronominal da GT	55
2.3	O QUE DIZEM AS PESQUISAS LINGÜÍSTICAS	59
2.3.1	A referência ao interlocutor em <i>corpora</i> escritos	61
2.3.2	Trabalho com corpus de língua oral	64
2.3.2.1	Dados do NURC	65
2.3.2.2	Dados do Sul	67
2.3.2.3	Dados do Nordeste	70
3	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	72
3.1	PONTO DE PARTIDA: A LÍNGÜÍSTICA HISTÓRICA	72
3.1.1	Partindo do ponto: a definição de Lingüística Histórica	73
3.1.2	Direto ao ponto: o tema na perspectiva da Lingüística Histórica	76
3.2	ABORDAGEM GEO-SÓCIOLINGÜÍSTICA	77
3.2.1	A Dialetoлогия e a Geolingüística	77
3.2.2	A Sociolingüística: Princípios Labovianos.....	85
3.2.2.1	A variação e a mudança linguísticas	86
3.2.3	Princípios do Funcionalismo	91

4	METODOLOGIA: A PESQUISA PASSO A PASSO.....	97
4.1	SEGUINDO OS PASSOS DO ALiB	97
4.2	DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	101
4.2.1	As entrevistas	102
4.2.2	O perfil dos informantes	104
4.3	A VARIÁVEL DEPENDENTE	105
4.4	VARIÁVEIS INDEPENDENTES	106
4.4.1	Variáveis linguísticas	107
4.4.1.1	Fatores Lingüístico-estruturais	107
4.4.1.1.1	<i>Natureza da forma</i>	107
4.4.1.1.2	<i>Função sintática (conforme o uso)</i>	108
4.4.1.1.3	<i>Pessoa do verbo</i>	108
4.4.1.2	Fatores Semântico-pragmático-discursivos.....	109
4.4.1.2.1	<i>Tipo de referência</i>	109
4.4.1.2.2	<i>Natureza do discurso</i>	110
4.4.1.2.3	<i>Tipo de enunciado</i>	112
4.4.1.2.4	<i>Monitoramento</i>	111
4.4.1.2.5	<i>Paralelismo</i>	114
4.4.1.2.6	<i>Relação entre os interlocutores</i>	115
4.4.2	Variáveis extralinguísticas	116
4.4.2.1	Grupos de fatores sociais	116
4.4.2.1.1	<i>Sexo</i>	117
4.4.2.1.2	<i>Faixa etária</i>	118
4.4.2.1.3	<i>Escolaridade</i>	119
4.4.2.2	<i>Fator Geográfico</i>	119
4.5	FERRAMENTA ESTATÍSTICA: O VARBRUL	121
5	O QUE REVELAM OS DADOS DO ALiB	123
5.1	DISTRIBUIÇÃO GERAL DAS VARIANTES NA AMOSTRA	123
5.1.1	Distribuição das variantes por localidade	124
5.2	DESCRIÇÃO DAS RODADAS	127
5.2.1	Alternância <i>tu/você</i>: Nordeste vs Sul	128
5.2.2	Alternância <i>tu/você</i> no Nordeste	129

5.2.3	Alternância <i>tu/você</i> no Sul	130
5.3	ANÁLISE DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS	131
5.3.1	Variáveis linguístico-discursivas selecionadas	131
5.3.1.1	Paralelismo discursivo	132
5.3.1.2	Relação entre os interlocutores	135
5.3.1.3	Tipo de referência	138
5.3.1.4	Tipo de enunciado	140
5.3.2	Variáveis extralinguísticas	142
5.3.2.1	Localidade	143
5.3.2.2	Faixa etária	145
5.3.2.3	Cruzamento entre faixa etária e escolaridade	147
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS	155

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste na análise das formas de referência ao interlocutor no Português do Brasil (PB), atentando, principalmente, para o emprego dos pronomes¹ *tu* e *você* no vernáculo das regiões Nordeste² e Sul do país. Logo, a partir de dados da língua falada extraídos de inquéritos do Projeto Altas Linguístico do Brasil – Projeto ALiB –, em cujo âmbito insere-se esta pesquisa, observaram-se os diferentes usos dos referidos pronomes na interlocução.

Para a realização deste estudo, seguiram-se os princípios teórico-metodológicos da Dialetoлогия (MARROQUIM, 1996[1934]; FERREIRA; CARDOSO, 1994), da Geolinguística (AGUILLERA, 1998), e, sobretudo, da Teoria Variacionista (LABOV, 2008[1972]). Em concordância com a concepção de língua dessa linha de investigação, admite-se, aqui, que a variação não ocorre fortuitamente, ou seja, de maneira aleatória, senão a escolha do falante é motivada por fatores diversos, de ordem interna e externa à língua. Cabe, portanto, ao pesquisador investigar os contextos linguísticos e sociais favoráveis ao fenômeno, atentando para os fatores condicionantes mais prováveis, ou que se têm mostrado relevantes em outros estudos sobre o mesmo objeto.

Considerando-se, pois, os princípios das teorias acima referidas, fez-se uma análise, em tempo aparente, do emprego das formas de 2ª pessoa, levando em conta a atuação dos fatores intra e extralinguísticos no evento da fala. Nessa perspectiva, tomaram-se como variantes, a princípio, o ‘trato por *tu*’, o ‘trato por *você*’ e o tratamento implícito (ou nulo), como se verifica no capítulo da metodologia e no de análise dos dados. É importante destacar, no entanto, que, inicialmente, para fim desta pesquisa, incluíram-se as formas oblíquas correspondentes a *tu* e a *você*, uma vez que o foco não é propriamente a função, mas sim a referência à 2ª pessoa na interlocução; em seguida, procedeu-se à análise apenas das formas retas. O emprego de uma destas formas, por sua vez, estaria sujeito à interferência dos referidos fatores (internos ou externos), os quais, por sua natureza, reúnem-se em dois grandes grupos: linguísticos (estruturais e discursivos) e extralinguísticos (geográfico e sociais).

Admitindo-se a concorrência entre fatores de ordem interna e externa como condição *sine qua non* às mudanças em uma língua, fez-se uma revisão da sócio-história do PB a fim de

¹ Nesta pesquisa, quando se fala *tu* e *você*, a princípio, devem-se considerar as suas formas oblíquas, uma vez que o foco não é propriamente a função, mas sim uso de ‘formas de 2ª pessoa’.

² Conforme consta da descrição do *corpus* (cf. Metodologia), foram escolhidas três capitais, dentre as nove do nordeste, a fim de se ter uma amostra equilibrada (número de capitais igual ao da região Sul) e, por conseguinte, apresentar resultados de maior confiabilidade.

situar a origem do problema aqui investigado. Pretendeu-se, com isso, apresentar uma possível descrição da realidade linguística do Brasil concernente às formas aloclutivas documentadas num *corpus* de língua oral – Projeto ALiB, como se sabe –, a fim de mostrar a distribuição espacial e social do fenômeno.

Nesse intuito, também, apresentou-se o objeto de estudo sob três perspectivas: histórica, tradicional e de uso. Esta última corresponde à visão dos linguistas a respeito da realidade observada. Isto se fez a fim de possibilitar uma visão ampla da variável em estudo, corroborando, então, a ideia da reorganização do sistema pronominal como desencadeador de mudanças morfossintáticas. Por conseguinte, é possível também perceber que, como é sabido, a tradição gramatical insiste na representação de um paradigma pronominal fixo, desconsiderando as mudanças ‘impostas’ pelo uso.

O estudo aqui apresentado parte de considerações a respeito da sócio-história do PB, a fim de chamar a atenção para a (inter)relação tempo–língua–sociedade. Portanto, além de atentar para a inevitável contribuição dos fatos históricos, analisaram-se possíveis condicionamentos de ordem linguístico-estrutural, semântico-pragmático-discursiva, sociais e geográfica, observando-se em que medida determinado grupo de fatores interfere na opção do falante por uma das formas de tratamento.

Para tanto, contou-se com o suporte estatístico do pacote de programas VARBRUL (PINTZUK, 1988; SANKOFF, 1988). Seguindo os pressupostos da Sociolinguística Quantitativa de Labov (2008[1972]), analisou-se a fala de 48 informantes, o que corresponde às três capitais do Sul (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre) e a três do Nordeste (Teresina, Recife e Salvador). Estas, por sua vez, foram estrategicamente escolhidas para representar a fala das capitais nordestinas, a fim de compará-la à fala da região Sul. Quanto ao perfil dos informantes, tratar-se-á no capítulo 3, no qual se expõe a metodologia de maneira detalhada, especificamente no item 3.3.

Quanto à hipótese embrionária deste trabalho, a partir da realidade observada, acredita-se que, de um modo geral, os pronomes *tu* e *vós*, ‘conforme uso prescrito pela GT’, foram substituídos pelas formas *você* e *vocês*, respectivamente, no vernáculo da maioria das capitais brasileiras. Com respeito ao uso do *vós*, é fato o seu obsolescimento no PB, salvo em contextos muito específicos, como os discursos religiosos, políticos e acadêmicos.

Em linhas gerais, pressupõe-se a suplantação do *vós* pela forma nominal gramaticalizada, no plural, *vocês*; e, de modo específico, o emprego majoritário da forma inovadora no singular, o *você*, em detrimento do *tu*. A comprovação dessa premissa maior, no entanto, implica saber se:

- 1) o uso do *você* ‘predominaria’ no vernáculo da maioria das capitais analisadas, sobretudo no Nordeste, de modo geral;
- 2) a seleção de uso entre as formas *tu/você* estaria condicionada a fatores sociais muito mais do que ao fator geográfico, em cujo âmbito ainda ocorreria *tuteamento*, em pequena escala, concorrendo com o ‘trato por *você*’, sobretudo no Sul;
- 3) fatores linguístico-estruturais estariam favorecendo, em proporções distintas, o uso de uma ou outra forma de tratamento;
- 4) a opção dos falantes por uma das formas de interlocução estaria diretamente ligada à questão semântico-pragmático-discursiva, no que diz respeito ao objetivo ou intenção do indivíduo em determinada situação de fala.

Feita a devida apresentação da problemática que deu origem a esta pesquisa, e expostas as hipóteses nela investigadas, é importante dizer como este texto se organiza, compondo assim a ‘Introdução’. Seguindo uma ordem lógica, as informações necessárias à compreensão do contexto sócio-histórico, heterogêneo e multilíngue, no qual se formou a língua portuguesa falada hoje no Brasil, foram agrupadas no capítulo 1 – *Pano de fundo: o contexto sócio-histórico*. Neste, faz-se uma abordagem da composição da sociedade e acontecimentos históricos, conforme os fatores propostos por Mattos e Silva (2004; 2006), que contribuíram para as transformações pelas quais passou a língua portuguesa desde que para aqui fora trazida. Na sequência, ainda nesse mesmo capítulo, apresenta-se um breve histórico das regiões em estudo e as respectivas capitais que compõem a amostra aqui analisada.

No capítulo 2, expõe-se o problema aqui investigado. Isto se faz apresentando-se um resumo da história dos pronomes, *tu* e *você* particularmente, a abordagem tradicional desse tema e as considerações dos linguistas a respeito do uso das formas pronominais de 2ª pessoa. Os trabalhos apresentados, na sua maioria, baseiam-se na Teoria para a mudança proposta por Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]), doravante WLH, e Labov (2008[1972]).

Sobre esse modelo teórico metodológico, também conhecido como Sociolinguística Quantitativa, trata-se no capítulo 3, no qual se expõem também os princípios da Dialetoлогия e da Geolinguística, além do axioma do Funcionalismo moderado, segundo Van Valin (1990 apud NEVES, 1997), representado por Dik (1978-1989) e Halliday (1963, 1973, 1985). Tais

princípios, que remetem à mutabilidade e variabilidade, inerentes às línguas naturais (WLH, 2006[1968]), serviram de base para o desenvolvimento desta pesquisa.

Na sequência, no capítulo 4, faz-se uma breve apresentação dos passos seguidos pelo Projeto ALiB, desde a sua idealização até os dias atuais, a fim de situar as bases do estudo aqui empreendido. Ainda com o mesmo objetivo, nesse capítulo, faz-se a descrição do *corpus*, definem-se as variantes e variáveis investigadas, e, por fim, apresenta-se o suporte estatístico utilizado para a análise quantitativa dos dados.

Chegando-se, então, ao capítulo 5, a análise dos dados, considera-se esta a contribuição propriamente dita de todo esse apanhado de informações. Nessa seção, apresentam-se, pois, os resultados obtidos, expressos em percentuais e pesos relativos, apresentados em gráficos e tabelas. Em seguida, procede-se à interpretação qualitativa, a fim de testar as hipóteses pré-estabelecidas, corroborando-as ou refutando-as conforme apontaram os dados numéricos.

Por fim, expõem-se as considerações finais. Nessa seção, encontra-se sumarizada a contribuição que, de fato, esta pesquisa traz para o conhecimento da realidade do vernáculo brasileiro das referidas capitais, com as devidas ‘considerações’ no que respeita ao fenômeno em foco – a referência à 2ª pessoa no PB.

1 PANO DE FUNDO: O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

Em função de razões sócio-históricas, a língua portuguesa caracteriza-se pela ‘unidade na diversidade’ (MATTOS E SILVA, 1988a; 1988b; MIRA MATEUS, 2006). Isto ocorre no plano espacial – Português Europeu (PE) vs PB; variação diatópica dentro do próprio território brasileiro – e social. Desse modo, o PB apresenta uma notável heterogeneidade dialetal e, sobretudo, estratiforme, mas preserva a sua unidade em meio à diversidade linguística. Segundo Paul Teyssier (2007 [1980], p. 98) “[...] as divisões ‘dialetais’ no Brasil são menos geográficas que sócio-culturais [...]”, o que se observa no grande distanciamento entre a prescrição gramatical e o uso efetivo da língua, quer em sua modalidade culta quer na popular. Isto, no entanto, não é exclusivo da Língua Portuguesa, ocorre porque, como se sabe,

[...] a língua não se mantém a mesma, sofre influências as mais diversas e é intrinsecamente variável. A existência de diferenças de uso numa mesma língua é, pois, um fato incontestável e não uma anomalia, restrita à língua portuguesa (CALLOU et al., 2006, p. 260).

Considerando-se, pois, o português brasileiro tal como é falado em todas as suas variedades, enxerga-se aí uma realidade “heterogênea, plural e polarizada” (MATTOS E SILVA, 2006, p. 226) que se traduz na coexistência de várias normas: de um lado, as *normas vernáculas* e, do outro, as *normas cultas* e, no horizonte, como bem diz Mattos e Silva (2006, p. 230), “paira, ou pára a norma padrão”. No que respeita aos fatores que contribuíram para a atual configuração da realidade linguística do PB, Callou et al. (2006), afirmam:

É fato sabido que a língua portuguesa no Brasil se formou segundo as características do próprio desenvolvimento histórico do país, características essas que não são as mesmas em todo o seu território. As diferenças de época e tipo de colonização – se feita por casais como no sul, com miscigenação insignificante, se feita por homens, resultando de uma maior mestiçagem, se no século XVI, se apenas no século XVIII – são fatores que nos levam a concluir que não se pode pensar numa forma única para a expansão de nossa língua no vasto território brasileiro (CALLOU et al., 2006, p. 261).

Não restam alternativas, diante disso, senão a perscrutação de indícios de mudança na língua que possibilitem uma compreensão da atual realidade linguística do Brasil. Assim, em conformidade com o que prescreve a tradição da Linguística Histórica, desde o século XIX, de acordo com Matos e Silva (2006), buscam-se, na história externa da língua, fatos de

fundamental importância para ‘uma compreensão’ do cenário sócio-histórico de formação do PB. Como bem diz a autora (p.148) “[...] Esta heterogeneidade plural e polarizada do português brasileiro, evidenciada nos estudos sincrônicos do português brasileiro contemporâneo, enraíza-se historicamente em condicionamentos de fatores da sócio-história”.

Percebe-se que árdua é a tarefa a que se propõe este trabalho, no sentido de se apresentar uma possível interpretação para um cenário tão complexo, do qual advém uma realidade linguística de igual complexidade em todos os níveis da língua, principalmente nos que interessam a esta pesquisa – o morfosintático e o pragmático-discursivo. Tal contexto, não obstante uma visão conservadora de unidade, provocou mudanças na língua falada no Brasil, como a aqui chamada “remodelagem” do quadro pronominal (MONTEIRO, 1994; FARACO, 1996). Esta, por sua vez, decorre da variação no uso das formas de 2ª pessoa, após a inserção do *você* no paradigma pronominal do PB, a partir do século XV. Tal fenômeno, foco desta análise, desencadeou tantas outras alterações na gramática do vernáculo brasileiro a ponto de se pensar, por estas e outras razões, tratar-se de uma outra língua, posição esta que não encontra unanimidade.

Diante da importância incontestável da sócio-história para explicar as mudanças linguísticas, embora não se tenha a intenção de descrever exhaustivamente toda a história da Língua Portuguesa no Brasil, pretende-se, nesta seção, esboçar o *pano de fundo* das transformações pelas quais passou essa língua, trazida para o país, efetivamente, no século XVI. É neste período que começa a se formar o cenário social/pluriétnico, e inevitavelmente sociolinguístico/plurilíngue, que daria origem à variante que se denominou de *português brasileiro*, “como sempre se referia Celso Cunha” (MATTOS E SILVA, 2006, p.140).

Sobre os fatos que dizem respeito ao referido *pano de fundo*, observa-se:

Fica assim claro que para uma maior compreensão e interpretação efetiva que considere o todo do português brasileiro, ao longo desses séculos, muitas histórias de contatos linguísticos terão que ser reconstruídas, levando em conta os falantes de variadas línguas, tendo como denominador comum a língua do poder e do prestígio, a língua portuguesa, que se torna hegemônica e oficial no Brasil a partir da segunda metade do século XVIII, na sequência da política Pombalina (MATTOS E SILVA, 2006, p.140).

Sendo assim, a autora chama a atenção para o fato de o Brasil ter-se tornado majoritariamente monolíngue, não obstante a realidade de ‘multilinguismo/ multidialetalismo generalizado’ que compunha o cenário do período histórico inicial do final do século XVI e durante todo o século XVII, por volta de 1500, até a segunda metade do século XVIII. Logo,

ainda na interpretação de Mattos e Silva (2006), destaca-se que “[...] na cena do Brasil colonial, serão, portanto, *o português europeu, as línguas gerais indígenas e o português brasileiro em formação*, os atores principais [...]”.

Na tentativa de aproximar-se, ao menos, de “uma [possível] compreensão” (MATTOS E SILVA, 2006) desta cena, a autora analisa alguns fatores históricos, por ela considerados significativos para o entendimento da realidade linguística do PB, a saber: (a) a demografia histórica do Brasil do século XVI ao XIX; (b) a mobilidade populacional dos africanos e afro-descendentes no Brasil colonial e pós-colonial; (c) a escolarização ou sua ausência do século XVI ao XIX e (d) as reconfigurações socioculturais, políticas e linguísticas ao longo do século XIX.

Tratando, primeiramente, do contingente constituinte da realidade linguística que deu origem à língua falada no Brasil, vale salientar, como bem observou Matos e Silva (2004, p. 125), que “[...] as demografias são sempre aproximativas e não são quadros exatos, como pretendem os censos da atualidade”. Destaca-se, pois, o trabalho de Mussa (1991), que apresenta ‘uma aproximação sistemática’ da demografia do país durante o período colonial. O autor afirma que, neste (e após este) período, houve predominância de etnias não-brancas, equivalendo, aproximadamente, a 70% de não-brancos e 30% de brancos, em que pese, para esta e outras análises, a maioria dos brancos, quase exclusivamente, era composta de portugueses e luso-descendentes até a metade do século XIX. Esses dados apontam, no entanto, para uma triste e vergonhosa realidade: o extermínio da cultura indígena e, conseqüentemente, das centenas de línguas faladas por esses povos, o que se denominou de ‘glotocídio’.

Não se sabe ao certo o número de línguas existentes quando da chegada dos portugueses ao Brasil, cogita-se algo em torno de 360 a 1.175 ou 1500 línguas indígenas em uso no início da colonização (MATTOS E SILVA, 2004, p.126). O ‘português’, em contato com estas línguas indígenas faladas ao longo do litoral brasileiro, especificamente com as da família tupi-guarani, deu origem à chamada *língua geral da costa*. Tal denominação, no entanto, é contestada por Rodrigues (1986), que faz distinção entre a *língua geral amazônica* (advinda do *nheengatu*, do vale do Içana) e a *língua geral do sul*, ou Paulista. Esta teria sido a língua utilizada pelos bandeirantes (século XVII), ao adentrarem pelo interior paulista e pelo centro-oeste, à qual Matos e Silva (2004, p.82) denominou de “português geral brasileiro”, que teria sido uma das bases do português popular brasileiro (PPB).

Presentes, já, dois dos elementos básicos constituintes da realidade linguística original do PB, branco e índio, somam-se a este contexto os negros. A partir de 1549, quando se estabelece o tráfico de escravos para o Brasil, multiplica-se o número de negros e de línguas

africanas por eles trazidas. Segundo os dados de Jorge Couto (1992, p.278), no final do século XVI, no Brasil, “a presença africana (42%) já se estendia a todas as capitâneas, ultrapassando no conjunto qualquer um dos outros grupos – portugueses 30% e índios 28%”.

Corroborar-se, assim, a importância de analisar a mobilidade populacional dos africanos e afro-descendentes no Brasil colonial e pós-colonial a fim de chegar a uma possível explicação da realidade linguística brasileira. Isto se mostra relevante uma vez que, ‘tendo fim’ a escravidão negra e indígena no país, esses povos dispersaram-se pelo território brasileiro, desde o século XVI, chegando ao interior do Nordeste por volta do século XVII. Segundo Mattos e Silva (2004):

Tendo sido sempre maioria, como vimos, os africanos e afro-descendentes no período colonial e pós colonial até meados do século XIX, vemos que são eles, “a multidão sem voz”, na expressão de Kátia Mattoso (ibid.: 11), que difundirão o que tenho designado de português geral Brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004, p. 130).

Ademais da mobilidade populacional dos negros no período colonial e pós-colonial, a autora chama a atenção para a ‘escolarização’, ou a sua ausência, nessas mesmas épocas. Segundo ela, fazendo-se o cruzamento destes dois fatores com o da demografia histórica seria possível enxergar “com clareza por que razão até hoje domina o chamado português popular” (MATTOS E SILVA 2004, p. 130). Logo, diante da situação precária e vexatória da escolarização no Brasil, a qual perdura até hoje, porém modernizada, são poucos os que conseguem terminar o ensino fundamental, menor ainda é o número dos que conseguem concluir o nível superior.

Em decorrência disso, como vêm mostrando estudos da sociolinguística, o Brasil apresenta uma realidade linguística polarizada³, diante da qual as normas vernáculas são consideradas como o ‘autêntico PB’. Tal opinião, segundo Mattos e Silva (2004, p. 131), “funda-se no precário efeito da escolarização na história brasileira e, conseqüentemente, no pouco eficaz ensino da norma padrão”.

Por último, mas não com menor importância, a autora cita “as reconfigurações socioculturais, políticas e linguísticas ao longo do século XIX”. Observa-se, assim, que, desde o século XVIII, com o decreto do Marquês de Pombal e a instalação da primeira rede leiga de ensino, após a expulsão dos jesuítas do Brasil, a língua portuguesa tornou-se idioma oficial e do ensino no país, o que se considerou “catastrófico para a escolarização no Brasil”

³ Designação de Lucchesi (1994) para caracterizar o português hoje falado no Brasil.

(MATTOS E SILVA 2004, p. 131). Tal fato, de natureza essencialmente política e social, refletiu-se na língua, como ocorre até hoje.

Do ponto de vista social, assinala-se a contribuição da imprensa nas lutas políticas e na difusão da documentação não-literária, destacando-se o papel dos jornais. Sob a perspectiva linguística, por sua vez, aponta-se para a possibilidade de uma situação de multilinguismo e bilinguismo generalizado, ao longo do litoral brasileiro, sendo que no o século XIX foi o multilinguismo/bilinguismo localizado que passou a caracterizar certas áreas brasileiras.

Diante desses fatos, ressaltam-se este último – as reconfigurações socioculturais, políticas e linguísticas ao longo do século XIX – e a ‘escolarização’. São estes os fatores considerados decisivos para as alterações ocorridas no PB, sobretudo no seu sistema de tratamento, como afirma FARACO (1996):

Essa dinâmica inter-relação entre fatores sociais e verbais pode ser particularmente visível no sistema de tratamento do interlocutor, já que esse sistema representa talvez da forma mais direta alguns dos fundamentos axiológicos da organização do *status* social (FARACO, 1996, p. 57).

As alterações no quadro pronominal do PB, refletindo as mudanças na sociedade já foram constatadas em diversos estudos, tanto em *corpora* escrito, composto por cartas do século XIX e XX (LOPES; DUARTE, 2003; ALMEIDA; DEUS, 2008), e *corpus* oral – Projeto ALiB – (DEUS, 2008a, 2008b). Lembra-se, no entanto que, nesses estudos, consideraram-se as características próprias de cada modalidade, uma vez que se sabe que a escrita é, por sua própria natureza, conservadora, além de implicar questões políticas⁴ motivadas por interesses diversos. A língua falada, por sua vez, alvo de estudo desta dissertação, é mais vulnerável às pressões internas e externas que impulsionam a mudança na(s) gramática(s) do vernáculo brasileiro, ou de qualquer outra língua natural. Por isso, a variação lhe é inerente, não obstante a visão conservadora – homogeneizante e normativizadora – de defensores ferrenhos do português ‘bem falado e bem escrito’ aos moldes de Camões e dos seguidores do arquétipo lusitano.

Diante disso, apresenta-se, a seguir, um breve histórico das regiões e localidades estudadas, a fim de identificar o contexto que deu origem à variante do PB nelas hoje falada.

⁴ Exemplo disso é a o recente acordo ortográfico firmado entre os países lusófonos – Decreto N° 6.583, de 29 de setembro de 2008.

1.1. BREVE HISTÓRICO DAS LOCALIDADES

A contextualização sócio-histórica das localidades analisadas constitui um dos prerequisites dos estudos dialetais e sociolinguísticos, cujas teorias, como se sabe, são pilares desta pesquisa. Logo, segue-se apresentando as características das regiões e estados correspondentes às capitais que compõem a amostra.

1.1.1 Região Nordeste: onde nasceu o Brasil

A respeito da formação do povo nordestino, é importante dizer que os primeiros portugueses chegaram aqui por volta de 1500 e, comandados por Pedro Álvares Cabral, desembarcaram na atual cidade de Porto Seguro, extremo sul da Bahia, onde encontraram povos nativos chamados de índios. Estes passaram a ajudar os europeus na extração do pau-brasil em troca de especiarias – sistema denominado de ‘escambo’⁵. Essa relação, aparentemente pacífica, ‘sustentou-se’ até o período colonial, quando os povos indígenas foram sendo eliminados, devido às constantes ‘batalhas’ contra os senhores de engenhos.

Nota-se, aí, que a configuração social já se havia alterado, uma vez que também mudaram os interesses dos colonos, abrindo-se-lhes os horizontes do comércio. Assim, além da exploração do pau-brasil, outras riquezas foram sendo descobertas nessa região, como a cana-de-açúcar, gerando muitos engenhos que necessitavam de mão-de-obra. Entretanto, como os índios já haviam sido, em boa parte, exterminados e muitos já não mantinham uma relação cordial com os colonos, o elemento negro passa a compor, efetivamente, o cenário do descobrimento, sendo cada vez maior o número de escravos trazidos de várias regiões da África. Por fim, avançando bastante no curso da história, mesmo com o fim do tráfico negreiro em 1822, os negros continuaram a ocupar o estrato mais baixo da sociedade, enquanto os senhores de engenho e fidalgos desfrutavam (e ainda desfrutam) da riqueza obtida através do suor dos ‘antigos’ escravos.

Com base nos dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF –, divulgados em 1999, proporcionalmente, pode-se dizer que mais de 50% da população nordestina possui renda familiar inferior a um salário mínimo. Entretanto, em 2003 seu Produto interno bruto – PIB – era de R\$ 214 bilhões ou 13,8% do PIB brasileiro, superando o de países como Chile, Singapura, Venezuela, Colômbia e Peru. Por outro lado, esse

⁵ Essa prática, muito comum no passado, consistia na troca direta de mercadorias, ou seja, não se usava moeda nas negociações, fazia-se permuta de um bem por outro, conforme o interesse das partes envolvidas.

crescimento do PIB é barrado (sempre) pelas grandes desigualdades socioeconômicas da região, o que se evidencia pelo fato de nela se encontrar o estado mais rico (Bahia) e o mais pobre (Piauí), ambos representados nesta pesquisa pelas suas respectivas capitais.

Conforme dito na introdução deste trabalho, as capitais do Nordeste que compõem a amostra foram estrategicamente selecionadas. Essa estratégia consiste numa maneira de equiparar o *corpus*, desde quando se pretendia confrontar os dados das duas regiões. Sendo assim, uma vez que o Nordeste possui 9 estados e, por conseguinte, 9 capitais, não se poderia comparar a totalidade de dados desta região com o total do Sul, a fim de evitar enviesamento nos resultados.

Portanto, optou-se por estudar a referência ao interlocutor em três capitais nordestinas que compreendessem uma área geográfica representativa da maior região do Brasil. Isto corresponde às capitais do Piauí, de Pernambuco e da Bahia, estados que se interceptam e juntos ocupam uma extensão significativa, senão a maior, composta por estados interfronteiriços dessa região, conforme o mapa a seguir:



Figura 01 – Mapa da Região Nordeste

Fonte: http://www.ibge.gov.br/7a12/mapas/brasil/regiao_nordeste.pdf

Ainda a respeito dessas unidades federativas, é importante ressaltar o fato de a Bahia ser o estado com a maior costa litorânea, enquanto o Piauí, com cerca de 60 km de litoral, possui a menor costa. Quanto às capitais estudadas nesta pesquisa – Teresina, Recife e Salvador –, estas figuram entre as quinze maiores cidades nordestinas.

Teresina, fundada em 1852 pelo conselheiro José Antônio Saraiva – Governador da antiga província do Piauí –, em sua origem ligada ao rio Poti, em cujas margens havia um

povoado que foi, aos poucos, modificado, estrategicamente, e elevado à vila. A princípio, conhecida como Vila Nova do Poti, dada a importância desse rio para os moradores da região (basicamente pescadores e pequenos comerciantes), a cidade sede do governo piauiense foi a primeira capital planejada do Brasil, passando a se chamar Teresina. Este nome foi escolhido em homenagem à Imperatriz ‘Teresa Cristina Maria de Bourbon’, responsável por intermediar com o imperador a ideia de mudança da capital de Oeiras⁶ para a Vila Nova do Poti.

Localizada a centro-norte do estado e meio-norte do nordeste brasileiro, Teresina representa, nesta pesquisa, a parte norte da região nordeste. A respeito de sua localização, sabe-se que esta é a única capital nordestina que não é banhada pelo mar, o que se atribui à forma como o território do Piauí foi ocupado, ou seja, do interior para o litoral, divergindo do restante da região.

A capital piauiense destaca-se dentre as demais cidades nordestinas por ter como atração principal os rios, que a cercam e entrecruzam, e não o mar. Devido a essa peculiaridade, Teresina é também conhecida como *Mesopotâmia do Nordeste*. Além disso, o encontro dos rios, onde hoje é um parque ambiental, e a presença marcante do verde nas praças e ruas da cidade, num clima bucólico, renderam-lhe o título de *Cidade Verde*, atribuído pelo poeta Coelho Neto. Outras denominações também atribuídas a esta cidade são *Capital do Sol e da Luz*, por causa do sol intenso e constante ao longo de todo o ano, registrando-se pouca diferença na temperatura entre os meses mais quentes e os mais frios.

A capital pernambucana, por sua vez, tem sua fundação datada no ano de 1537, e sua origem está diretamente ligada à de Olinda. Isto se deve ao fato de Duarte Coelho, ao conceder a carta de direitos feudais de Olinda, em 1537, ter feito uma referência a ‘Arrecife dos navios’, um lugarejo habitado por mareantes⁷ e pescadores. Considerando que esta data, como a maioria das datas históricas, é incerta e, por isso, simbólica, supõe-se que tenha sido este mesmo o ano em que Recife foi fundada de modo que é considerada a mais antiga das capitais brasileiras. Isto se deve, certamente, à sua localização geográfica, uma vez que se encontra às margens do oceano Atlântico.

Após sua fundação, Recife permaneceu como colônia portuguesa até a independência do Brasil, exceto durante a ocupação holandesa entre 1630 e 1654. A princípio, quando ainda era um simples povoado, o Recife existiu apenas em função do porto e à sombra da sede

⁶ A cidade de Oeiras foi a capital do Piauí de 1762 – 1852, até que, há cerca de duzentos anos, o conselheiro José Saraiva fundou a cidade de Teresina, para onde transferiu, em seguida, a sede administrativa da Província do Piauí. Essa transferência se deu devido à localização desfavorável de Oeiras, a comunicação com outros lugares era, para época, dificultada (PIAUI, 2008).

⁷ Denominam-se ‘mareantes’ pessoas que vivem pelos mares, os navegadores e marinheiros.

Olinda, local escolhido pela aristocracia para residir devido a sua localização privilegiada, no alto, o que facilitava a defesa. Sendo assim, foram erguidas fortalezas em defesa do povoado e do porto do Recife, todas elas voltadas para o mar. Isto, certamente, contribuiu para o desenvolvimento da cidade, uma vez que ajudou a consolidar a sua autonomia frente ao poder dos invasores europeus.

Segundo dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2007, o Recife aparece, hoje, como metrópole da quarta maior rede urbana do Brasil em número de habitantes. Isto ocorre porque, atualmente, esta capital possui uma área de 217,494 km² e uma população estimada em 1.533.580 milhões de pessoas. Além disso, sua região metropolitana compreende catorze cidades do Grande Recife, somando um total de 3,73 milhões, a área metropolitana.

Quanto à primeira capital do Brasil, Salvador, esta foi fundada cidade, ainda no século XVI. Em 29 de Março de 1549, com a chegada de Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil, e sua comitiva, em seis embarcações, com ordens do rei de Portugal, fundou-se uma cidade-fortaleza, a qual viria a se chamar cidade *do São Salvador*. Assim, nasce, então, a cidade de Salvador, já como cidade, e não como qualquer outra, mas já como ‘a capital’ da colônia portuguesa, sem nunca ter sido província. Esta, além de funcionar como sede política da coroa portuguesa, passou a ser o polo de desenvolvimento econômico de toda a região. A princípio, lucrou-se com açúcar, tabaco e algodão; depois, já no século XVIII, a fonte de lucro foi o tráfico de escravos, até meados do século XIX, ‘fim’ da escravidão no Brasil.

Observa-se, assim, que a pobreza, hoje característica do povo nordestino, sobretudo no sertão e na periferia das grandes cidades, já se pronunciava. Uma vez que não havia quase mais mão-de-obra para manter as produções, devido ao fim do tráfico negreiro, os grandes engenhos vão se tornando cada vez mais escassos e a província da Bahia sofre com a decadência da economia açucareira. Não obstante o período próspero da economia baiana, com o surgimento de novas fontes de lucro como a produção de cacau, no sul do estado, o empobrecimento foi geral, atingindo todo o nordeste.

Assim, já na segunda metade do século XVIII, nesta época com uma população de cerca de 60 mil habitantes, Salvador perde a condição de capital para o Rio de Janeiro. Com o declínio econômico da cidade e de todo o Recôncavo Baiano gera-se um forte sentimento antinacionalista, do que decorrem lutas pela independência. Logo, em finais do século XVII, especificamente em 1798, a Conjuração Baiana, também conhecida como revolta dos Alfaiates, contando com representantes das camadas populares, propôs a independência da colônia e uma sociedade baseada nos ideais da Revolução Francesa.

Salvador, atualmente, é uma metrópole nacional com, aproximadamente, três milhões de habitantes. Com esse índice, é a terceira cidade mais populosa do Brasil, segundo estimativas de 2007 do IBGE, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro. Pertencem, também, à capital baiana os títulos de primeira do Nordeste e a sétima mais populosa da América Latina. Mantendo a tradição de ser o centro econômico do estado, é ainda porto exportador, centro industrial e centro da cultura afro-brasileira, o que atrai turistas do mundo todo, e do Brasil também, movimentando bastante a economia da cidade. A maior parte da sua população é negra ou parda, o que faz de Salvador a cidade com o maior número de descendentes de africanos no mundo, seguida por Nova York.

Sobre a questão socioeconômica da capital baiana, mesmo sendo a mais rica do Nordeste e figurando entre as primeiras do Brasil, sua riqueza torna-se relativa, em virtude da discrepância entre os cidadãos mais pobres e mais ricos de Salvador. Assim, como ocorre em todo o resto do Brasil, sobretudo no Nordeste, há uma grande desigualdade em diversos aspectos. O Índice de desenvolvimento Humano – IDH – é levemente maior que o do Brasil, mas pode se reduzir a níveis da África ou se elevar a níveis da Europa, dependendo do bairro ou região da cidade considerados.

É importante salientar, ainda, que, atrelada a essa questão da distribuição da riqueza, imbricada ao desenvolvimento humano, tem-se a questão histórica da formação do povo brasileiro – elite de brancos europeus e a maior parte de população de negros e mestiços, além dos índios e seus descendentes. Hoje, os negros são maioria no nordeste, conforme a tabela:

Tabela 01 – População total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as grandes Regiões - 2006

Região	População				
	Total	Distribuição percentual, por cor ou raça (%)			
		Branca	Preta	Parda	Amarela ou indígena
Nordeste	51 713	29,2	7,8	62,5	0,5
Sul	27 368	79,6	3,6	16,0	0,7

FONTE: IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2006). (Adaptada)

Os dados do IBGE, referentes ao ano de 2006, corroboram os dados históricos da imigração e do fluxo de escravos no Brasil. Este, como se vê na tabela acima, foi em número muito maior no Nordeste, chegando, no ano dessa pesquisa, a representar mais de 70% da população afrodescendente, na qual se incluem os que se declaram pretos (7,8%) e pardos (62,5%). Ao buscar informações sobre as duas regiões foco desta pesquisa, foi possível

observar que os números expressos na tabela acima, *mutatis mutandis*, considerando-se o extermínio de centenas de povos/línguas indígenas, revelam dados importantes da história de colonização e povoamento de ambas as regiões.

Tratando-se, especificamente, do Nordeste, os negros trazidos da África contribuíram não só com sua cultura, mas com as línguas que consigo trouxeram, ajudando na conformação do povo nordestino e imprimindo suas características no falar dessa região. A peculiaridade da língua falada nessa área do Brasil foi, há muito, identificada como “A Língua do Nordeste” (MARROQUIM, 1996[1934]) e, *a posteriori*, como “Falares Baianos”. Estes, por sua vez, foram identificados pelo professor Nelson Rossi (1963) com a publicação de o *Atlas prévio dos falares baianos*.

Na região Nordeste, que equivale a cerca de 20% do território nacional e tem a maior costa litorânea, encontra-se quase 30% da população brasileira, o que faz desta a segunda região mais populosa do país, atrás apenas do Sudeste, conforme dados do IBGE. Esse alto índice populacional contribui para acentuar outra característica marcante do Nordeste, a pobreza. Assim é que, não obstante uma significativa evolução da renda *per capita* entre 1960 e 1998, devido ao aumento da mão-de-obra qualificada, essa ainda é a região brasileira com a pior distribuição de renda e o maior nível de pobreza.

1.1.2 As capitais do Sul: o reduto dos colonos e a garantia de nossas fronteiras

Tendo em sua história a marca da imigração europeia, a região Sul do Brasil chega a ser considerada a ‘Europa brasileira’, segundo Isquierdo (2008). Isto se mostra na composição étnica da sua população, formada em sua maioria por brancos, os quais representam cerca de 80% dos habitantes dessa região. Sabe-se, no entanto, que antes da chegada da primeira leva de imigrantes europeus (vindos dos Açores), a área posteriormente demarcada como a região sul do Brasil era habitada por índios. Esse(s) povo(s), conforme mencionado na seção de abertura deste capítulo (c.f. 1. *Pano de fundo: o contexto sócio-histórico*), foi (foram) sendo, aos poucos, exterminado(s), juntamente com ele(s) as suas centenas de línguas, como ocorreu no restante do país. Isto se deu ao passo que os colonos, sobretudo açorianos, italianos, alemães e poloneses, foram chegando e se apropriando daquele território.

Entretanto, essa ocupação estrangeira do solo brasileiro não se deu de forma aleatória. Como se sabe, a região Sul foi o território destinado, pelo governo brasileiro, ao povoamento com colonos. O sistema de colonização era muito diferente do adotado em outras províncias, como a de São Paulo, por exemplo. O objetivo precípua desse sistema era fazer do

povoamento e da colonização estratégias de conquista e instrumento de manutenção do território, pelo que se pretendia povoar áreas de florestas próximas a vales de rios. No sistema adotado na província de São Paulo, no entanto, o objetivo era solucionar a carência de mão-de-obra nas propriedades de café, quando já faltavam escravos. Este, por sua vez, teria sido o objetivo ‘secundário’ da política migratória adotada no Sul, uma vez que, com o processo de abolição já avançado, a mão-de-obra negra-escrava era cada vez mais escassa; os índios que muito antes já haviam sido escravizados, praticamente, não mais existiam, se considerado o número dessa etnia quando os colonizadores lusitanos lá chegaram.

Sendo assim, ao se prenunciar o fim da escravidão no Brasil, estabeleceu-se nesse período uma relação de ajuda mútua entre brasileiros e colonos/trabalhadores-imigrantes, como bem afirma Oliveira (2007):

O início da imigração para os estados do sul do Brasil data da década de 1820, quando são fundadas, por grupos de alemães, as primeiras colônias, nas atuais cidades de Itajaí (Santa Catarina, SC), Rio Negro (divisa entre os estados de SC e Paraná, PR) e de São Leopoldo (Rio Grande do Sul, RS). Segundo Nadalin (2001), com a lenta diminuição e o fim do tráfico (Lei Eusébio de Queirós, 1850) e com a elevação do preço do café e sua expansão no estado de São Paulo, parte considerável da população escrava paranaense é vendida para cafeicultores paulistas, provocando uma relativa crise de abastecimento agrícola, uma vez que eram eles os trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 2007, p. 3).

Diante dessa reconstrução do cenário do Sul do Brasil no período colonial, vivenciando um momento de crise nas lavouras, é possível perceber como esses colonos, primeiramente os alemães, expandiram-se pelo território brasileiro. Levaram consigo esse sistema de colonização para além da Região Sul, chegando, muitas vezes, bem mais longe, como aos atuais estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. Como resultado dessa expansão, conforme dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostragem do IBGE, em 2004, pode-se ter uma ideia de como as raças branca e negra⁸ encontram-se hoje distribuídas, pelas cinco grandes regiões do país. Veja-se no gráfico a seguir:

⁸ A população negra é composta por pretos e pardos.

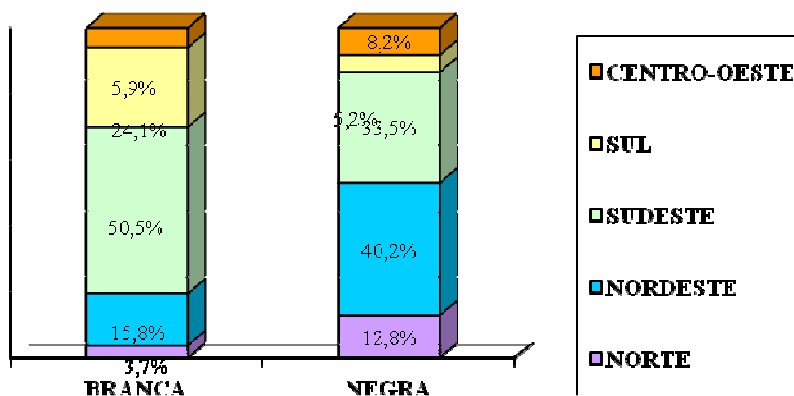


Gráfico 01 – Distribuição geral da população por cor/raça e região
Fonte: PNAD, 2004

Vê-se, pois, diante do breve histórico e dos números expressos no gráfico acima, que a região sul do Brasil destaca-se das outras quatro por seu povoamento diferenciado. Em 2004, como se observa, registrou-se apenas 5,2% de negros, o que a põe num extremo oposto às demais ao se considerar a grande concentração de estrangeiros, sobretudo de europeus, nessa região. Pode-se dizer, na prática, que os percentuais de brancos e negros no sul são inversamente proporcionais aos do nordeste, onde se tem a maior concentração de negros fora da África, com um percentual de 40,2% de descendentes africanos frente a 15,8%, apenas, de descendência europeia.

Diante desses dados, considera-se que, para a conformação populacional da atual “Europa brasileira”, contribuíram fatores de ordem natural e histórica, a saber: o clima, favorável à pecuária e à agricultura, a necessidade de garantir a posse de terras do Sul no período imperial, conforme se destacou no parágrafo anterior, uma vez que essa era uma região com pouquíssimos habitantes; houve também incentivo à entrada de mão-de-obra imigrante, em decorrência do processo da abolição da escravatura; a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as quais trouxeram para o Brasil, no século XX, milhares de europeus que vieram refugiar-se, principalmente, dos conflitos e da perseguição nazista; sem contar que, finda a Guerra, muitos oficiais nazistas também se refugiaram no Sul do Brasil.

Hoje, formada pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a Região Sul é uma das cinco grandes regiões em que se divide o Estado Federativo Brasileiro. Ela, por sua vez, marca os limites do país ao sul fazendo fronteira com outros três países da América Latina (Paraguai, Argentina e Uruguai) como se observa no mapa a seguir:

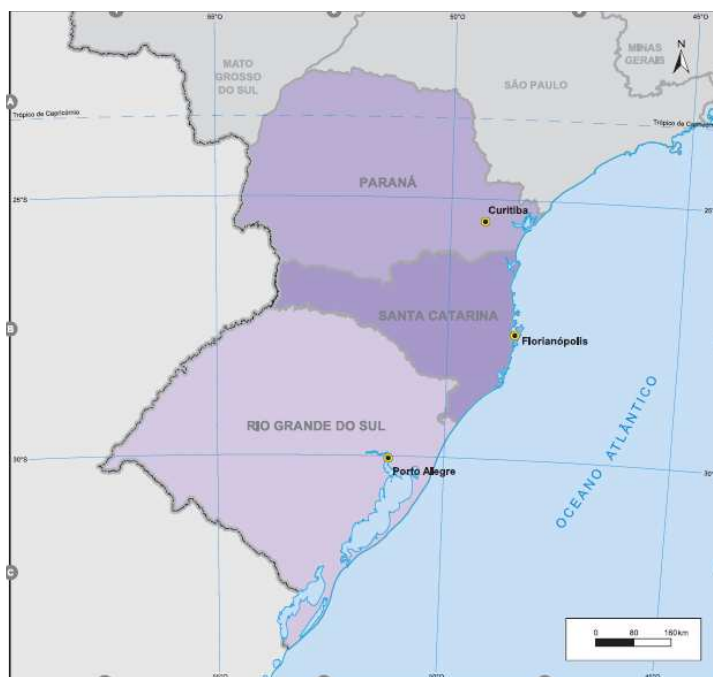


Figura 02 – Mapa da Região Sul

Fonte: http://www.ibge.gov.br/7a12/mapas/brasil/regiao_sul.pdf

Assim, composta por esses três estados, essa região totaliza uma superfície de 577.214 km², que faz desta a menor das regiões brasileiras. Por outro lado, possui uma economia bastante movimentada, atuando com extrativismo, agricultura, pecuária, indústria, energia, transportes e turismo, integrando, assim, a região geoeconômica Centro-Sul. Desse modo, a Região Sul do Brasil tornou-se um grande polo turístico, econômico e cultural, com forte influência europeia, sobretudo de italianos e germânicos.

Em virtude dessa movimentação econômica gerada pela força de trabalho dos antigos colonos, depois considerados migrantes, e seus descendentes brasileiros, esta região apresenta alto nível de desenvolvimento, mantendo bom equilíbrio entre os setores rural e industrial. Esse êxito acompanhou a evolução, preservando, entretanto, as características do(s) seu(s) povo(s). Em direção ao sul o planalto se transformou em extensas planícies denominadas *pampas*, onde as tradicionais atividades de *pastoreio* deram origem ao *gaúcho*, o equivalente brasileiro ao vaqueiro dessa região. A oeste, na fronteira do Brasil com a Argentina, encontram-se as Cataratas do Iguçu, uma das mais belas maravilhas da natureza no mundo. A maior cidade da região é Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, o estado que se encontra na fronteira meridional do Brasil.

Com vistas a apresentar as capitais dessa região, seguiu-se uma ordem cronológica, conforme proposto por Isquierdo (2008), segundo a qual se deve atentar para as notícias do

primeiro povoamento e não para a data oficial de criação da capital. De acordo com a cronologia apresentada pela autora, a sequência de surgimento dessas cidades seria: Curitiba, ainda no século XVII, Florianópolis no século XVIII e, por último, Porto Alegre, já no século XIX. Ressalta-se, porém, que, tendo-se consultado outras fontes em busca dessas informações históricas, a sequência se repetiria com alteração da data de surgimento de Florianópolis, uma vez que o início do povoado que lhe deu origem data em torno de 1675 conforme se registra no site oficial da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2008):

Já no início do século XVI, embarcações que demandavam à Bacia do Prata aportavam na Ilha de Santa Catarina para abastecerem-se de água e víveres. Entretanto, somente por volta de 1675 é que Francisco Dias Velho, junto com sua família e agregados, dá início à povoação da ilha com a fundação de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) - segundo núcleo de povoamento mais antigo do Estado, ainda fazendo parte da vila de Laguna - desempenhando importante papel político na colonização da região.

Resumida a história e atual situação da região Sul, abrangendo as três capitais de uma forma geral, chama-se aqui a atenção para cada uma delas, a começar por Curitiba, dada a sua importância para a consolidação das fronteiras e desenvolvimento dessa região, conforme cronologia apresentada acima.

Oficialmente, a cidade de Curitiba foi fundada em 1693, quando um pequeno povoado de bandeirantes foi elevado à vila. Entretanto, diante das divergências, diz-se que o surgimento da primeira capital sulina deu-se em torno dos anos 60 do século XVII, vindo a emancipar-se em 1853. Segundo Isquerdo (2008), data de 1661 a primeira notícia⁹ de bandeirantes na área onde *a posteriori* ergueu-se a cidade de Curitiba. Loregian-Penkall (2004), por sua vez, afirma ter-se deparado com opiniões divergentes a respeito da data precisa de abertura da rota de ligação dos campos do sul com as outras regiões do Brasil. Prosseguindo em sua investigação, a autora apresenta duas das opiniões encontradas: Goulart (1961), o qual acredita que a abertura desse caminho teria sido no século XVIII; e, por outro lado, Trindade (1992), para quem isso teria ocorrido antes, ainda no século XVII.

No entanto, essa imprecisão de datas não se mostra relevante para a análise aqui empreendida; interessa, sim, identificar os elementos que constituíram esse cenário de formação do povo sulino. Importa, pois saber quais etnias e quais atividades sociais desenvolvidas e quais organizações compunham a sociedade daquela época.

⁹ Segundo a autora, a notícia teria sido uma carta de sesmaria dando posse a Baltazar Carrasco dos Reis no Barigui.

Dessa forma, será possível perceber a contribuição desses povos com seu trabalho e como se organizaram a ponto de tornar um simples povoado de bandeirantes na primeira capital sulina, a atual Curitiba. Além desses, que abriram o caminho ligando o sul às demais regiões, sobretudo a São Paulo, e dos garimpeiros em busca do ouro, destaca-se aqui a figura dos ‘tropeiros’¹⁰. Esta denominação dava-se aos grupos de homens responsáveis pelo transporte das mulas do criadouro para o abate, que percorriam o ‘caminho do sul’, “[...] partindo dos campos do Viamão em direção ao norte” (LOREGIAN-PENKAL, 2004, p.256).

Certamente, nessas andanças, fossem bandeirantes, garimpeiros ou tropeiros, muitos ficavam pelo caminho, principalmente nos ‘Campos de Curitiba’, onde formaram suas famílias e passaram a conviver em sociedade. É possível imaginar tamanha variedade cultural e, conseqüentemente, linguística existente nessa comunidade, uma vez que

[...] muito mais que uma presença física, os tropeiros iam deixando fragmentos de cultura: pequenos povoados, modos de falar costumes, sentimentos... eles serviram de correios, prestavam primeiros socorros médicos, aceitavam encomendas e faziam às vezes de jornalistas (LOREGIAN-PENKAL, 2004, p. 260).

Após essa breve apresentação do elemento local, faz-se necessário relembrar a presença do elemento negro nesse cenário. Conforme dito (cf. 1.1.2), os africanos constituem a base da composição do estado paranaense, não obstante a tentativa de se ignorar, ou anular propriamente, a figura do negro, sobretudo na capital. Observa-se, no entanto, que, no discurso da maioria da população, ‘coincidentalmente’ brancos descendes de europeus, como já dito, há uma exagerada exaltação do povo de origem europeia e uma ‘natural’ exclusão do negro na sociedade curitibana. Nesse sentido, concorda-se com a seguinte ideia:

Denominamos inicialmente esse processo histórico não orquestrado de “produção de imagens da diferença”. Notamos, contudo, que essas imagens, (re)produzidas e difundidas por membros da elite política e intelectual paranaense durante toda primeira metade do século XX, são mais que parte de um processo de produção de crenças, mas funcionam como uma espécie de mito que (re)cria um certo “imaginário do sul”. Segundo este, a parcela sul do território brasileiro seria uma região social e culturalmente diferente das outras regiões do país. Numa palavra, se aquelas imagens não são o atestado de um “Brasil diferente”, talvez tenham produzido o “mito de um Brasil diferente”, com forte impacto sobre textos acadêmicos e escolares, mas também sobre o imaginário local (OLIVEIRA, 2007).

¹⁰ Para maiores informações, c.f. Loregian-Penkall (2004), onde se apresenta um histórico sobre os tropeiros.

Sugere-se, a partir dessa reflexão, (re)pensar a imagem e o conceito que se tem sobre esta e as demais capitais Sul. Não se desconhece a importante participação dos colonos no desenvolvimento dos 'Campos de Curitiba', nem se pretende inverter o 'jogo da luta racial'. Por outro lado, nota-se a urgência em se reconhecer a real participação do negro na capital paranaense, principalmente, onde os caminhos primeiros dessa região foram abertos para a chegada de negros-escravos, além dos bandeirantes, tropeiros e comerciantes que se somaram aos europeus que lá se instalaram, e onde mais se utilizou dessa mão-de-obra estrangeira.

Além desse quesito que remete a questões político-geográficas e econômicas, pensa-se no quanto esclarecedor seria para os estudos linguísticos e antropológicos se mais fonte fidedigna se tivesse do representante africano e também dos primitivos ameríndios que lá habitavam. Enquanto isso está se encaminhando, conforme movimentos crescentes de resgate do negro no estado do Paraná, sobretudo em Curitiba (SOCIEDADE TREZE DE MAIO, 2008), assinala-se o êxito dessa capital na economia, na indústria e na educação, áreas em que vem se destacando, a cada ano, com altos índices. Isto, sem dúvida, contou com uma participação efetiva dos imigrantes europeus (alemães, poloneses, ucranianos e italianos), ao longo do século XIX, que muito contribuíram para a diversidade cultural lá encontrada.

Quanto à segunda capital da região Sul, conforme o critério cronológico proposto no início desta seção e mediante a observação feita a respeito da divergência de datas, seu surgimento teria ocorrido ainda no século XVII, em torno de 1675, quando se registrou a chegada do bandeirante Francisco Dias Velho juntamente com sua família e agregados, fundando, assim, a localidade de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis). Surgiu, assim, o segundo núcleo de povoamento mais antigo do Estado, ainda como parte da vila de Laguna, desempenhando importante papel político na colonização da região. Entretanto, o fluxo de paulistas e vicentistas na região intensifica-se e, em 1726, o povoado de Nossa Senhora do Desterro é elevado à categoria de vila desmembrando-se do município de Laguna, pelo que se considera 23 de março de 1726 a data oficial de sua fundação. Chegando o século XIX, em 1823, tornou-se capital da província de Santa Catarina por Decreto Imperial.

Como se sabe, antes de ser colonizado, o Brasil era habitado por índios de famílias várias, tendo-se registrado nessa região a presença da família tupi-guarani, a qual deu origem aos índios 'carijó', resultante do cruzamento com os brancos europeus. Conforme o histórico de povoamento dessa região, apresentado nas páginas anteriores desta seção, o contingente populacional da cidade era, e ainda é, majoritariamente de origem europeia, destacando-se, como já se sabe, os colonos açorianos, os quais lá chegaram há mais tempo e em número bem maior do que os demais grupos colonizadores. Nesse contexto, além da

colonização análoga à de Curitiba, nota-se uma outra semelhança entre essas duas capitais: a negação do negro em vários aspectos, destacando-se aqui o acesso à educação e a qualidade da mesma, quando lhes é oferecida, o que certamente repercute na fase adulta, ao concorrerem com o branco no mercado de trabalho. Conforme consta do *Dossiê contra a violência racial em Santa Catarina*, disponível na página do ‘Núcleo de Estudos Negros – NEN (2008):

[...] vive-se, no Brasil e em Santa Catarina igualmente, sob o mito de uma democracia racial. E é esta crença, por ambas as partes, um fator essencial para que o preconceito prossiga sem ser investigado e punido [...] em Santa Catarina uma outra fantasia vem contribuir para a discriminação: a invisibilidade oficial da população negra. Acredita-se que estejamos vivendo no Estado “mais branco” do Brasil. Devido à grande quantidade de descendentes dos imigrantes europeus instalados nesta região anulou-se oficialmente a idéia da presença de negros em Santa Catarina [...]

No que tange a Florianópolis do século XXI, como se depreende do excerto acima, a condição à qual os afrodescentes, de um modo geral, vêm sendo renegados, reflete-se no aspecto social, inclusive na questão (socio)linguística. Observou-se, também, que, segundo a ‘Contagem da população 2007’, realizada pelo IBGE, a população estimada dessa capital é de 396.723 habitantes, numa área de 433 Km². Nesse município, vem-se registrando altos índices educacionais, decorrentes, por certo, de uma cultura europeia voltada para a educação. Ainda nesse mesmo ano da contagem, registrou-se um total de 47.101 matrículas no ensino fundamental e 14.942 no ensino médio. Além disso, outro fator interfere de forma direta nessa questão educacional, o número de docentes que se registra na capital catarinense, na qual recensearam-se 2.369 docentes de ensino fundamental e 988 de ensino médio.

Finalizando essa breve contextualização da cidade de Florianópolis, ressalta-se que esses números demonstram uma significativa diferença tanto entre os totais de matrículas nos dois níveis pesquisados, quanto entre o total de docentes recenseados nos mesmos. Isto se tem mostrado também nas demais regiões brasileiras, nas quais a quantidade de alunos que ingressam no ensino médio é sempre expressivamente inferior à que se registra nas séries do ensino fundamental e assim sucessivamente.

No século XIX surge Porto Alegre, a última capital que viria a compor a região Sul do Brasil. Como se sabe, os primeiros habitantes desta, e das outras regiões brasileiras, foram os indígenas, e nesta, especificamente, os Guaranis. ‘Descobertas’ essas terras, deu-se a necessidade de reparti-las entre os que ali chegavam – sobretudo os tropeiros – e se

instalavam às margens do rio Guaíba. Logo, nesta área, foram outorgadas três sesmarias¹¹, consideradas marcos históricos da colonização dessa parte do Sul do país. Destaca-se, pois a sesmaria do tropeiro Jerônimo de Ornellas, a qual representou, de fato, o ponto inicial da capital gaúcha, sendo ele pioneiro desse povoamento, lá chegando no século XVII.

A princípio, em 1732, esse povoado recebera o nome de ‘Porto de Viamão’, por estar à margem da lagoa do Viamão. Por sua posição geográfica privilegiada, desenvolveu-se rapidamente, o que facilitou a ancoragem de embarcações trazendo levas de casais açorianos ao longo do século XVIII. Nessa época, já denominado de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, esse povoado acabou sendo dividido em dois por um edital eclesiástico de 26 de março de 1772, data em que se comemora o aniversário da sua fundação, criando-se, por meio desse, a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais.

Cerca de um ano depois, em 1773, nascia, então, a capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Esta, em 1808, foi elevada à categoria de Vila e, somente na segunda década do século XIX, pela Carta de Lei, de 14 de novembro de 1822, o Imperador D. Pedro I passou a Vila de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre à categoria de Cidade. Vinte anos depois de ser reconhecida como cidade, por volta de 1845, seguiram-se anos de prosperidade. Com a vinda dos primeiros imigrantes alemães e italianos que desembarcam na capital, foram instalados restaurantes, pensões, pequenas manufaturas, olarias, alambiques e diversos estabelecimentos comerciais.

Avançando para o final do século XX, já em 1996, cerca de sessenta anos após ser oficializada, a prefeitura municipal passou a responder diretamente pela administração pública daquela localidade e Porto Alegre destacou-se em expectativa de vida, qualidade do ensino superior e consumo *per capita*. Dessa forma vem acumulando vários prêmios e títulos de caráter nacional e internacional, sobretudo em educação e qualidade de vida, destacando-se o selo de “Cidade Livre do Analfabetismo” concedido pelo Ministério da Educação em 2006.

Hoje, a população porto-alegrense é de 1.420.667 (IBGE, 2007), distribuída por uma área de 497 Km² e PIB *per capita* de 20.900 reais (referente a 2006). Tal situação favorece o acúmulo de títulos que põem a cidade em destaque no ranque nacional, tais como o *Projeto Formação de Educadores da Escola de Gestão Pública da Secretaria Municipal de Administração* – SMA – e o primeiro lugar na categoria Educação Ambiental, pela publicação da primeira edição da *Cartilha Ambiental* em braile, ambos recebidos em 2008.

¹¹ Sesmarias do Sul: São José, pertencente a Sebastião Francisco Chaves; Nossa Senhora de Santana, propriedade de Jerônimo de Ornelas de Menezes de Vasconcelos; e São Gonçalo, de Dionísio Rodrigues Mendes

2 REFERÊNCIA À 2ª PESSOA: HISTÓRIA, TRADIÇÃO E USO

Neste capítulo apresenta-se o objeto de estudo deste trabalho sob três perspectivas: histórico-social, tradicional e linguístico-funcional. Esta tríplice abordagem justifica-se por se acreditar que as três concepções são complementares. Ou seja, a história apresenta uma visão panorâmica do fenômeno, para além da realidade linguística analisada; a tradição fornece o parâmetro para a análise do uso, e a visão linguístico-funcional traz à tona a realidade do emprego da língua permitindo a elaboração de hipóteses e a investigação das mesmas.

Para Modesto (2005) “[...] há duas formas de compreendermos a questão das formas de tratamento: uma, histórico-social, baseada nas mudanças de estrutura social e heranças históricas; outra, através da intenção/escolha que o falante faz no momento da interação verbal”. Entende-se, assim, que o autor não exclui a visão tradicional, mas parte dela, como os demais estudos do gênero, e, por isso, não a apresenta como uma possibilidade de análise.

Ao se estudar as formas de tratamento a partir do primeiro ponto de vista apresentado por Modesto (2005), pode-se observar o uso crescente da forma inovadora *você* como alternativa para um tratamento neutro, sem marcas de hierarquia; por conseguinte, nota-se o uso cada vez mais restrito da forma canônica *tu*. Sendo esta, a perspectiva histórico-social, a primeira a ser exposta neste trabalho, ressalta-se que um estudo nessa linha remonta à “Teoria das relações simétricas e assimétricas” (BROWN; GILMAN, 1960).

De acordo com essa teoria, as atitudes linguísticas dos indivíduos em sociedade estariam relacionadas a uma espécie de acordo tácito, ao qual subjazem as noções de ‘poder e solidariedade’ entre os interlocutores. Partindo dessa ideia, Brown e Gilman (1960) deram uma grande contribuição para a realização do estudo sobre o uso das formas tratamento com o *The pronouns of power and solidarity*. Foi depois deste trabalho que as abreviaturas “T” e “V”, advindas do latim *tu* e *vos*, tornaram-se conhecidas. Estas formas latinas já denotavam, respectivamente, [+intimidade], sendo usada no trato familiar (relação solidária), e [-intimidade], destinada às relações mais cerimoniais (não-solidária).

Do ponto de vista da opção do falante por uma das formas concorrentes, em determinado contexto de fala, assinala-se a incongruência com a descrição tradicional, uma vez que essa escolha está, naturalmente, subjugada a fatores de ordem interna e, sobretudo, externa (sociais) à língua. Nesse sentido, considerando os condicionamentos externos da comunicação, o contexto semântico-pragmático-discursivo, é importante lembrar, também, o princípio da polidez – “Teoria da Polidez” (BROWN; LEVINSON, 1978, 1987) –, cuja

origem encontra-se em E. Goffman (1967), citado por Martelotta (2008, p. 97), que faz a seguinte afirmação:

Em geral, segundo os estudiosos da polidez, as pessoas tendem a cooperar entre si para manter a face na interação, agindo de modo a assegurar a auto-imagem de todos os participantes. [...] Nessa perspectiva, a face é construída pelo indivíduo e está associada às situações sociais e interacionais nas quais se manifestam determinadas habilidades ou condutas como polidez, tato e diplomacia. Há sempre um esforço por parte das pessoas em prol da preservação da face que se torna, então, condição da interação.

Nota-se, de acordo com essa perspectiva de análise, que se tenta manter um equilíbrio nas relações face a face, para o qual contribuem atitudes de ‘cortesia’ que seriam mantidas por sentimentos de comuns, tais como: orgulho, honra e dignidade, segundo Goffman (1980 apud MARTELOTTA, 2008). Trata-se, portanto, da ‘face social’, a qual “está associada às regras e convenções da sociedade”, conforme Martelotta (2008, p.98). Assim, este autor apresenta, em seguida, as regras de polidez propostas por Lakoff (1973), a saber: (i) não imponha; (ii) dê opções; (iii) faça “A” sentir-se bem; seja amigável.

Considerando, então, a simetria/assimetria e a polidez nas relações sociais, caminha-se em direção ao paradigma funcional da linguagem. Neste enquadram-se os estudos das seguintes escolas: sociolinguística, sociolinguística interacional, o funcionalismo, a análise do discurso e a pragmática, dentre outras, conforme Martelotta (2008), o qual afirma:

Cada uma delas, a seu modo, ou seja, de acordo com seus modelos teóricos, considera a língua em uso, observando os fenômenos de variação e mudança lingüísticas, as interações face a face (e de outros tipos) entre falante e ouvinte, as influências sociais e psicossociais na estrutura da língua, a ideologia e a construção da subjetividade, os atos de fala no lugar de frases e sentenças verdadeiras (MARTELOTTA, 2008, p. 88).

Sendo assim, as pesquisas linguísticas de cunho empírico, em sua maioria orientadas pelos princípios da Teoria da Variação (LABOV 2008[1972]) e do Funcionalismo (DIK, 1978-1989), defendem que o estudo da língua não pode prescindir do controle de variáveis sociais e pragmático-discursivas (GALVÃO; NASCIMENTO, 2008). Como se observa, essas duas linhas teóricas que mais vêm se destacando nos últimos anos, priorizam a língua em uso, analisando o perfil do indivíduo que a utiliza e os contextos (linguísticos e sociais) em que uma ou outra variante é selecionada.

Diante disso, apresentam-se, nas próximas seções, um breve histórico das formas de referência à 2ª pessoa (2.1); a descrição tradicional (2.2), não obstante o desuso de algumas formas, sobretudo do obsoleto *vós*; e, por último, expõem-se alguns estudos (2.3) que corroboram as mudanças apontadas há, no mínimo, três séculos, concernentes ao paradigma pronominal da 2ª pessoa no PB.

2.1 O VALOR SOCIAL: ESTUDOS HISTÓRICOS

Para cumprir a tarefa de descrever um percurso tão longo, e ainda inacabado, como o dos pronomes, sobretudo da referência à 2ª pessoa, recorreu-se à *História da Língua Portuguesa* de Teyssier (2007 [1980]). Além dessa obra, outros trabalhos tais como Monteiro (1994), Menon (1995; 2006b) e Faraco (1996) contribuíram substancialmente para a construção deste capítulo. As informações aqui resumidas a respeito da trajetória dos pronomes pautam-se, principalmente, por essas abordagens históricas. Estas, por sua vez, e de maneira complementar, permitem uma visão ampla das mudanças ocorridas na língua portuguesa no que diz respeito ao seu quadro pronominal até a atual configuração paradigmática dessa categoria.

2.1.1 No princípio *vós* era ‘o rei’

De acordo com Teyssier, o ‘tratamento’ já vem sendo foco de análise desde o galego-português. Neste, segundo o autor, só havia duas formas para se dirigir à 2ª pessoa na interlocução: o *tuteamento* (trato por *tu*) familiar e o reverente *voseamento* (trato por *vós*). O autor acrescenta que as fórmulas de referência que levavam o verbo para a terceira pessoa ainda eram desconhecidas. A referência ao interlocutor, dentre outros fenômenos linguísticos observados no galego-português, foram encontradas em textos oficiais e particulares datando por volta de inícios do século XIII.

A partir do século XIV, separado do galego e cada vez mais longe da Galícia, o PE moderno emerge do eixo Lisbo-Coimbra, o qual passa a ser o centro de domínio da língua portuguesa. Dessa região, onde se encontravam as principais instituições de cultura e a corte, partiram as inovações destinadas a permanecer. Nesse polo cultural situou-se a norma que ‘determinou’ o uso da língua falada e, sobretudo, escrita desse período, tornando-se o PE independente já em finais do século XIV.

Sendo assim, no que diz respeito à maneira de o falante dirigir-se ao seu interlocutor, Teyssier (2007 [1980], p.89) afirma, ainda sobre o PE, que “[...] até por volta de 1500, o português conhecia, como o francês, apenas o *tuteamento* familiar ou o *voejamento* respeitoso”. A partir desse período, denunciando, ou traduzindo, as modificações pelas quais passava a sociedade lusa, outras formas começam a surgir, tais como: *vossa graça*, *vossa excelência*, combinadas com a terceira pessoa, e *vossa mercê*, a mais usada. Até mesmo por essa frequência e expansão do seu uso, não sendo mais deferente para o rei, esta última forma de tratamento passa por erosão fonética (foneticização) e semântica ([re-] semanticização).

Assim sendo, segundo Teyssier (2007 [1980], p.89), a expressão nominal de referência ao rei passou pelos seguintes estágios: *vossa mercê* > *voacê* > *você*. Portanto, já no século XVII a forma inovadora erodida e ressignificada, o *você*, aparece no trato familiar, em detrimento do uso de trato respeitoso de outrora, mas conservou-se, por um tempo, o *vossa mercê*, concorrendo com *vossemecê*, esta tida como variante popular. Com isso, abriu-se uma lacuna no paradigma pronominal da língua portuguesa, uma vez que o lugar da forma de tratamento deferente ‘ficou vago’. Com respeito a isso, afirma-se que, em substituição ao *vossa mercê*,

[...] aparecem várias outras maneiras de tratar um interlocutor: *vossa excelência*, (forma abreviada: *vocência*); *o senhor* seguido do nome, o nome só, etc., sem sujeito expreso. Na língua dos séculos XVII e XVIII essas fórmulas correspondem a um código social rígido (TEYSSIER, 2007 [1980], p.89).

Constatando, no PE, o uso de *você* cada vez mais expandido e ressignificado ao longo dos séculos XVII e XVIII, Teyssier (2007 [1980]) afirma que,

[...] desde o século XIX, a segunda pessoa do plural sai completamente do uso falado normal. Finalmente, assiste-se, nos dias atuais [referente ao século XX], a uma certa simplificação do código de tratamento, que, ainda assim, em condições normais de comunicação linguística, é para o estrangeiro fonte de amedrontadoras dificuldades (TEYSSIER, 2007[1980], p. 90)

Tratando-se especificamente da língua portuguesa falada no Brasil, como se expôs no capítulo referente à ‘sócio-história’, alguns fatos históricos foram decisivos para a sua conformação, os quais se encontram também arrolados na obra de Teyssier. De acordo com essa descrição e a de outros trabalhos de cunho histórico, o PB apresenta características específicas que denotam a realidade do seu contexto de formação e, não obstante as tentativas

de unificação, as questões relativas à semântica, pragmática e discurso fogem ao controle do conservadorismo da norma lusocêntrica. Entretanto, é importante frisar que alguns fenômenos ocorridos no PE acabaram repetindo-se ‘naturalmente’ no PB, não por uma ‘deriva pura e simples’, mas pela interferência natural da língua já simplificada que aqui chegava com os portugueses trazidos em grande número ao longo dos séculos XVI e XVII.

Diante disso, no que tange à forma de referência ao interlocutor no PB, observa-se que, assim como em Portugal, houve uma simplificação do código de tratamento no Brasil. De acordo com Teyssier (2007 [1980]),

[...] o *vós* desapareceu, mas o *tu* sobrevive apenas no extremo sul e em áreas não suficientemente delimitadas do Norte. Em circunstâncias normais, existem apenas duas fórmulas: o tratamento por *você*, que é familiar, e o tratamento por *o senhor, a senhora*, que é mais reverente (TEYSSIER, 2007 [1980], p. 89).

Monteiro (1994), atento a este e outros fenômenos que já se mostravam claramente no uso dos pronomes pessoais no PB, realizou um estudo amplo sobre este tema, do qual resultou o conhecido livro *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Nessa obra, faz-se uma abordagem, rica em detalhes, sobre as mudanças observadas no emprego das formas pronominais. Dessa pesquisa, destaca-se aqui a subseção 5.2 (Capítulo 1, II parte), em cujo tópico o autor chama a atenção para ‘A generalização do pronome *você*’. Segundo Monteiro (1994, p. 152), “todas as mudanças que ocorrem no sistema dos pronomes pessoais em última instância são acomodações que procuram eliminar os vestígios de caso”.

Partindo da concepção do autor acima citado, o aparecimento do *você* teria sido decisivo para as transformações ocorridas no paradigma pronominal do PB. Nesse sentido, seria possível atribuir ao surgimento dessa nova forma fenômenos como, por exemplo, a tendência ao preenchimento do sujeito. Chama-se a atenção, portanto, para o caráter conjuntural desse fenômeno, uma vez que se vem confirmando a sua correlação com a redução do esquema de conjugação verbal. Notou-se, pois, que a neutralização de desinências modificou o arquétipo de pessoas gramaticais, o que, por conseguinte, levou à “perda da distinção formal entre as funções exercidas pelos pronomes” (MONTEIRO, 1994, p. 153).

Debruçando-se sobre o estudo do sistema pronominal brasileiro, Menon (1995) aborda de maneira consistente, mas sucinta, questões imbricadas a esse tema. Neste trabalho, a autora corrobora o desaparecimento do *vós*, fato que diz ser inquestionável, e critica os manuais escolares que continuam apresentando um paradigma pronominal não mais correspondente à

realidade de uso dessas formas conforme visto na subseção anterior. Para a autora, o principal responsável pelo início das modificações desse arquétipo foi a forma plural de referência, o *vós*, “por ser esta menos marcada” (MENON, 1995, p. 93). Retomando trabalhos¹² anteriores, além do último citado, Menon (2006b, p. 99) afirma:

[...] a questão da implementação do *você* no PB, no entanto, sempre foi a mola-mestra dessas preocupações, seja pela questão da mudança na morfologia, verbal, [...] seja pela alternância *tu/você* [...] seja pela variação no indivíduo e na comunidade [...] ou, ainda, na questão dos clíticos e dos possessivos e com as questões do ensino[...] (MENON, 2006b, p. 99).

Com respeito a esse fenômeno, destaca-se aqui o importante e esclarecedor trabalho de Faraco (1996), no qual se aborda ‘O tratamento *você* em português’, numa perspectiva histórica. À página 57 desse texto, o autor reproduz o pensamento de Bakhtin; Voloshinov (1973, p.19), afirmando que a língua é “o mais sensível indicador das mudanças sociais”. Ainda conforme conclusões de Faraco (1996, p. 57), o sistema de tratamento reflete de forma particular “essa dinâmica inter-relação entre fatores sociais e verbais”. Isto se justifica porque, se é através da linguagem, escrita e, sobretudo, falada que se dá a interação, “esse sistema representa talvez de forma mais direta alguns dos fundamentos axiológicos da organização social”, conforme afirma Faraco (1996), o qual, na sequência do texto, ainda declara:

Assim, se uma sociedade passou ou está passando por rápidas mudanças que se refletem nas relações interpessoais possíveis, pode-se esperar que mudanças lingüísticas na área do tratamento venham ocorrer, com possíveis conseqüências para outros sistemas de estrutura da língua (FARACO, 1996, p.57).

Como se percebe, as transformações pelas quais passou a sociedade portuguesa ao longo dos séculos, principalmente do XV ao XIX, desencadeou uma sequência de ajustes na antiga estrutura social que refletiu, seguramente, na reformulação das relações em sociedade. Isto implica dizer que a complexa e rígida conjuntura organizacional de outrora se diluiu, ou seja, passou-se a ter uma estrutura menos marcada socialmente. Essa desierarquização, por sua vez, resultou, como era de se esperar, em mudanças no sistema de tratamento, surgindo, assim, novas formas a fim de atender à necessidade do falante na interlocução.

¹² As questões citadas no trecho transcrito encontram-se, respectivamente, nos seguintes trabalhos: Menon (1998; 2000; 2003; 2004); orientações de mestrado: Loregian-Penkall (1996); Hausen (2000); Menon e Loregian-Penkall (2002); Loregian-Penkall (2004); Fagundes (1997); Dalto (2002); Menon (1994; 1996a; 1997).

Consoante Faraco (1996, p.55), “[...] novos padrões de vestuário, de alimentação e de tratamento do interlocutor foram introduzidos entre a nova aristocracia [...]”. Tal afirmação é proferida pelo autor na tentativa de mensurar o efeito do impacto das mudanças ocorridas em Portugal entre os séculos XV e XVI. Em decorrência dessa reestruturação social o *vós* tornara-se insuficiente para a marcação de *status* formal. Surgem, a partir de então, formas de deferência que, a princípio eram usadas paralelamente à forma tradicional. Como destaca o autor, esse fenômeno foi comum a várias línguas europeias, mas o português diferenciou-se por apresentar “[...] uma dinâmica social e linguística peculiar, tanto pela extensão social das novas formas, como pela criação de um novo pronome de segunda pessoa do discurso e os respectivos impactos gramaticais desse fato [...]” (p.58).

Diante da rapidez com que se multiplicaram as formas de tratamento em Portugal, duas questões se impõem: (i) a origem; e (ii) as causas do aumento da frequência de uso no século XV. Segundo esse estudo desenvolvido por Faraco (1996), formas estruturalmente semelhantes a *Vossa Senhoria*, *Vossa Majestade*, *Vossa Alteza* e *Vossa Excelência*, já eram usadas no Latim – ao longo do século XV –, sendo *Vossa Mercê* considerada a mais antiga delas. Esta última, que viria a dar origem ao atual *você*, teria sido registrada pela primeira vez no texto das Cortes já no século XIV, como demonstrou Santos Luz (1956 apud FARACO, 1996).

Tais informações a respeito da origem e dos primeiros registros escritos das novas alternativas de tratamento no português foram foco do estudo realizado por Santos Luz (1956 - 1958). Em seu primeiro trabalho, a autora apresenta uma tabela, abaixo reproduzida, na qual expõe dados que denunciam a alteração de valor social das referidas formas, desde a primeira metade do século XV:

Tabela 02 – Frequência das *formas nominais de referência* no português arcaico – século XV

Período Forma	1455	1472-3	1477	1481-2	1490
<i>Vossa Alteza</i>	44%	50%	54%	69%	99%
<i>Vossa Senhoria</i>	37%	13%	28%	24%	1%
<i>Vossa Mercê</i>	19%	37%	18%	7%	-

Fonte: Faraco (1994, p.60) (adaptada)

Quanto à origem e às causas da acelerada extensão dessas formas nominais, Faraco (1996) fala da profícua relação entre língua e organização social ainda em terras portuguesas, atribuindo a criação de *Vossa Mercê* e *Vossa Senhoria* à sociedade medieval. Tal conclusão

estaria fundamentada no fato de essas formas relacionarem-se tanto com a mercê do rei (proteção real) quanto com seu senhorio (poder feudal). Entretanto, quanto ao ponto original dessas inovações na referência, para ele ainda restam dúvidas; a primeira seria oriunda da Península Ibérica e a outra da Itália.

Atentando, especificamente, para a motivação da rápida extensão e a posterior resignificação do valor social dessas duas formas de tratamento na comunidade lusa, Faraco (1996) destaca que as condições sociais e os acontecimentos históricos ocorridos em Portugal e no Brasil, como se sabe, foram distintos. Nessa perspectiva, supõe-se que “desde o início da ocupação europeia do Brasil, as formas predominantes de tratamento do interlocutor eram diferentes variantes de *Vossa Mercê*” (FARACO, 1996, p.65). Tomando por base trabalhos¹³ sobre as duas variantes do português, o PE e o PB, Faraco (1996, p.63) conclui que “[...] infelizmente, não há dados suficientes para se reconstruir acuradamente os dois processos ou escala socioestilística das diferentes formas derivadas de *Vossa Mercê*, cujo estágio mais avançado é a atual *cê*, usada no Brasil em situações bastante informais.”

Chegando-se à atual situação do processo de ‘evolução’ do *Vossa Mercê* no Brasil, tenta-se, aqui, resumir essa longa história. Nesse intuito, vale lembrar que as principais transformações pelas quais passou essa forma nominal de tratamento aconteceram entre os séculos XIV e XVIII (FARACO, 1996) Tendo origem em Portugal, as mudanças no paradigma de tratamento da Língua Portuguesa começam quando um sistema particular de referência à 2ª pessoa do discurso surge em substituição ao sistema tardio do Latim, composto apenas de duas formas *tu* e *vós*. A primeira era utilizada para a referência a apenas um interlocutor, no trato íntimo/familiar; já a forma plural usava-se tanto para se referir a um único interlocutor, de maneira formal, quanto para mais de um, podendo ser este tratamento formal ou informal.

A posteriori, com o aparecimento das formas nominais já mencionadas, esse sistema de referência à 2ª pessoa amplia-se e reformula-se, com o verbo na 3ª pessoa. Sabe-se, no entanto, que o surgimento dessas novas fórmulas, não foi exclusividade do português, mas neste repercutiram de maneira diferenciada do ocorrido nas demais línguas românicas. Funcionando, a princípio, como vocativo, essas expressões passaram então a assumir outras funções (MONTEIRO, 1994; FARACO, 1996), desencadeando, assim, uma série de mudanças no paradigma pronominal, sobretudo do PB.

¹³ A respeito do PE, citam-se Paiva Boléo (1946), Rodrigues Lapa (1970) e Said Ali (1976); sobre o PB o autor cita Nascentes (1956) e Amaral (1976 [1920]).

2.1.2 O sistema de tratamento nas línguas românicas

Conforme Cintra (1986) e Faraco (1996), a respeito das formas de tratamento no português, sabe-se da existência, entre os séculos XIII e XIV, de duas formas de referência à 2ª pessoa, herdadas do latim: *tu* e *vós*, as quais eram utilizadas segundo o grau de intimidade entre os interlocutores, como ainda o é em francês.

Quanto às línguas românicas, destacam-se, para fim de uma breve comparação com o português, o francês e o espanhol. Como se sabe, a língua francesa foi a única que conservou o sistema tardio latino, ao passo que as outras seguiram rumos diferentes, conforme o contexto no qual cada uma se desenvolveu. Segundo Cintra (1972, p.13, apud LOPES, 2003 p.02)¹⁴, o uso frequente de formas nominais de tratamento no português atual é um diferencial frente à ocasionalidade do emprego das mesmas nas demais línguas neolatinas. Com respeito a isso o autor afirma:

O francês cobre com um simples *vous*, o espanhol com *usted*, o italiano com um *lei*, quase todo o campo dentro do qual empregamos os tratamentos nominais, e ainda a maior parte daquele em que nos servimos dos pronominais *você* e *V. Ex^a*. (eles próprios antigos tratamentos nominais, hoje decaídos semanticamente e total ou quase totalmente gramaticalizados. (CINTRA, 1972, p.14 apud LOPES, 2003, p. 02)

De posse dessa informação, analisou-se o quadro pronominal apresentado por Avolio e Feury (2006), no qual se observou que o conjunto de formas para referência à segunda pessoa em francês constitui-se apenas de dois pronomes, *tu* e *vous*, “[...] já que não existem os pronomes de tratamento da língua portuguesa. Assim, *tu e vous* e suas variações podem ter traduções diversificadas” (AVOLIO; FEURY 2006, p.88, grifos dos autores). Diante dessa assertiva, procura-se mostrar a variação que vigora no português e a ausência deste fenômeno na língua francesa, até onde se tem conhecimento, a respeito do emprego dos pronomes pessoais em francês. Nesse intuito, reproduzem-se, a seguir, alguns exemplos que ressaltam a diferença do uso dos pronomes nessas duas línguas conforme observações da gramática consultada:

(01) **Tu** *sortiras avec elle.*

Tu sairás com ela (ou: **Você** sairá com ela).

¹⁴ Texto apresentado no V Encontro Nacional de estudos medievais da ABREM, em 2003.

(02) *Vous qui êtes toujours à l'heure, jê vous félicite!*

Você que sempre é pontual, eu **o** (ou: **a**) parabenizo!

ou: O senhor, que sempre é pontual, eu **o** parabenizo!

ou: A senhora, que sempre é pontual, eu **a** parabenizo!

Por outro lado, o francês apresenta outras fórmulas de tratamento, sendo as mais frequentes: *Monsieur, Madame, Mademoiselle*. Estas correspondem, respectivamente, a: o *senhor*, a *senhora*, a *senhorita*, em português. Não se pode dizer que essas formas, da maneira como são usadas na língua francesa, inexistem em português, outrossim são de uso muito específico e, mais recentemente (cf. exemplo 02), assume a função de deferência, uma vez que as antigas formas destinadas a esse papel no PB perderam tal traço semântico.

O espanhol, por sua vez, não conservou o sistema latino binário como o francês, uma vez que o sistema de tratamento na Espanha passa por uma crise, semelhante à vivida em Portugal. Diante disso surge, no século XV, o *Vuestra Merced* como forma de tratamento deferente. A princípio, nota-se que “[...] apesar de *Vuestra Merced*, a alternância entre ‘vos’ e ‘tú’ se manteve; no entanto, *vos* começa a perder o valor de respeito. De um modo geral, *vos* se mantém como uma forma de tratamento intermediária entre *Vuestra Merced* y *tu*”¹⁵ (CAAMAÑO, 1984, p. 28, tradução nossa).

Destaca-se, por conseguinte, a evolução do *Vuestra Merced* > *usted*, processo, até certo ponto, análogo ao ocorrido na LP: *Vossa Mercê* > *você(cê)*. No entanto, vale lembrar que a introdução dessa nova forma, já gramaticalizada, “[...] desenhou diferentes rearranjos nos sistemas verbal e pronominal das línguas em questão [...]” (FARACO, 1996, p.55). Desse modo, no que diz respeito ao uso de ‘*usted*’ frente ao ‘*tú*’ e ao ‘*vos*’, atualmente, observa-se: (i) na norma culta da América e da Espanha utiliza-se a forma inovadora, singular – ‘*usted*’ –, designando tratamento formal; (ii) no uso geral, corresponde a um tratamento mais distante, implicando cortesia e formalidade, como se verifica no exemplo reproduzido¹⁶ a seguir:

(03) *Usted escriba su reclamación en un papel.* (Leñero *Mudanza* [Méx. 1979])

Quanto ao uso dessa nova forma no plural – ‘*ustedes*’ – comparado à forma canônica de ‘*vosotros*’, nota-se, na maior parte da Espanha (cf. ex. 04 e 05a), o mesmo valor social de

¹⁵ “[...] apesar de *Vuestra Merced*, el intercambio de *vos* y *tú* se mantuvo; sin embargo *vos* empieza a perder el valor de respeto. De todos modos *vos* se mantiene em um punto intermédio de *Vuestra Merced* y *tu*”. (CAAMAÑO, 1984, p.28)

¹⁶ Informações extraídas da página da ‘Real Academia Española’ – ERA.

cortesia e formalidade expresso pela forma inovadora no singular. Por outro lado, na América, ao sul e sudoeste da Espanha e nas Canárias, predomina o uso de ‘ustedes’, e seus correspondentes, denominado ‘ceceo’ (cf. ex. 05b e 5c). Nesses dialetos, utiliza-se a variante inovadora para referência a mais de um interlocutor, de maneira formal e informal. Vejam-se:

(04) *Ustedes perdonen. Soy el Oficial del Juzgado* (Suárez Dios [Esp. 1987]).

(05) a. *Siéntense, se lo ruego. Ustedes no se conocen: el señor Germán Hernando, el señor Juan Antonio Molero* (Marsillach Ático [Esp. 1995]).

b. *Quiero hacerles un presente, expresión de nuestro cariño y simpatía por ustedes* (Aguilera Pelota [Ec. 1988]).

c. *A ver, niños, ¿a ustedes les gustan los dulces?*(Maldonado Latifundios [Col. 1975]).

Ainda sobre o uso da 2ª pessoa no espanhol, é importante lembrar que *vos* e *vosotros* são formas comuns aos falantes desta língua, ocorrendo o ‘voseo’ na maior parte da Hispanoamérica, mas em diferentes graus. Essa diferenciação impõe-se pelos princípios da cortesia e do respeito à posição social do ouvinte (poder/solidariedade).

Voltando ao português, observa-se que a “perda de deferência”, no entanto, não implica desrespeito ou informalidade, conforme os princípios da simetria e da polidez, apresentados na introdução deste capítulo. O que se nota no emprego das formas de referência no PB, com o passar dos anos, é, senão, uma fluidez e tentativas de suavizar a abordagem, em prol de relações mais igualitárias, cumprindo-se, assim, o referido ‘acordo tácito’, no sentido de assegurar o direito de cada um expressar-se e ser respeitado.

Por fim, embora Faraco (1996, p.65) tenha concluído que “[...] a extensão do *você* no Brasil nada tem a ver com condições mais democráticas de vida [...]”, considerando que no Brasil ‘não houve’ a crise de tratamento ‘como’ em Portugal, acredita-se na interferência da reorganização social. Desse modo, o caráter democrático, solidário e polido no trato com o outro, que se observa hoje no PB, decorreria, também de um ‘afrouxamento’ das relações sociais pós-ditadura. Isto, por sua vez, teria corrido após a desburocratização e quebra de hierarquias excessivas, estas compassadas à instauração do regime democrático no Brasil.

2.2 O QUE DIZ A TRADIÇÃO

Segundo a concepção de Dionísio, o Trácio, comentada por NEVES (2005, p. 166), “pronome é a palavra usada no lugar do nome, indicativa de referência pessoal definida”. Tal definição implica indicação pessoal, além da ideia de que o pronome se usa no lugar do nome. De acordo com esse conceito, os pronomes classificam-se em duas espécies: primitivos (pessoais) e derivados (possessivos), estes são também chamados de bipessoais, uma vez que designam o possuidor e o possuído.

Na versão de Apolônio Díscolo, pronome é “a palavra que se põe no lugar do nome, que representa pessoas determinadas e que tem casos e números expressos em formas distintas, quando não tem os gêneros claramente definidos pela forma”, conforme ideia reproduzida em Neves (2005, p.186). Analisando ainda o pensamento do autor a respeito dos pronomes, observa-se que ele apresenta uma revisão crítica de definições de pronomes já postuladas. Nesse intuito, destaca, dentre outras, a definição de pronome proposta por Aristarco, o qual denominava os pronomes como “palavras conjugadas segundo as pessoas”. Essa definição, conforme a crítica de Apolônio, caberia também para os verbos, por isso não seria a mais adequada.

A respeito das diferenças entre nome e pronome, para Apolônio o pronome sempre determina, define as pessoas, o que não ocorre com o nome. O autor chama a atenção ainda, insistentemente, para a diferença entre o nome e o pronome no que se refere à sua relação com as pessoas do discurso, enquanto que o nome só exprime a 3ª pessoa.

Ainda segundo essa perspectiva, “pronome tem uma natureza dupla” (NEVES, 2005, p.189) e, por isso, flexiona-se duplamente: apresenta casos, como o verbo, e pessoas, como o nome. Apolônio comunga com Dionísio da ideia de que os pronomes podem ser primitivos e derivados. Para Apolônio, por fim, os nomes apresentam os seguintes casos: nominativo, pronomes primitivos (pessoais), e genitivo, os derivados (possessivos), conforme expõe Neves (2005, p. 189), a qual também afirma que “[...] todo pronome é demonstrativo dêitico, ou relativo anafórico; os de primeira e de segunda pessoa são sempre dêiticos; os de terceira pessoa são demonstrativos e relativos”. Apolônio, ainda segundo autora, classificava como ‘nomes’ o que se tem hoje como pronomes, além dos pessoais, possessivos e relativos.

Diante dessas definições de cunho filosófico, propõe-se, nesta seção, a análise de algumas opiniões mais recentes de gramáticos, porém não menos complexas, do que as apresentadas acima.

2.2.1 O paradigma pronominal da GT

O arquétipo das formas pronominais exposto nas gramáticas normativas não diverge, em geral, entre si, no que diz respeito à apresentação dos pronomes pessoais sujeitos. *Mutatis mutandis* esses pronomes “[...] são caracterizados pelos gramáticos como indicadores universais das três pessoas do discurso: *quem fala, com quem se fala e de quem/que se fala*, admitindo formas no singular com correspondente no plural” (LOPES, 1998, p.406). Tal descrição exclui formas já difundidas e frequentes no vernáculo brasileiro, como: “você/vocês/a gente”; por outro lado, apresentam “nós” e “vós” como plurais de “eu” e “tu”.

Tratando-se, especificamente, do foco desta pesquisa, ou seja, *com quem se fala*, sabe-se que, conforme a GT, no português dispõe-se, a princípio e em princípio, de duas formas básicas para se dirigir ao interlocutor numa interação: *tu* e *vós*. Observe-se, a seguir, uma sinopse do paradigma tradicional para a referência à 2ª pessoa do discurso:

Pessoa	Pronomes Subjetivos	Pronomes Oblíquos	Pronomes Possessivos
2ª	tu Vós	te, ti, tigo, vos, vós, vosco	teu(s)/tua(s) Vosso(s)/vosso(s)
2ª indireta, forma nominal de tratamento, etc.	você(s) ¹⁷	se, se, sigo o(s), a(s), lo(s), la(s)	Seu(s)/sua(s)

Quadro 01¹⁸: Abordagem tradicional dos pronomes (subjetivos, oblíquos e possessivos) de 2ª pessoa.

A visão tradicional das formas de referência à 2ª pessoa, conforme esboçado no quadro acima, apresenta “[...] inúmeras ressalvas que devem ser estabelecidas quanto às categorias de *número e pessoa*” (LOPES, 1998, p.406). Diante disso, concorda-se com a crítica desta autora à abordagem tradicional, como um todo, que diz:

As questões mais problemáticas dizem respeito aos seguintes pontos: 1) a não inclusão de formas amplamente utilizadas na linguagem coloquial, como é o caso de *você/vocês/a gente* e 2) a concepção equivocada nas noções de número e pessoa. Com relação à forma *a gente*, as gramáticas não apresentam uma posição coerente e única. A classificação é, em geral, controversa, pois ora consideram *a gente* como pronome pessoal, ora como forma de tratamento, ou ainda como pronome indefinido, comentando-na (sic) apenas em notas ou observações de rodapé (LOPES, 1998, p. 406).

¹⁷ Em geral não apresentam *você* dentre os pronomes de 3ª pessoa, mas sim como “forma de tratamento”.

¹⁸ Quadro-resumo adaptado de Machado (2006) conforme as seguintes abordagens: Cuesta; Luz (1971), Almeida (1980), Cunha; Cintra (1985), Luft (1985), Rocha Lima (2003) e Bechara (2003)

A fim de tornar mais clara a posição crítica aqui adotada, decidiu-se tomar por base um estudo já realizado nessa perspectiva. Desse modo, as considerações que seguem a respeito da abordagem dos pronomes feita pela gramática tradicional (GT), coadunam-se com a ideia expressa por Ilari et al. (1996) ao se referirem ao quadro pronominal apresentado pela GT. De acordo com esses autores, a proposta tradicional não corresponde à realidade do PB, especificamente no que se refere ao uso das formas pronominais. Quer isto dizer que o esquema apresentado pela GT, na visão dos autores, traz à tona a questão da “perfeita correspondência entre *pessoas do nome* e *pessoas do verbo*” (ILARI et al., 1996, p. 90), o que significa um retorno ao latim, recuperando uma regularidade da sentença da língua-mãe que já não sobrevive no português brasileiro. Sendo assim, esses autores afirmam que:

Na maioria das variedades do português brasileiro, essa correspondência foi quebrada pela adoção, em lugar de *tu*, do pronome *você*, que, embora faça referência à pessoa a quem se fala, e seja, portanto, do ponto de vista nocional, um pronome de segunda pessoa, leva o verbo para a terceira, e co-ocorre com possessivos e pronomes átonos de terceira pessoa (ILARI et al., 1996, p. 90).

A dessemelhança entre o uso dos pronomes e a descrição tradicional, segundo Ilari et al. (1996, p.91), comprova-se por haver registros a respeito dessa alteração de uso datando já da década de 70, pelo que afirmam: “Bechara notou então que se emprega ‘*vocês* como plural de *tu*’, por ter caído o pronome *vós* em desuso; indo mais longe, Cunha observou por sua vez que *tu* foi substituído por *você* em quase todo território nacional.”

Porém, do ponto de vista de Ilari et al. (1996), esses registros não correspondem à expectativa dos estudiosos. Isto se deve ao fato de a visão tradicional considerar a forma *você*, oriunda da forma de reverência *Vossa Mercê*, apenas um “pronome de tratamento”. Outra crítica feita por estes autores à abordagem dos pronomes na GT diz respeito ao fato de os gramáticos ignorarem a suplantação do *tu* pelo *você* na maior parte do Brasil, o que torna o tratamento dispensado pela GT incoerente com a reformulação por que passa o quadro de pronomes. No entanto, Ilari et al. (1996) concordam com a ideia de que a forma *você*, comuta com *o senhor*, ou com *Vossa Senhoria*, já que com todas estas se usa a 3ª pessoa verbal.

Isto posto, expõe-se, a seguir, a abordagem dos pronomes pela GT, a fim de respaldar os argumentos transcritos de Ilari et al. (1996), citados acima. Nesse sentido, chama-se a atenção para alguns contra-sensos da perspectiva tradicional, tais como os conceitos pouco elucidativos que não condizem com emprego real das formas pronominais.

Numa seção à parte, destinada ao ‘emprego dos pronomes’, Rocha Lima (2003) faz referência à ambiguidade gerada no uso dos possessivos após o surgimento e expansão do *você*. No entanto, diante da complexidade do fenômeno, o ‘reajuste’ do quadro pronominal do PB não foi contemplado de forma satisfatória na exposição do referido autor. Quanto ao uso de *tu*, ele diz que está restrito ao extremo sul do país e alguns pontos da região Norte.

Para Rocha Lima (1989, p.98), os pronomes pessoais são “[...] palavras que representam as três pessoas do discurso indicando-as, simplesmente, sem nomeá-las”. Esta classe de palavras, segundo o autor, subdivide-se em seis grupos: pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, relativos e interrogativos. Para esta análise, no entanto, interessam apenas os primeiros – pessoais e possessivos -, uma vez que estes são utilizados para referência na interlocução, representando, assim, ainda que não correspondente à realidade, as pessoas do discurso. Como se observa, a seguir, o autor apresenta os pronomes que exercem a função de sujeito da oração, os chamados subjetivos, ou retos, a saber:

Número	Singular	Plural
Pessoa		
1 ^a	Eu	Nós
2 ^a	Tu	Vós
3 ^a	Ele	Eles

A respeito da ‘correspondência perfeita’ entre os pronomes e pessoas do discurso, conforme esboçado acima, a visão do autor mostra-se incoerente com o uso. Outro equívoco observado diz respeito à desinência verbal, uma vez que, segundo o autor, ela ‘declara sempre’ a pessoa do discurso. Como se pode ver acima, o autor não inclui o *você* dentre os pronomes subjetivos, conforme a visão tradicional, tratando do seu emprego, em separado, no que diz respeito à combinação desse pronome de 2^a pessoa com o verbo na 3^a.

Para Bechara (2003), os pronomes consistem numa classe de palavras categoremáticas, pois se constitui de um número limitado de unidades definidas pela situação ou por outras palavras do contexto. De acordo com autor, entende-se por ‘categoremáticas’ formas sem substância, já que apresentam apenas, ou em primeiro lugar, um significado categorial, sem apresentar nenhuma matéria extralinguística. Desse modo, diferem, portanto, dos lexemas, por não possuírem significado lexical ou, quando apresentam, este é genérico, impreciso (pessoa, coisa, lugar, tempo, modalidade, etc.).

Observou-se, ainda, que Bechara (2003), bem como Cunha e Cintra (1985), classifica os pronomes em substantivos e adjetivos, além da divisão tradicional que apresenta sempre formas específicas para cada função. Para Bechara (2003, p.164), os pronomes pessoais

“designam as duas pessoas do discurso e a não pessoa (não-*eu*, não-*tu*), a tradicional 3ª pessoa”. Reproduz-se, a seguir, o quadro dos pronomes pessoais apresentado por este autor:

PESSOA	CASOS		
	Nominativo	Acusativo	Dativo
1ª singular	eu	me	me, a/para mim
2ª singular	tu	te	te, a/para ti
3ª singular	ele	o,a	lhe , a/para ele
1ª plural	nós	nos	nos, a/para nós
2ª plural	vós	vos	vos, a/para vós
3ª plural	eles/elas	os, as	lhes , a/para eles

Quadro 02 – Distribuição dos pronomes pessoais de acordo com a GT
Fonte: Bechara (2003, p. 164)

Como se observa, o quadro de pronomes apresentado por Bechara (2003) mostra uma (ir)realidade, incompatível com o paradigma pronominal vigente no vernáculo brasileiro. Nota-se, pois, a abstração das variantes *você/vocês* e seus oblíquos, cujo uso superou o *tu* em quase todas as capitais brasileiras (CÂMARA JR., 2004; FARACO, 1996). Percebe-se, assim, a distância expressiva entre a prescrição gramatical e o uso dos pronomes no Brasil. Essa discrepância, certamente, implica prejuízos no ensino-aprendizagem da língua portuguesa, considerando-se o obsoleto quadro de pronomes dos manuais escolares, bem como a defasagem na formação dos professores. Como destacou Menon (1995)

A não compreensão (por desconhecimento ou por caturrice) das modificações ocorridas ao longo do tempo no sistema pronominal, (e verbal) do português tem gerado uma série de confusões na interpretação de certos fatos. (...) o desconhecimento de como funciona a língua materna faz produzir equívocos de toda ordem (MENON, 1995, p. 92).

Por fim, o fato de a GT firmar-se numa tradição normativizadora ‘explica’ a ausência de registros de variação/mudança dos pronomes nos compêndios, porém não a justifica. Prescindir da realidade do vernáculo do Brasil expondo nos manuais apenas uma das muitas normas é ignorar a diversidade da LP. Essa discrepância entre o prescrito e o realmente dito, observa-se na seção seguinte, onde se expõem resultados e considerações de base empírica.

2.3 O QUE DIZEM AS PESQUISAS LINGUÍSTICAS

De acordo com a perspectiva variacionista, os fenômenos linguísticos, como se sabe, mostram-se no vernáculo das línguas, considerando que a modalidade oral é mais suscetível a interferências de ordem diversas, e refletem, em certa medida, na escrita, a qual, por sua vez, é mais conservadora. Constatada essa realidade, estudiosos da área atentam, de modo geral, para o que condiciona ou obsta a manutenção de formas tradicionais e/ou implementação de variantes inovadoras em ambas as modalidades (oral e escrita). De maneira específica, numa perspectiva sóciofuncional, alguns pesquisadores observam o uso da língua nas comunidades, atentando para o perfil social de ‘quem’ fala, bem como para o contexto pragmático-discursivo no qual se dá a comunicação. Conforme essa linha de investigação, pressupõe-se uma postura crítica do pesquisador frente à tradição gramatical, a qual é reproduzida de forma imperiosa e excludente nos manuais, conforme vimos na subseção anterior.

Diante disso, observaram-se estudos sobre o emprego dos pronomes pessoais, sobretudo da referência à 2ª pessoa, desenvolvidos com base em *corpora* de língua falada e escrita. A princípio, quanto ao uso dos pronomes pessoais no PB, sabe-se que

[...] já há algum tempo deixamos de viver no país do *eu, tu, ele, nós, vós, eles*, mas ainda é com estes trajes que as pessoas do discurso se apresentam aos desavisados. Que a norma gramatical dos manuais escolares não serve de espelho para “a língua como ela é” nossas crianças percebem sempre, e não é à toa que comentam: “mas não é assim que a gente fala”. Em geral, a idéia do aprendiz – não por culpa sua – se forma a partir de um juízo bastante negativo: a língua dos livros é a certa e a que freqüente (sic) em nossa boa é corruptela, um apanhado de usos imperfeitos. Todos, enfim, falam português mal aprendido. Isto são coisas mais que sabidas, não chovamos no molhado. A questão é: que foi feito dos pronomes pessoais? (LOPES; CUNHA, 1994 apud LOPES, 2007, p.105).

A crítica e o questionamento acima reproduzidos bem traduzem a opinião consensual dos linguistas. Estes, por sua vez, buscam, de forma contumaz, comprovar empiricamente que fenômenos já consagrados na linguagem coloquial são, ainda, geralmente ignorados ou condenados pela GT. Diante dessa realidade controversa – prescrição vs uso –, muitos pesquisadores têm-se dedicado, especificamente, ao estudo dos pronomes no intuito de apresentar uma descrição mais verossímil possível, do paradigma pronominal vigente no vernáculo brasileiro e demonstrar que:

[...] o quadro de pronomes pessoais que ainda vigora nas gramáticas, estruturado a partir de três pessoas do discurso (*eu, tu, ele*) com variação de número (*nós, vós, eles*), está longe de ter uma coerência interna e de dar conta da realidade concreta do português do Brasil. Urge uma revisão [...] (LOPES, 2007, p. 106).

Tendo-se constatado essa dessemelhança entre uso e prescrição gramatical, muitos estudos¹⁹ vêm sendo realizados, gerando, assim, uma produção científica significativa, em quantidade e qualidade, sobre o uso dos pronomes pessoais no PB. O grande número de trabalhos abordando esse tema justifica-se pelo fato de as formas pronominais, sobretudo as alocutivas, constituírem um vasto e inesgotável campo de pesquisa, consideradas as particularidades de emprego das mesmas. Uma vez que a comunicação se efetiva em diferentes circunstâncias sociais, a opção por uma das variantes em determinado contexto de fala e o uso diferenciado (funcional) de uma das formas concorrentes está sujeito a fatores de ordem linguística (estrutural, semântica e pragmático-discursiva) e extralinguística (ou geosociais: localidade de origem, sexo, faixa, etária e escolaridade).

Entende-se por ‘uso diferenciado’ dos pronomes de 2ª pessoa alguns fenômenos já elencados em estudos anteriores, sobretudo em Monteiro (1994) e Menon (1995, 2000, 2003, 2004). Ante o exposto por esses autores, destacam-se, nesta pesquisa: (i) a alternância *tu/você* com referente [+específico] (do ponto de vista diatópico, diastrático, diageracional e diagenérico – ou diassexual); e (ii) a indeterminação/discursivização das formas de referência: o uso de *você* de caráter [+genérico], ou [-específico], nas localidades onde essa forma já suplantou a forma canônica, observando-se, por outro lado, o uso do *tu* indeterminado, sobretudo nas capitais do sul, por analogia ao *você* não-específico. Vale salientar que essas estratégias de indeterminação, e/ou a discursivização desses pronomes, também foram observadas conforme as variáveis extralinguísticas já apresentadas.

Os fenômenos mencionados resultam da diferenciação pela qual passou a língua portuguesa no Brasil, a partir das variantes utilizadas pelos imigrantes lusitanos, maioria não-nobres, aqui chegados. Em decorrência disso, não sendo mais deferente o uso da forma gramaticalizada *você*, observa-se, atualmente no PB, a ‘neutralização do trato’. Essa ideia encontra respaldo na assertiva de Monteiro (1994):

[...] o tratamento respeitoso que se esperava do filho para o pai, do aluno para o professor e até mesmo do empregado para o patrão deixou de ter a rigidez que caracterizava as relações assimétricas. Já hoje é comum o emprego de *você* nas mais diversas díades (MONTEIRO, 1994, p.153).

¹⁹ Citam-se alguns autores/estudos no parágrafo seguinte e ao longo do trabalho faz-se referência a outros.

Sobre essas relações intra-sociais, destaca-se a contribuição do estudo realizado por Brown e Gilman (1960). Nesse trabalho conjunto, os autores tratam da atuação dos papéis sociais no uso das formas de interlocução. Na visão deles, para o entendimento das relações em sociedade faz-se necessária a compreensão da conjuntura social-histórica, à qual subjazem as concepções de poder e solidariedade, resultando, respectivamente, em relações assimétricas e simétricas, cuja teoria fora apresentada na introdução deste capítulo.

Nessa perspectiva, em que se concebem fenômenos linguísticos imbricados a aspectos sócio-históricos e culturais, decorrente da reconfiguração das relações em sociedade, têm surgido muitos trabalhos, sobretudo a respeito dos pronomes de 2ª pessoa no PB. Ressalta-se, entretanto, que algumas análises – geralmente sincrônicas e em tempo aparente – são de *corpora* escritos (DUARTE, 1992; LOPES; DUARTE, 2004, CARNEIRO, 2005; ALMEIDA; DEUS, 2008), normalmente realizados numa perspectiva diacrônica; outros estudos investigam o fenômeno em *corpora* orais (MONTEIRO, 1994; MENON, 1995, 2006a, 2006b; DUARTE, 2003; LOREGIAN-PENKAL, 1996, 2004; MODESTO, 2006).

2.3.1 A referência ao interlocutor em *corpora* escritos

Apesar dos estudos linguísticos atentarem, em sua maioria, para a linguagem oral, por seu caráter espontâneo e mais suscetível à variação, alguns autores têm se debruçado sobre textos escritos (cartas e peças de teatro), sobretudo dos séculos passados, a fim de analisar o emprego das formas de tratamento. A maior parte dessas pesquisas, realizadas a partir da observação de *corpora* do português escrito, têm como objeto de estudo as ‘cartas’. A análise do gênero epistolar, bem como dos textos de peças teatrais, justifica-se por preservar, em certa medida, as características principais da língua em uso numa situação espontânea (carta entre iguais e entre familiares; diálogos entre personagens diversos, por exemplo). Pode-se, assim, identificar fatos linguísticos em variação, os quais, muitas vezes, são indícios de mudança.

Ao analisarem peças teatrais dos séculos XVIII e XIX, por exemplo, Lopes e Duarte (2003) inferiram que, nas relações simétricas, *tu* era a estratégia mais produtiva. Neste trabalho, destaca-se ainda o emprego de outras formas nominais e pronominais; o *Vossa Mercê*, por seu turno, predominava nas relações assimétricas. De acordo com as autoras, *Vossa Mercê* e *você* co-ocorrem como formas de tratamento em relações assimétricas de superior para inferior, na primeira metade do século XVIII; enquanto que, na segunda metade deste século, as duas formas diferenciam-se quanto ao uso: *você* passa caracterizar as relações

simétricas e assimétricas, perdendo seu traço inicial de cortesia, e *Vossa Mercê* identifica as relações de inferior para superior.

A conclusão das autoras, acima referidas, a respeito das peças teatrais, corrobora o pensamento de Silva e Barcia (2002) sobre o emprego das formas de tratamento em cartas do mesmo período (séculos XVIII e XIX). Ambos os estudos demonstraram que “a forma *Vossa Mercê* conserva nos séculos XVIII e XIX seu caráter de cortesia e respeito, sendo utilizada, preferencialmente, nas relações de inferior para superior” (LOPES; DUARTE, 2003, p.45). A partir de então, *Vossa Mercê*, antes de deferência/reverência, passou a integrar as estratégias de tratamento entre pessoas de status social equivalente.

Tratando-se, especificamente, do gênero epistolar, também dos séculos XVIII e XIX, Rumeu (2004) identificou, nas cartas escritas nessa época, as formas nominais de tratamento mais produtivas, a saber: *Vossa Mercê*, *Vossa Excelência*, *Senhor* para os anos de 1800; e *Senhoria* e *Vossa Majestade*, nas cartas dos anos de 1900, além das encontradas no primeiro período. A autora destaca ainda o uso de *tu* e *você*, sendo que este ocorre ora como forma nominal de tratamento ora como pronome pessoal de segunda pessoa. Quanto à forma *Vossa Mercê*, em particular, observou-se a perda do seu caráter cerimonioso, tendo em vista que esta passou a ser bastante produtiva em correspondências não-oficiais.

Marcotúlio (2004), ao analisar as cartas do Marquês do Lavradio, escritas na Bahia e no Rio de Janeiro, também observou o sincretismo entre a segunda e a terceira pessoas, mesmo sendo em pequeno número. No que se refere ao aspecto sócio-pragmático, o autor destacou o fato de o discurso político permitir que se detecte, mais facilmente, o jogo de máscaras, o qual criaria a identidade do político (CHARAUDEAU, 2006 apud MARCOTÚLIO, 2004). Logo, pautado na teoria de Teoria da Polidez²⁰ proposta por Brown e Levinson (1987), o estudo empreendido por Marcotúlio apresenta uma análise na qual as formas de tratamento são vistas “como estratégias que podem atenuar a força de ‘atos de fala’ ameaçadores às faces dos participantes do processo interativo” (MARCOTÚLIO, 2004, p.25).

Lopes e Machado (2005), por seu turno, centraram-se na cronologia da pronominalização do *Vossa Mercê* (nome>pronome) nas ‘cartas dos avós Christiano e Bárbara’, a fim de analisar o começo da variação na concordância entre o *você* e as demais formas nominais de segunda e terceira pessoas. Para tanto, as autoras partiram do conceito de *gramaticalização* proposto por Meillet (1948 [1912]), segundo o qual se trataria da “atribuição de uma característica gramatical a um vocábulo previamente autônomo”. Este

²⁰ Cf. introdução do capítulo 2, p. 42-44.

conceito é o que subjaz à proposta de Hopper (1991 apud GONÇALVES et al., 2007) ao defender a possibilidade de se identificarem diferentes graus de gramaticalização que seriam atenuados por cinco princípios, a saber: *estratificação, divergência, especialização, persistência e decategorização*.

Diante disso, Lopes e Machado (2005) procuraram aplicar os princípios referidos à evolução de *Vossa Mercê* para *Você* em língua português, constatando a atuação dos mesmos nos exemplos por elas apresentados, uma vez que se observou a combinação híbrida das formas retas *tu* e *você* com as oblíquas e possessivas de 2^a e 3^a pessoa. A partir dessa análise, além de identificar as formas de referência e delimitar os seus usos, buscaram-se também indícios que corroborassem a hipótese laboviana que aponta os falantes do sexo feminino como precursores das mudanças, sobretudo quando estas caminham em direção à norma.

Atentas à importância do gênero epistolar para a história das línguas, Almeida e Deus (2008), por sua vez, analisaram um conjunto de sessenta cartas particulares *trocadas entre amigos e familiares* no século XIX e princípio do XX, uma vez que esse gênero permite recuperar informações linguísticas e sócio-históricas de períodos passados. Essa amostra faz parte do *corpus* editado e organizado por Carneiro (2005), do qual constam 500 cartas escritas entre os anos de 1809 a 1904 por brasileiros cultos e semi-cultos de várias províncias.

Nesse *corpus*, as cartas eram, na maioria das vezes, escritas aos *Ilustríssimos e Excelentíssimos Amigos e Senhores*, deixando transparecer o papel social do destinatário, a intimidade [ou falta de] e o grau de parentesco entre os interlocutores. Essa forma interlocutória cerimoniosa sugere certa formalidade; todavia, pela natureza das informações trocadas e a intimidade da maior parte delas, percebe-se o caráter informal das mesmas, conforme Carneiro (2005). A autora acrescenta, ainda, que o tratamento cerimonioso mesmo em relações entre iguais era comum por se tratarem muitas vezes de amigos com títulos de nobreza ou ocupantes de cargos públicos. Em função disso, as estratégias nominais e pronominais eram cuidadosamente escolhidas.

Retomando a análise empreendida por Almeida e Deus (2008), a partir do *corpus* de Carneiro (2005), foram identificadas as principais formas de referência ao interlocutor, utilizadas no século XIX e início do XX. Os números obtidos revelaram que a estratégia interlocutória preferida na escrita das cartas era a forma nominal *Vossa Excelência* (33,8%), comumente utilizada em cartas oficiais nos séculos XVIII e XIX (RUMEU, 2004), denotando, assim, a natureza assimétrica das relações. Além das formas nominais, documentaram-se 81/88 ocorrências da forma implícita, frente a 07 formas de sujeito explícito *tu*, entre os falantes cultos, e 04/04 formas implícitas entre os falantes semi-cultos.

Acredita-se, pois, com base em Lopes e Duarte (2004) que a alta produtividade da 2ª pessoa verbal, o *tu*, no trato epistolar, embora como sujeito implícito, justifica-se pelo fato de as correspondências se darem entre falantes no “plano da intimidade”, sobretudo na comunicação escrita dos ‘homens ilustres’. Portanto, diante dos estudos aqui apresentados, percebe-se o enfraquecimento do uso da forma canônica de 2ª pessoa na escrita desde o século XVIII.

2.3.2 Trabalhos com *corpora* de língua oral

Tendo observado o uso das formas de tratamento em *corpora* escritos na seção anterior, nesta se apresentam, brevemente, as considerações de alguns autores e os resultados de suas pesquisas realizadas a partir observação de amostras da modalidade oral do PB. É importante lembrar, contudo, que a crítica dos linguistas sobre o uso dos pronomes na interlocução *versus* a descrição gramatical não se baseia somente na análise empírico-comparativa do emprego dessas formas em diferentes contextos. Senão, consideram-se os conceitos insuficientes atribuídos ao termo ‘pronome’ na GT.

Embora sejam inúmeros os estudos desenvolvidos a respeito do emprego dos pronomes na língua falada no Brasil, contemplando aspectos diversos da reestruturação do paradigma pronominal, não há uma redução significativa na quantidade de trabalhos quando se trata especificamente das formas para referência à 2ª pessoa. Todavia, “[...] é fastioso apresentar aqui as conclusões ou comentários de todos esses trabalhos” (MONTEIRO, 1994, p.177). Isto, porém, não significa ignorar pesquisas sobre o emprego dos pronomes *tu* e *você* no vernáculo de outras cidades das demais regiões brasileiras, como se pode verificar no quadro abaixo, no qual se apresentam ‘alguns’ trabalhos que abordam o mesmo tema:

<i>Região</i>	<i>Autores</i>
Nordeste	Freitas e Silva (1986); Soares (1980); Bezerra (1994); Amor Divino (2008); Cardoso (2008);
Centro-oeste	Ramos (1997); Mendes, (1998); Lucca (2005); Dias (2007);
Sudeste	Paredes Silva, (2003); Modesto (2006);
Sul	Botelho Ramos (1989); Loregian-Penkall (1996, 2004); Menon e Loregian-Penkall (2002).

Quadro 03 – Estudos sobre a referência à 2ª pessoa em *corpora* orais, distribuídos por região

Expõem-se, a seguir, alguns estudos realizados com base nos *corpora* do Projeto de estudo da Norma linguística Urbana Culta no Brasil (NURC), do Projeto Variação Linguística Urbana na Região Sul (VARSUL), do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul (ALERS) e do ALiB, destacando as observações a respeito da fala nas regiões Nordeste e Sul.

2.3.2.1 Dados do Projeto NURC

Esse projeto analisa a fala de cinco capitais brasileiras – Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Como se verifica ao longo deste capítulo, as alterações no paradigma pronominal do PB vêm sendo foco de estudo de muitos autores, sobretudo ao longo das últimas três décadas. Com respeito a isso, o estudo de Ilari et al. (1996), já mencionado (cf. seção 2.2), relata que as alterações de uso dos pronomes no PB foram registradas por gramáticos já na década de 70. Nesse estudo, os autores chamam a atenção para o tratamento usado na referência à segunda pessoa no *corpus* do NURC, em cujas entrevistas registraram o uso das formas *tu* e *você*, uma vez que *o senhor/a senhora*, pelo que se observou, seria reservada para o trato do inquiridor (nesse tipo de entrevista, DID²¹).

Quanto ao uso do *tu*, Ilari, Franchi e Neves (1996) observaram a “sobrevivência” desta forma na variedade regional de Porto Alegre, apesar do pequeno número de ocorrências no *corpus* como um todo. Assim, dos quinze registros de *tu*, doze foram do pronome explícito, sendo onze documentados somente em Porto Alegre e apenas uma ocorrência em Recife (em entrevista D2). No entanto, conforme salientaram, os registros dessa forma são em número ainda menor se consideradas apenas as ocorrências com o verbo na segunda pessoa (cinco) – uso de acordo com a G.T. –, sendo os demais registros com o verbo na terceira pessoa (dois) e os casos que deixaram dúvidas na audição (quatro).

Diante da realidade observada, mesmo cientes de que sua proposta ainda não está completa, ILARI et al. (1996, p.91) apresentam o seguinte paradigma:

{	Pessoa	primeira: <i>eu, me, mim, (co)mi(go)</i>
		segunda: <i>você, o, a, lhe, se, si, (con)si(go), tu, te, ti, (con)ti(go)</i>
{	Não-pessoa	determinada: <i>ele, ela, o, a, se, (con)si(go), lhe</i>
		indeterminada: <i>se</i>

²¹ O NURC dispõe de três tipos de entrevistas: DID – Diálogo informante documentador; D2 – Diálogo entre dois informantes e EF – Elocuções formais.

Ao apresentar essa proposta de descrição dos pronomes pessoais, a partir do que chamaram de “*corpus* mínimo” do NURC – composto de 15 inquéritos –, os autores abordam algumas questões dentre as quais se destacam: i) a predominância de uso do *você*; ii) a “transferência de papéis”. Sobre o primeiro tópico, os autores concluem que o *você* suplantou o *tu* na fala da maioria das capitais analisadas e estaria restrito ao Sul; no segundo tópico aqui destacado, os autores chamam a atenção para o fato de formas determinadas, como o *você*, incorporarem a função (semântico-discursiva) de indeterminação, apresentando, assim, o traço [+genérico], ou [- determinado].

Os estudos pioneiros empreendidos por Freitas (1997a, 1997b) também se enquadram nessa perspectiva que visa a uma descrição da realidade do uso dos pronomes pessoais no PB. Desta forma, fazendo uso dos inquéritos do Projeto NURC/Brasil, Freitas dedicou-se ao estudo dos pronomes pessoais-sujeito e, como afirma Cardoso (2008, p.4), “[...] procurou dar o grande passo da teoria à práxis, buscando, com base no quadro brasileiro que esse projeto fala culta, transferir o que a teoria prega e o que os dados podem oferecer à prática do ensino”. Tais estudos deram origem a duas obras publicadas em 1997, a saber: *Os pronomes pessoais-sujeito no ensino fundamental* (FREITAS, 1997a) e *Os pronomes pessoais-sujeito no ensino médio* (FREITAS, 1997b), nos quais a autora apresenta uma proposta que, em linhas gerais, assemelha-se à sugestão de ILARI et al. (1996, p.111) referida no parágrafo anterior. Ambas as propostas, como se sabe, partem da ideia de que o paradigma pronominal do PB passou, e ainda passa, por reformulações.

Na visão de Monteiro (1994), essa mudança teria ocorrido a partir da introdução e aceitação do *você* no quadro dos pronomes pessoais retos, conforme exposto na seção 2.1.1. De acordo com esse estudo, feito com base nos inquéritos do NURC, houve a substituição do *tu* por *você*, inclusive em contextos de [+intimidade], mas o *tu* se mantém na fala dos informantes cultos de Porto Alegre com o verbo na 3ª pessoa. Essa simplificação no paradigma verbal que se verifica atualmente no PB, segundo o autor, teria acarretado um retrocesso no emprego da forma canônica de 2ª pessoa, de modo que “[...] o pronome *você* ocupa não só a lacuna deixada pelo *vós*, mas ameaça a existência do *tu*, estabelecendo um molde nas relações de tratamento que se resume a duas opções formais: *você* e o *senhor*” (MONTEIRO, 1994, p.153). Quanto a esta forma de tratamento respeitosa, que teoricamente concorre com o *você*, o autor observa que os exemplos no *corpus* do NURC são raros e, em

geral, se registram na fala da terceira faixa etária. Portanto, Monteiro (1994, p.153) conclui que “[...] já hoje é comum o emprego de *você* nas mais diversas díades”.

No que concerne ao uso de *tu* nas capitais que integram o NURC, Freitas e Silva (1986) já haviam constatado a predominância da forma invadora *você*, ao estudarem a variação *tu/você* numa amostra de dez inquéritos do NURC. Sobre a realidade das formas de 2ª pessoa no universo desse *corpus* confirmam-se a predominância do *você* na maioria das capitais, exceto em POA.

2.3.2.2 Dados do SUL

As pesquisas empreendidas com vários *corpora* da Região Sul e do próprio Projeto VARSUL vêm confirmando os resultados dos trabalhos feitos com base no NURC a respeito do uso de *tu* cada vez mais restrito ao sul do Brasil. Sabe-se que não é coerente comparar os resultados de *corpora* em virtude da especificidade de cada um. Entretanto, não se podem ignorar as coincidências dos resultados a respeito da frequência e manutenção do *tu* em POA frente à ausência e/ou uso diferenciado desta variante tanto nas demais capitais do NURC quanto nas outras duas capitais integrantes do VARSUL.

Abreu (1987) e Abreu e Mercer (1988) debruçaram-se sobre o estudo das formas de tratamento em Curitiba e concluíram que o sistema de tratamento do PB observado na fala curitibana não é binário, mas sim ternário, uma vez que se registrou um número significativo de ocorrências da variante nula (*pronome zero*) concorrendo com as formas explícitas de tratamento – ora com o *senhor*, ora *você*.

Quanto ao sistema ternário composto por *você* ~ *senhor* ~ *pronome zero*, encontrado em Curitiba, Abreu e Mercer (1988) obtiveram o seguinte resultado:

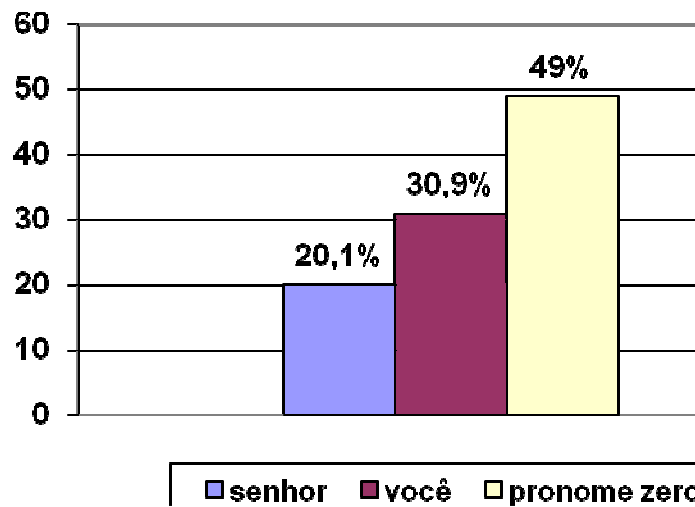


Gráfico 02 – Uso geral das formas de tratamento em Curitiba –
Abreu e Mercer (1988)

Como se observa no Gráfico 02, com a ausência de registro da forma canônica *tu* na capital paranaense, instalou-se o sistema ternário distribuído conforme exposto. Observa-se, portanto, que a variante *pronome zero* (49%) é de uso majoritário em Curitiba, contrariando a tendência de preenchimento do sujeito já observada no PB (DUARTE, 1996).

Outro aspecto a se destacar a respeito do percentual elevado da variante *pronome zero* é a questão da motivação pragmática dessa escolha. Como já se vem assinalando em outras pesquisas (MONTEIRO, 1994; MENON E LOREGIAN-PENKAL, 2002), os falantes estariam optando pela não realização do pronome como uma estratégia de esquivar, a fim de não se comprometer, diante da incerteza do tratamento que seria mais adequado a determinado interlocutor num determinado contexto.

A prevalência dessa estratégia *pronome zero* também pode ser observada nos estudos de Abreu (1987) e Botelho Ramos (1989). A distribuição das variantes documentadas por essas autoras, em Curitiba e Florianópolis, respectivamente, confere-se da na Tabela 03, a seguir.

Tabela 03 – Formas de se dirigir ao interlocutor em Curitiba e Florianópolis

Cidades	Total de Ocor.	Zero		Tu		Você		O senhor	
		Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Curitiba	1714	839	49	-	-	530	31	345	20
Florianópolis	427	171	40	85	20	132	31	39	09

Fonte: Reproduzida de Menon e Loregian-Penkall (2006)

Comparando os resultados das análises nessas duas capitais do Sul, observa-se, de fato, um sistema ternário em Curitiba, no qual se alternam as formas *pronome zero* (49%) ~ *você* (31%) ~ *o senhor* (20%). Já em Florianópolis, vigora um sistema quaternário, de um modo geral, uma vez que ainda há contextos favoráveis ao *tu*.

O estudo desenvolvido por Botelho Ramos (1989) baseou-se numa amostra de fala de 36 indivíduos nascidos e criados em Florianópolis. Nesse *corpus* os informantes encontram-se distribuídos por três faixas etárias e três níveis de escolaridade. A partir dos dados obtidos desta amostra, a autora constatou o uso de *você* entre os informantes do terceiro grupo etário (com mais de 51 anos), a predominância de *tu* na faixa intermediária (36 a 50 anos) e a preferência pela forma nula, ou pronome zero, entre os mais jovens (20 a 35 anos).

Quanto ao uso dessas variantes segundo a escolaridade, Botelho Ramos (1989) optou pela exclusão de um dos grupos – o secundário – devido à semelhança do comportamento linguístico desses falantes em relação aos do nível primário. Portanto, procedeu-se à análise dos níveis primário superior, igualando-se ao critério de constituição da amostra do ALiB. Desse modo, a autora identificou uma estabilidade no uso da variante nula entre os dois níveis de escolaridade, enquanto que o *tu* foi a estratégia mais utilizada pelos universitários e o *você* predominou na fala dos informantes de menor escolarização.

Complementando a análise quantitativa, a autora observou a consciência linguística dos informantes sobre do fenômeno estudado. Sobre essa avaliação do informante a respeito da própria fala, Botelho Ramos (1989) conclui que muitos informantes não têm consciência de que usam a variante inovadora – *você* – na interlocução. Outros, por seu turno, reconhecem a alternância das formas *tu/você* em seu repertório linguístico, mas tentam justificá-la. Segundo esses informantes, o uso do *tu* seria por influência interna, forma predominante nas relações solidárias e de mais intimidade, enquanto o uso do *você* ocorreria por interferência externa, ou seja, o contato com falantes de outros dialetos e normas do PB – já que esta é uma cidade turística – e a exposição à mídia, na qual predomina o uso do *você*, variante prestigiada.

Loregian (1996), por seu turno, empreendeu uma análise utilizando dados do VARSUL. Sendo assim, a autora pôde observar a alternância/concordância *tu/você* nas capitais do Sul. No que diz respeito à realidade desse fenômeno em Curitiba, constatou-se a ausência de *tu* nessa capital; em Florianópolis e Porto Alegre, por sua vez, verificou-se a alternância entre as duas variantes. Entretanto, a autora ressalta que há diferença entre o uso do *tu* nessas duas localidades: o *tu* documentado na fala catarinense é acompanhado do verbo

com desinência correspondente, já em Porto Alegre, o *tu* é mais frequente, porém sem concordância.

Esse resultado confirmou-se em Loregian (2004), quando em ocasião de sua tese de doutoramento a autora reanalisou a concordância *tu/você* ampliando o *corpus* utilizado para a pesquisa de mestrado (LOREGIAN, 1996). Nesse trabalho, além da confirmação da ausência de *tu* em Curitiba, corroborou-se o uso majoritário da variável canônica nas outras duas capitais, considerando as mesmas diferenças já observadas na análise do mestrado.

Menon e Loregian (2002) também observaram o uso de *tu* e *você* no Sul. A respeito das capitais, as autoras confirmaram os resultados de outras pesquisas e concluíram, numa análise geral, que o sistema de tratamento vigente na região consiste na alternância *tu/você*. Porém, salientam que um estudo mais detalhado da realidade desse fenômeno revela a existência de outros sistemas por localidade, faixa etária, sexo e por indivíduo.

Por fim, no que respeita à realidade do tratamento nessa região, os poucos estudos aqui descritos apontam a variação diatópica, diastrática, diagenérica e diageracional.

2.3.2.3 Dados do Nordeste

Alguns estudos do NURC já mencionados (cf. seção 2.3.2.2), dentre outros (cf. Quadro 03), vêm destacando a ausência do *tu* em Salvador e a baixa frequência de uso dessa variante em Recife e Teresina como se observam nos estudos de Sette (2001) e Cardoso (2008) descritos a seguir.

Ao analisar o uso coloquial de algumas formas de tratamento na fala de Recife, Sette (2001) observou a atuação de fatores extralinguísticos na escolha de uma variante para o trato do interlocutor em determinado contexto comunicativo. A fim de obter as ocorrências do fenômeno desejado, coletaram-se dados de duas situações de fala: a) respostas ao questionário composto de perguntas direcionadas para a realização das variantes em análise e b) gravações de conversas espontâneas.

Os informantes dessa pesquisa foram identificados como fixo (trabalhadores locais) e não-fixos (demais informantes que participaram das gravações espontâneas). Controlaram-se também os seguintes fatores sociais, a saber: sexo, idade, profissão, nível social e escolaridade. No que diz respeito à faixa etária, destaca-se que boa parte dos informantes são relativamente jovens.

Diante dessas características do *corpus* analisado por Sette (2001), observam-se os seguintes resultados: dentre as respostas ao questionário, a maioria dos informantes afirmou

usar mais o *você* (65%); em seguida, aparecem os indivíduos que dizem usar somente *você* (20%), depois destes, vem o grupo dos que dizem usar as duas formas, sem distinção e com a mesma frequência (12,5%); por fim, observam-se os falantes que usam mais o *tu* (2,5%).

De acordo com os dados de Sette, os resultados da análise assistemática, revelaram que o *você* faz parte do sistema de tratamento da fala do Recife, aparecendo com certa frequência. A forma *tu*, por sua vez, apresenta traço de [+intimidade], sendo usado, portanto, nas relações mais solidárias e no trato familiar, em detrimento do *você*, nesse contexto mais íntimo. Vale destacar que a maioria dos informantes classificou o *tu* como forma de intimidade, destinada ao uso entre familiares ou pessoas próximas.

No que diz respeito às relações não-solidárias, no ambiente de trabalho, os informantes afirmaram que faziam uso de *você* e o *senhor*. Ressalta-se, no entanto, que para essas relações o fator idade interferiu na escolha da forma de referência de superior para inferior. Enquanto que, de inferior para superior, observou-se a preferência pela forma *senhor*.

Cardoso (2008) apresenta os resultados dos levantamentos de ocorrências de *tu* e *você* em seis capitais do Nordeste e duas do Sudeste, utilizando o *corpus* do ALiB. Nesta análise constatou-se a variação diatópica, como se confere na Tabela 04 a seguir:

Tabela 04 – TU / VOCÊ: Distribuição diatópica

Pronomes Localidades	TU		VOCÊ	
	Ocorr./total	%	Ocorr./total	%
ARACAJU	03/49	6	46/49	94
MACEIÓ	04/64	6	60/64	94
RECIFE	06/37	16	31/37	84
SALVADOR	--	0	85/85	100
JOÃO PESSOA	09/69	13	60/69	87
TERESINA	05/37	13	32/37	87
SÃO PAULO	--	--	189/189	100
RIO DE JANEIRO	--	--	182/182	100
TOTAIS	27/712		685/712	

Fonte: Cardoso (2008)

Conforme exposto na Tabela 04, acima, a variável inovadora predomina em todas as capitais analisadas. No Nordeste, observa-se o uso exclusivo do *você* na amostra de Salvador semelhante às duas capitais do Sudeste. Em Teresina e Recife, destaca-se a baixa frequência do *tu*.

Nota-se, portanto, a concordância dos dados do ALiB, acima descritos, com os dados do NURC e da pesquisa empreendida por Sette (2001), com dados da fala de Recife. Desse modo, destaca-se a suplantação do *tu* nas capitais nordestinas, sobretudo em Salvador.

Por fim, ainda que não se tenha feito uma exposição exaustiva da literatura disponível sobre o tema aqui em discussão, percebe-se, ante o exposto, que o uso das formas de interlocução no PB, há tempos, chama a atenção dos pesquisadores. Isto gerou diversos trabalhos, como os que aqui se apresentaram. Estes, por sua vez, têm levantado e contestado hipóteses a respeito de tal fenômeno linguístico, em sincronias e comunidades de fala distintas, a partir de diferentes pontos de vista. Assim, com olhar ‘laboviano’, mas não ignorando outras teorias, analisa-se aqui a variação no uso das formas de tratamento no PB, a fim de acrescer o referencial teórico já existente a respeito da variante em questão.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Sabendo-se que toda pesquisa científica parte, obrigatoriamente, de princípios que lhe fornecem o embasamento necessário a sua realização, propõe-se, neste capítulo, apresentar, não de maneira exaustiva, as teorias que constituem o alicerce deste trabalho. Para tanto, expõem-se, a seguir, os pressupostos teóricos que nortearam o estudo aqui apresentado.

3.1 PONTO DE PARTIDA: A LINGUÍSTICA HISTÓRICA

Diante da realidade linguística descrita no capítulo anterior, contrastando com a obsoleta prescrição dos pronomes pessoais nos compêndios gramaticais, são muitos os questionamentos a respeito de *quando* e *como* teve início a mudança que hoje se constata na maior parte do Brasil. No que diz respeito aos pronomes de 2ª pessoa, e às formas nominais que com elas alternam, esta é uma questão já bastante discutida, sob diferentes enfoques, conforme os trabalhos anteriormente citados. Busca-se, pois, nesta seção, descrever a linha de estudo seguida para a realização desta pesquisa, a saber a Linguística Histórica.

Antes disso, é necessário lembrar que, ao seguir essa linha de investigação, opta-se pela vertente da Sociolinguística Laboviana, uma vez que se acredita que a tríade sociedade/língua/poder é indissociável. Isto porque, pelo que se sabe, sem esta não há história, pois não há língua sem povo (indivíduos), da mesma forma que não há povo (civilização) sem a prática do poder (de uma minoria sobre uma maioria, sempre), o que (re)faz a história. Assim, tendo consciência de que o maior instrumento de dominação de um povo, e ao mesmo tempo de libertação deste, é, sem dúvida, a língua, esta visão encontra respaldo em Scherre

(1999, p. 88), para quem “[...] as línguas, além de excelentes sistemas de comunicação e de identificação, podem ser também perversos instrumentos do exercício do poder”.

Esta concepção difere das ideias vigentes até a metade do século XX. O primeiro a apresentar uma proposta foi Saussure, para quem a língua deveria ser estudada isoladamente, ou seja, as mudanças que nela ocorriam teriam explicação intralingüística, pois concebia o fato linguístico dissociado do fato social, do que resultou a dicotomia *langue/parole* (ou língua e fala). Chomsky, por sua vez, já em meados do mesmo século, reinventou a dicotomia saussureana com um novo nome, *competência/desempenho*, e acrescentou-lhe a ideia base do gerativismo, o conhecimento interno, ou a gramática internalizada do falante, considerando este e sua comunidade de origem ideais, negando, também, o fator social. Sendo assim, tendo conhecimento das concepções saussureana e chomskyana a respeito da língua, observa-se:

[...] nem a visão estruturalista, descendente de Saussure, nem a visão gerativista iniciada por Chomsky, pretendem relacionar a língua, suas variações e alterações com a heterogeneidade da sociedade. Diferentemente dessas duas perspectivas, a sociolingüística variacionista, iniciada por Labov, não procura eliminar da análise o que é variável e mutante. Pelo contrário, ela faz da variação e da mudança lingüística os objetos centrais de estudo, relacionando-as justamente a alguns aspectos que Saussure e Chomsky quiseram manter fora da análise da língua: a estrutura da sociedade e sua história (CHAGAS, 2002, p. 149).

Considerando, portanto, os princípios da Linguística Histórica, nota-se que a questão propulsora dos estudos linguísticos vai muito além de se constatar a variação entre formas ou expressões equivalentes, ou a não correspondência entre o uso e a prescrição gramatical. Nessa linha de pensamento, o que interessa, na verdade, é saber ‘Como as línguas mudam?’ ‘Como se dá a relação entre a variação e a mudança, e quais fatores, de ordem interna e externa, estariam interferindo nesse processo favorecendo algumas mudanças em detrimento de outras?’ A respeito disso, Borba (2005, p. 280) observa:

Os falantes têm a sensação de falar sempre da mesma maneira, mas isso nunca acontece. Essa variação, entretanto, pertence à fala e é irrelevante para o sistema. Na verdade, só há *mutação* quando as alterações do uso atingem a estrutura supra-individual e coletiva. Então, não é variação individual e ocasional que interessa, mas a mudança do conjunto de regras que comandam o sistema. Compete ao lingüista historiador determinar como e quando tal ou tal fenômeno de fala passou a ser língua.

Depreende-se disso que a relação (direta, mas não recíproca) entre variação e mudança, ainda que esta última não se concretize, constitui-se interesse precípua dessa linha

de estudo. Vale lembrar, porém, que as considerações decorrentes desse modo de pensar a língua, ou como ela se (re)faz, não são inquestionáveis, assim como não o são, nem devem tentar ser, as de nenhuma outra perspectiva de análise.

3.1.1 Partindo do ponto: a definição de Linguística Histórica

O questionamento sobre o que vem a ser *Linguística Histórica* esbarra numa outra questão que, por razões diversas, confunde os que se iniciam nesse área de estudo, a “História da Linguística”. Portanto, cabe, logo de início, estabelecer a diferença entre as duas perspectivas de estudo linguístico. Esta última ocupa-se de analisar a trajetória dos estudos linguísticos a fim de descrever o processo de formação, consolidação e estágio atual da ciência da língua(gem). Já a primeira, a que interessa mais de perto ao desenvolvimento deste trabalho, atenta para a história interna das línguas. Sendo assim, como *Linguística Histórica* entende-se um ramo da linguística que ocupa as páginas da história da linguística a partir do século XIX.

É importante ressaltar que o interesse pela história das línguas é datado, na história da linguística, desde o século XVIII. Foi neste século que vários linguístas, de forma independente, destacando-se dentre eles Sir William Jones, descobriram que o sânscrito relacionava-se com o latim, o grego e outras línguas europeias. Não se pode dizer que a linguística oitocentista seja a responsável pela descoberta ou invenção dos estudos da mudança linguística, no entanto, é necessário ressaltar a importância da reflexão linguística durante este século. Inaugurada uma nova concepção da relação história do tempo/história da linguagem e construído um novo plano para sua análise, a reflexão oitocentista a respeito das mudanças observadas nas línguas constitui um marco divisor na História da Linguística.

Nesse período, surgem as divergências a respeito da origem das mudanças, uma vez observadas as regularidades entre as línguas, objeto da linguística comparada, *a posteriori* acrescida de um dimensão documental, no que consiste a abordagem histórico-comparada. Partindo do princípio de que as mudanças ocorridas eram reversamente recuperáveis, ambas as linhas de estudo procuravam recompor o passado – entendido como sucessão de etapas cronológicas - a partir de um conjunto de fenômenos do presente.

Essa perspectiva implica no evidente pressuposto de que as línguas naturalmente mudam com o tempo, corroborando opinião de Müller, da qual se conclui a contestável afirmação de não haver língua mista. Hugo Schuchardt (1884), por sua vez, destaca o fato não haver línguas puras, na sua concepção, tomando por base o contato entre línguas.

Segundo essa perspectiva, a mudança é sempre externamente motivada e não interna e naturalmente como a concepção anterior, pois, de acordo com Faraco (2005, p. 188):

[...] do embate entre diferentes orientações teóricas, temos aprendido – dos mais imanentistas – a observar e estudar os fatos de mudança no contexto estrutural percebendo a importância do ambiente linguístico para a caracterização e descrição da dinâmica da mudança. Dos menos imanentistas, temos aprendido a focar a língua em sua inerente heterogeneidade, percebendo aí as múltiplas correlações entre língua e sociedade e aliando a dinâmica da mudança linguística com as vicissitudes da história das comunidades de falantes.

Observou-se, assim, que, por volta do final do século XIX e início do século XX, com a implantação do estruturalismo, Saussure tirou o foco da reflexão que estava voltado apenas para a dimensão dinâmica direcionando-o, também, para a dimensão estática dos fenômenos. Desta forma, diferindo do pensamento linguístico predominante no século anterior, cujo foco era necessariamente histórico, Saussure estabeleceu que o estudo era, na verdade, bidimensional, comportando, assim, uma dimensão histórico-temporal – diacronia – e outra estática – sincronia, uma vez que concebia a língua (fala) como um realidade em transformação. No entanto, segundo essa ótica, as mudanças nunca afetariam o sistema – a língua – globalmente, o que ocorreria seriam apenas alterações de elementos da fala.

Coseriu, em seu livro *Sincronia, diacronia e história*, de 1973, contrapõe-se à visão de Saussure, propondo que se veja a língua como um sistema em movimento, em permanente sistematização. Não negando a dicotomia apresentada por Saussure para solucionar o impasse no estudo das mudanças nas línguas, mas vislumbrando a integração desse par dicotômico, Coseriu defende o ponto de vista de que as línguas são objetos históricos e, por isso, seu estudo deve envolver tanto descrição quanto história. Além de Coseriu, outros estudiosos, como Labov, também questionaram e sugeriram alterações ao modelo de estudo separatista proposto por Saussure.

Assim, no século XX, e especialmente nos últimos anos, houve uma explosão de interesses que levou os estudiosos a considerarem os mais diferentes aspectos da mudança linguística. Em particular, os linguistas passaram a pesquisar com afinco os princípios que regem a mudança linguística, analisando o que torna algumas mudanças mais prováveis do que outras. Um ponto chave de toda essa discussão foi a descoberta de que existe um nexo fundamental entre variação e mudança. A *Linguística Histórica* voltou a ser, de novo, uma das áreas mais vivas de toda a linguística.

Diante disso, observa-se que a mudança linguística é uma realidade complexa, não redutível a uma única explicação. Cabe, portanto, à *Linguística Histórica* construir teorias que tornem inteligível o acontecido, o que consiste em interpretar a mudança e torná-la compreensível, buscando estabelecer as dimensões de generalidade e explicitar eventuais restrições estruturais e sociais recorrentes no processo de mudança. Isto ocorre porque seus possíveis condicionantes são muitos e multiplamente interrelacionados, uma vez que seguem a linha do tempo no qual a língua e, por conseguinte, as mudanças acontecem.

Vale ressaltar, por fim, que de forma intencional, fez-se uso do arcabouço teórico da História da Linguística para tentar aqui chegar a uma breve conclusão a respeito do que se entende por *Linguística Histórica*.

3.1.2 Direto ao ponto: o tema na perspectiva da Linguística Histórica

Partindo do princípio de que as línguas mudam ao longo do tempo, busca-se, então, dar a esse fato um caráter científico. Assim, incubida de estudar os processos de mudanças das línguas no tempo, a *Linguística Histórica* foi o primeiro ramo da linguística a ser estabelecido pela pesquisa universitária, ainda no final século XVIII.

Conforme já observado, é aproximadamente no final do século XX que vem à tona uma explosão de interesses que passam a nortear as pesquisas considerando os mais diferentes aspectos da mudança linguística. A partir de então, os linguistas debruçaram-se sobre os estudos dos princípios que regem a mudança linguística, atentando, especificamente para *o que torna algumas mudanças mais prováveis do que outras*.

Seguindo essa pista que tanto instigou, e até hoje instiga, os estudiosos da área, descobriu-se a existência de um nexo fundamental entre variação e mudança, chegando-se, assim, ao considerado epicentro da discussão. No entanto, “[...] deve ficar claro, por ora, que, não é qualquer diferença entre gerações ou entre grupos socioeconômicos que pode estar indicando a mudança”, razão pela qual se diz em *Linguística Histórica*, que “nem toda variação implica mudança, mas que toda mudança pressupõe variação” FARACO (2005, p.23). Nota-se, pois, que esta não se configura como uma relação biunívoca.

Percebe-se, diante disso, a relação de estreitos laços dos princípios linguísticos básicos que impulsionam pesquisas em diversas sincronias – variação e mudança – criando assim bases sólidas para posteriores análises diacrônicas. Desta maneira, o tema deste trabalho, *VOCÊ ou TU? Nordeste versus Sul: o tratamento do interlocutor no português do Brasil a partir de dados do Projeto ALiB*, insere-se na perspectiva da *Linguística Histórica* na medida

em que busca compreender quais fatores regulam a variação e identificar o estágio ou indícios de mudança em tempo aparente.

Referindo-se à Linguística Histórica, Martin (2003, p. 146) afirma que

[...] o campo de investigação dos estudos históricos se ampliou notavelmente. O lugar dado à “variação” (usos escrito e orais; fatores socioculturais; línguas de especialidades; jargões), emergência do conceito de “regionalismo” e seu tratamento histórico [...], todos esses aspectos conferem aos estudos históricos uma riqueza nova.

Como se observa, a *Linguística Histórica*, tendo sua visão ampliada, sobretudo pelas perspectivas integrativa e empirista, voltou a ser uma das áreas mais vivas da linguística, dada a importância do componente histórico para os estudos do gênero. Esse passo importante para o desenvolvimento das pesquisas que têm como objeto a língua e a mudança que lhe é inerente correlacionada a fatores externos, é dado a princípio por Weireich, Labov e Herzog (2006[1968]) e *a posteriori* por Labov (2008 [1972]).

Diante disso, resta aos sociolinguistas, dar à língua um tratamento adequado ao seu caráter pluri-social, e por isso, multifuncional. Para tanto, buscou-se fazer uma abordagem que permitisse uma visão ampliada do fenômeno, com o controle das interferências intra e extralinguísticas, visando à compreensão da complexidade da mudança das línguas. Esta, por ser contínua e inerente às mesmas, não pode ser reduzida a uma única explicação. Logo, no tópico a seguir, apresenta-se uma justificativa para a abordagem aqui proposta.

3.2 UMA ABORDAGEM GEO-SÓCIOFUNCIONALISTA

Realizar uma análise que une os princípios e objetivos da Dialectologia/Geolinguística (MARROQUIM, 1996 [1934]), (FERREIRA; CARDOSO, 1994), (AGUILERA, 1998) e da Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 2008 [1972]) justifica-se pela necessidade de uma abordagem mais abrangente, que compreenda os elementos linguísticos e sociais que compõem uma situação de fala, posto que o fator geográfico isoladamente não explica a variação inerente às línguas.

Desta forma, o modelo teórico laboviano mostra-se complementar e parte da ideia de “língua como comportamento social” (LABOV, 2008[1972], p.215) ao considerar a frequência de uso e a relativa interferência de fatores sociais na opção do falante por uma ou outra forma linguística. Visando, portanto, a uma melhor compreensão da análise aqui empreendida, serão apresentados, nas próximas seções, os pressupostos teórico-

metodológicos utilizados para o estudo da referência à 2ª pessoa, quais sejam: a Dialetoologia e Geolinguística, o Funcionalismo e a Sociolinguística Quantitativa.

3.2.1 A Dialetoologia e a Geolinguística

O fato de uma mesma língua variar de acordo com o país, região ou cidade onde é falada, traz à tona a tensão unidade *vs* diversidade. Em sentido amplo, denominam-se *variantes* as variedades de uma única língua falada em diferentes países. Sobre essa questão citam-se estudos como os de MIRA MATEUS (2006) MATTOS e SILVA (1988a; 1988b). Entretanto, a ‘diversidade linguística’ abordada nesta pesquisa concentra-se na análise da variação diatópica, com suas implicações sociolinguísticas, no próprio PB, atentando, conforme dito, para o emprego de *tu* e *você*, especificamente, no nordeste e sul do país.

Os estudos linguísticos até final do século XIX visavam, exclusivamente, à identificação e análise de dialetos pautada pelos pressupostos da geografia linguística de caráter essencialmente espacial – no que consiste a gênese da Dialetoologia, mais antiga ciência da linguagem, pode-se dizer. É sabido que ainda muito distante do surgimento sistematizado dessa ciência, a diferença entre dialetos servia para identificar os efraimitas que estavam em conflito com os geleaditas. Conforme comentário sobre relato Bíblico do Antigo Testamento²², “[...] os gileaditas aplicaram um teste linguístico-fonético para detetar (sic) os efraimitas, que pronunciavam *Sibolete* em lugar de *Chibolete*” (ALMEIDA 1994, p.339).

No que respeita ao pioneirismo da ciência dos dialetos, Cardoso (2001, p. 27) ressalta:

O “começo feliz” para a Dialectologia, no seu espectro mais amplo, vem a ter dois marcos que imprimem as primeiras, e principais, diretrizes para trabalho de tal natureza: o levantamento de dados da realidade alemã feito por Wenker e a recolha sistemática para o *Atlas Linguistique de La France* (ALF), obra de Gilliéron e Edmont.

Nesse sentido, seguindo uma linha estrita dos estudos desse gênero, o trabalho pioneiro empreendido por Wenker destaca-se pela quantidade de localidades documentadas (44.251) bem como de dados contabilizados (44.251 respostas), visto que naquela época não se dispunha nem de um terço dos recursos que hoje se utilizam²³ nas pesquisas de campo. Desse modo, a análise foi desenvolvida com o que se tinha de mais “avançado” no momento,

²² Este relato encontra-se no livro de Juízes no capítulo 12, versículos 1-7.

²³ Considera-se, por exemplo, a tecnologia digital já utilizada pelo Projeto-ALiB.

via correspondência, refletindo claramente as deficiências de uma metodologia pioneira, além de não se ter feito um controle sistemático dos fatores sociais. A ausência dessas variáveis, por sua vez, impediu, mesmo *a posteriori*, a identificação das possíveis relações entre as variantes documentadas e os aspectos sócio-culturais. Contudo, atribui-se a essa investida “[...] o mérito de dar um passo significativo para o avanço da Dialectologia: a documentação de fatos em distintas regiões com possibilidade de serem interrelacionados” (CARDOSO, 2001, p. 27).

Tendo-se aberto o caminho para o progresso no estudo dos dialetos, a partir da iniciativa de Wenker, coube a Jules Gilliéron consolidar a metodologia pertinente. Esta tarefa fora executada por um único documentador – Edmond Edmont –, fazendo-se o recolhimento dos dados *in loco*. Entretanto, no que tange ao controle das variáveis sociais, esta segunda investida ainda não avançou muito, pois (i) não havia uma distribuição equitativa dos indivíduos por faixa etária; (ii) o contingente de mulheres entrevistadas era significativamente inferior ao número de homens abordados; e, por fim, (iii) teve-se de deduzir o nível de escolaridade a partir da atividade profissional desempenhada pelo informante, considerando-se de instrução primária, ou secundária, conforme indicasse a profissão por eles declarada (CARDOSO, 2001). Portanto, depois da publicação do *ALF*, observou-se a impossibilidade de intercomparação dos dados segundo a identidade social do indivíduo.

Após essas duas principais investidas que deram início à sistematização do aparato teórico metodológico da Dialectologia – a de Wenker, na Alemanha e a de Gilliéron e Edmont, na França –, destacam-se outros dois trabalhos, que também contribuíram para o progresso dos estudos dialetais, a saber: os atlas de Jud e Jaberg²⁴, publicado a partir de 1928, e o de Hans Kurath²⁵ et al., de 1939-1943. Estas obras, por sua vez, acresceram o referencial teórico da ciência dos dialetos, consagrando assim o método da geografia linguística.

Como se pode observar, desde os seus primórdios, a Dialectologia centrava-se unicamente no aspecto geográfico, buscando identificar variações diatópicas no uso das línguas, sobretudo nos níveis fonético e lexical, na extensão de determinada área de ‘língua comum’. Sendo assim, os primeiros trabalhos de cunho dialetológico configuram-se como monodimensionais, uma vez que os estudos foram desenvolvidos com enfoque *a priori* diatópico.

Entretanto, com o avanço dos estudos linguísticos, segundo Cardoso (2006, p. 84), “a dialectologia se tem ocupado do estudo da variação linguística numa perspectiva

²⁴ Sprach – und Sachatlas Italiens und der Sudschweiz (AIS)

²⁵ *LinguisticAtlas of New England (LANE)*

prioritariamente diatópica, com enfoques de natureza sociolinguística na seleção de dados, na formulação de análises e na apresentação de resultados.” Este horizonte de possibilidades de perscrutação de características socioculturais que se imprime na língua, concomitante ao aspecto geográfico, deu-se, certamente, a partir da publicação vanguardista do *ALF*, de Guilliéron (1902–1910), não obstante as falhas metodológicas acima referidas. A respeito dessa nova perspectiva de análise dos estudos dialetais, Chambers e Trudgill (1994, p. 97) afirmaram: “A dialetologia tradicional centrava-se na relação entre língua e geografia e na diferenciação espacial da língua. A dialetologia urbana focou-se mais nas relações que surgem entre língua e características sociais” (tradução nossa).²⁶

Observa-se que a experiência de elaboração do *ALF* serviu de base para a realização dos estudos dialetológicos no Brasil, despertando os pesquisadores brasileiros para a necessidade de se documentar e mapear a realidade linguística do país. Após essa importante obra de Guilliéron, a qual inaugurou a aplicação da metodologia geolinguística estritamente científica, destaca-se a contribuição do *Atlas da Nova Inglaterra* (publicado entre 1939 e 1943) por acrescentar à análise o aspecto social. Conforme Cardoso (2001), consideraram-se três níveis de escolaridade e duas faixas etárias, o que o diferenciou dos atlas até então elaborados dado o caráter pluridimensional. Diante disso, após um tempo de nascida a ideia de um atlas linguístico do Brasil (Cf. seção 4.1), constante do decreto-lei que data de 1952 (CARDOSO, 1998; 2008), procedeu-se à realização de atlas estaduais e regionais (AGUILERA, 1998; ARAGÃO, 2008), mediante a inviabilidade de implementação do projeto de abrangência nacional, pela carência de recursos financeiros e mão-de-obra qualificada.

Segundo Aragão²⁷ (2008), “[...] como resultado dessas pesquisas o Brasil já possui, até o momento, dezenove atlas linguísticos concluídos, dos quais nove publicados”. Destaca-se, a princípio, a atitude da vanguarda dos estudiosos da linguística de um grupo de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia, liderado pelo Professor Nelson Rossi, que empenhou esforços na elaboração do *Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB* –, publicado em 1963. Sendo esta uma publicação pioneira do gênero no Brasil e considerada a sua importante contribuição para o conhecimento da fala baiana e nordestina (por amostragem), o *APFB* (ROSSI, 1963) constitui-se, assim, um divisor de águas na história dos estudos linguísticos no país. Esta obra é composta de dois volumes: o primeiro compreende as cartas avulsas e o

²⁶ “La dialectología tradicional se concentraba en la relación entre lengua y geografía y en la diferenciación espacial de la lengua. La dialectología urbana se ha centrado más en la relaciones (sic) que surgen entre lengua y características sociales”.

²⁷ Nesse texto, além dos atlas já publicados, a autora apresenta os atlas elaborados e os que estão em andamento.

segundo, mais completo, encadernado, compõe-se de introdução, questionário comentado e a transcrição das respostas.

Ainda sobre o *APFB*, conforme Aragão (2008), a amostra analisada compôs-se de 50 localidades que abrange todo o estado da Bahia, somando um total de 99 informantes com idade entre 25 a 84 anos. No que diz respeito à escolaridade, os falantes eram analfabetos ou semi-alfabetizados, e de ambos os sexos. O questionário, por sua vez, é composto de 164 questões (algumas delas subdividas em A, B, C, D) de campos semânticos relativos a: *agricultura, pecuária, anatomia e fisiologia humana, culinária e alimentação, geografia e astronomia*. Por fim, são contabilizadas 209 cartas, sendo 11 de identificação, 154 fonéticas e léxicas e 44 cartas resumo.

Em seguida, foi a vez de os pesquisadores da Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, investigarem os falares que já se observava naquela região. Assim, a partir do *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais – EALMG*, publicado em 1977, sob a coordenação do professor Mário Zágari, teve início a elaboração do *Atlas Linguístico de Minas Gerais*. Do ponto de vista metodológico, foram selecionadas 116 localidades, dando conta da extensão do estado mineiro, somando 83 informantes da faixa etária de 30 a 50 anos. Os indivíduos entrevistados eram analfabetos e com até o primário completo, distribuídos pelos dois sexos. Tendo-se usado um questionário com 415 questões, englobando os campos semânticos *terra e folgedos infantis*, obtiveram-se 78 cartas, sendo 05 de identificação, 21 léxicas, 24 fonéticas, 03 isófonas e 25 isoléxicas.

De volta aos estudos empreendidos no Nordeste, em 1984 foram publicados dois dos três volumes que se previu para o *Atlas Linguístico da Paraíba – ALPB*. A autoria desta obra atribui-se a um grupo de linguistas da Universidade Federal da Paraíba, coordenado pelas professoras Maria do Socorro Silva de Aragão e Cleusa Palmeira Bezerra de Menezes. Para tanto, foram selecionados 25 municípios base, cada um com 3 satélites, chegando a um total de 75 municípios satélite, alcançando, assim, de forma representativa, todo o estado paraibano. Ao final, foram entrevistados 107 informantes da idade de 30 a 75 anos, distribuídos por sexo, cuja escolaridade variou entre analfabetos e o primário completo.

Concernente às 877 questões que compunham o questionário para elaboração do *ALPB* (ARAGÃO; BEZERRA DE MENEZES, 1984), estas foram divididas em dois grupos: geral (abrangendo os campos semânticos: *terra, homem, família, habitação e utensílios domésticos, aves e animais, plantação e atividades sociais*) e específico (trata de itens lexicais pertencentes ao campo *agricultura*, tais como: *mandioca, cana-de-açúcar, agave, algodão e abacaxi*). Quanto à apresentação desse conteúdo, sabe-se que o seu primeiro volume

concentrou-se na publicação das cartas léxicas e fonéticas, dispostas de forma intercalada. O segundo volume, por sua vez, descreve detalhadamente o método, apresentando as informações histórico-geográficas, geo-econômicas e sócio-culturais das localidades estudadas, bem como os dados de identificação dos informantes, atentando para aspectos fonético-fonológicos e morfossintáticos das ocorrências documentadas (ARAGÃO, 2008).

Em 1987, quatorze anos depois de concluído, deu-se a publicação do *Atlas Linguístico de Sergipe – ALS I*. Nesta pesquisa trabalharam: Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Judith Freitas, Nadja Andrade, Nelson Rossi, Suzana Cardoso e Vera Rollemberg, alguns dos nomes que figuram entre os colaboradores do *APFB*. Portanto, seguindo os mesmos princípios metodológicos do atlas linguístico pioneiro no Brasil, o grupo levou a cabo a execução do *ALS I* (FERREIRA, C. et al, 1987), tendo analisado a fala de dois informantes, com faixa etária entre 25 a 65 anos, homens e mulheres, em cada uma das 15 localidades, somando um total de 30 entrevistas que abarcaram pessoas analfabetas e semi-analfabetas. Por fim, com um questionário de 700 questões abordando os campos semânticos *terra, homem, animais, vegetais*, elaboraram-se 180 cartas, das quais 11 são introdutórias e 169 são cartas léxicas, todas transcritas de forma minuciosa, contendo um número considerável de informações etnográficas, considerando-se notas.

Passando do nordeste para o sul, na sequência dos estudos geolinguísticos empreendidos no Brasil, o *Atlas Linguístico do Paraná* figura na quinta posição. Este trabalho, elaborado, pela Professora Vanderci de Andrade Aguilera, da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, foi apresentado, a princípio como Tese de doutoramento e, *a posteriori*, publicado pelo Governo do Paraná e Universidade Estadual de Londrina. A obra, composta de dois volumes, um de apresentação e o outro de Cartas, resultou da pesquisa em 65 localidades, cobrindo todo o Estado paranaense, entrevistando 130 informantes de faixa etária entre 25 a 65 anos, pertencentes a dois níveis de instrução (analfabeto e primário completo) e de ambos os sexos. De modo semelhante aos atlas já publicados, aplicou-se um questionário com 325 questões que enfocam os campos semânticos *terra e homem*. Com esta análise, obteve-se um total de 191 cartas geolinguísticas – 06 introdutórias, 92 lexicais, 70 cartas fonéticas, 29 cartas sintéticas²⁸ (19 isoléxicas e 10 isófonas) – e, ao final, 06 cartas anexas, nas quais se apresenta a distribuição geográfica dos núcleos de povoamento do Paraná. Tanto estas como as de caráter geolinguístico trazem no verso notas explicativas e analíticas dos dados.

²⁸ São aquelas que apresentam a delimitação de zonas de isoglossas.

Ainda em busca de se descrever a realidade linguística do sul do Brasil, publicou-se o *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul – ALERS* –, o qual se fez sob a coordenação do Professor Walter Koch, envolvendo os três Estados do Sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), nos quais se contou com equipes locais. A execução desta obra teve início em 1980, mas só em 2002 foram publicados os dois primeiros volumes (o primeiro com a introdução e o segundo contendo as cartas de natureza fonética e morfossintática). Para esta tarefa, analisaram-se 294 localidades, sendo a maioria da área rural (275 pontos) e o restante da área urbana (19 pontos); entrevistaram-se dois representantes de cada ponto das zonas rurais e seis por cada ponto das zonas urbanas, distribuídos pelos dois sexos, faixa etária (28 a 58 anos), abrangendo dois níveis de escolaridade: analfabetos e fundamental (até a 4ª série). Nestas entrevistas, aplicou-se um questionário de 735 questões, algumas coincidentes com as dos atlas já publicados e outras específicas em cada estado. A partir dos dados coletados nesta pesquisa elaboraram-se um total de 176 cartas, as quais abordam fenômenos dos níveis fonético e fonológico (70 cartas) e morfossintático (104); além dessas há duas cartas que servem para identificar as microrregiões homogêneas e a rede de pontos.

Dando continuidade a série de publicações fruto dos estudos geolinguísticos no Brasil, o *Atlas Linguístico de Sergipe II – ALS II* – ocupa a sétima posição. A princípio, este trabalho foi apresentado como tese de doutoramento da Professora Suzana Alice Cardoso, defendida no final de 2002, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, vindo a ser publicado três anos após a sua conclusão, em 2005, pela UFBA. Nesta obra, apresentam-se apenas os resultados referentes aos campos semânticos *homem*, o que o difere do *ALS I*. Entretanto, a amostra foi a mesma utilizada para a elaboração do primeiro atlas de Sergipe, a qual corresponde a um total de 30 informantes, sendo dois representantes de cada uma das 15 localidades investigadas, compreendidos entre a faixa etária de 25 a 65 anos, de ambos sexos. Este segundo atlas, por sua vez, é constituído de dois volumes, com três tomos e um CD.

No volume I encontra-se: introdução, exposição do tema numa perspectiva histórica, os pressupostos teórico-metodológicos e a bibliografia. Já o volume II é composto de dois tomos: o primeiro trata da parte introdutória do trabalho, expondo as etapas que antecedem a feitura das cartas, bem como índices necessários à leitura das mesmas. O segundo tomo do volume II, por seu turno, apresenta as 108 cartas que compõem o atlas em si, sendo que, destas, três são somente de identificação. Vale lembrar que essas cartas classificam-se como semântico-lexicais, e que nelas se faz distinção entre a realização masculina e feminina com símbolos e cores correspondentes, além dos percentuais de realização das variantes por sexo.

O penúltimo atlas a ser publicado no Brasil, em 2004, foi o *Atlas Linguístico Sonoro do Pará – ALISPA*, um projeto idealizado e levado a cabo pelo Professor Abdelhak Razky, da Universidade Federal do Pará. Na elaboração deste trabalho se utilizou parte do Atlas Geo-Sociolinguístico do Pará, o qual se encontra num estágio avançado de execução. Vale ressaltar a importância dessa publicação por inaugurar uma nova etapa dos estudos linguísticos no Brasil, uma vez que se constitui como o primeiro Atlas sonoro brasileiro.

Para o desenvolvimento de sua pesquisa, Razky analisou dados de 10 localidades integrantes das seis Mesorregiões do estado paraense, chegando a um total de 40 informantes distribuídos por duas faixas etárias (18 a 30 e 40 a 70 anos) e por ambos os sexos. Do ponto de vista, diastrático, os representantes da fala local que foram entrevistados possuem escolaridade no máximo até a 4ª série do primeiro grau. Tais critérios coincidem, em sua maioria, com os do Projeto ALiB, do qual se utilizou também o Questionário Fonético-Fonológico, porém adaptado. Desta análise obteve-se um total de 600 cartas, cujo acesso se dá a partir de um Menu constituído de: *Entrevistas, Informantes, Realização, Análise Acústica, e Palavras*. Desse modo, pode-se fazer uma busca mais específicas, conforme o interesse do pesquisador, além da possibilidade de se ouvir a realização das variantes, bem como os 40 na íntegra.

Por último, em 2007, teve-se a publicação do *Atlas Linguístico de Mato Grosso do SUL – ALMS* –, elaborado sob a organização do Prof. Dr. Derci Pedro Oliveira, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. A metodologia usada na realização desta pesquisa seguiu, também, os passos do Projeto ALiB, estabelecendo uma rede de Pontos com 32 localidades, cuja escolha fundamentou-se em informações de ordem demográfica, histórica e social. Os informantes, por sua vez, totalizam 128, sendo igualmente distribuídos pelos dois sexos, por duas faixas etárias de (18 a 30 e 45 a 70 anos), com grau de instrução desde analfabetos até a 4ª série do Ensino Fundamental.

Quanto ao conteúdo das cartas e às entrevistas, utilizou-se um questionário com 557 perguntas, englobando os níveis fonético e léxico-semântico; já os fenômenos morfossintáticos puderam ser observados nos relatos dos informantes a respeito de situações quaisquer que tenham sido marcantes, conforme as *Questões para discurso semidirigido* do ‘Questionário do ALiB’. Deste conjunto de questionários, especificamente do *Questionário Semântico Lexical – QMS*, extraíram-se, também, os campos semânticos abordados pelo *ALMS*, os quais podem ser agrupados em três grandes grupos: 1) geografia e fenômenos naturais; 2) corpo humano e 3) homem e convívio social. Sendo assim, as cartas podem ser classificadas como: Fonéticas, Morfossintáticas ou Semântico-lexicais.

Posto isto, vale ressaltar que para o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada adotou-se uma abordagem dialectológica fundamentada nos princípios da geolinguística pluridimensional – ainda que alguns dos atlas apresentados sejam denominados, de forma específica, como “bi” ou “tridimensionais”, conforme o controle que se faz de uma ou mais variáveis sociais, além variável geográfica. Isto se justifica porque é por essa perspectiva que se guia o Projeto ALiB, por meio do qual se busca atender a uma necessidade, há muito percebida, de se descrever e delinear a realidade linguística do país, acrescentando à descrição espacial informações sociais que compõem as situações linguísticas analisadas. Tal missão consiste em se documentar a língua numa perspectiva diatópica atentando para o indivíduo que a utiliza, uma vez que, como afirmou Cardoso (2006, p. 5)

Se a intenção de localizar os fatos linguísticos nos espaços geopolíticos é uma constante na história dos estudos dialetais, a preocupação com as características sociais dos informantes e as suas implicações no uso que fazem da língua não tem passado à margem dos objetivos da Dialectologia e, especificamente, da Geografia Linguística.

Observando-se, portanto, o fenômeno aqui estudado, consideraram-se fatores sociais, os quais se vêm mostrando relevantes nos estudos variacionistas, para além do aspecto geográfico-espacial. A atuação desses fatores externos à língua, por vezes concomitantes com condicionamentos linguísticos, constitui-se, assim, foco dos estudos linguísticos da atualidade, admitindo que “[...] a diversidade e a variabilidade são características inerentes aos sistemas linguísticos e passam também a ser objeto de estudo com o advento da sociolinguística”. Sobre esta teoria discorre-se na seção a seguir.

3.2.2 A Sociolinguística: Princípios Labovianos

Para a realização desta pesquisa, conforme dito, seguiram-se, principalmente, os pressupostos da Teoria da Variação, também chamada de Sociolinguística Quantitativa, segundo a qual a variação linguística pode ser sistematizada, partindo do princípio da heterogeneidade ordenada (WLH, 2006[1968]; LABOV, 2008[1983]).

A Sociolinguística Variacionista, desenvolvida pelo linguista norte-americano William Labov a partir da década de 1960, concebe a língua como uma realidade sociocultural, plural, portanto, cuja heterogeneidade é possível de ser analisada de forma coerente, superando, assim, o idealismo homogeneizante que predominava até então. Se para a visão estruturalista,

que concebia a língua “em si e por si mesma” (SAUSSURE, 2006 [1916]), era impossível explicar como o sistema continuava em perfeito funcionamento enquanto mudava (*paradoxo saussuriano*), para a Sociolinguística Variacionista, o princípio é o de que a língua é um sistema heterogêneo, mas estruturado. De acordo com WLH (2006 [1968]),

“a solução para essa questão fundamental repousa na decisão de romper com a identificação da estruturalidade com a homogeneidade. No lugar dela, propusemos que uma explicação razoável da mudança dependerá da possibilidade de descrever a diferenciação ordenada dentro da língua” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 88).

Isto implica dizer que a heterogeneidade é condição do sistema linguístico e que a variação/mudança não ocorre ao acaso, antes existem fatores – estruturais e sociais – que a determinam. A esse respeito, WLH (2006 [1968]) afirmam:

[...] a mudança linguística não deve ser identificada com deriva aleatória procedente da variação inerente na fala. A mudança linguística começa quando a generalização de uma alternância particular num dado subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968], p.125).

Nesse sentido, percebe-se que é perfeitamente possível “[...] processar, analisar e sistematizar o universo aparentemente caótico da língua falada [...]” (TARALLO, 2005, p.5). Sabendo que é desse suposto caos que emergem as mudanças que (con)formam a língua, apresenta-se, a seguir, uma breve discussão sobre os princípios teóricos centrais deste trabalho, ou seja, a variação e a mudança, e suas implicações.

3.2.2.1 A variação e a mudança linguísticas

A língua enquanto sistema, como afirmam Ferreira e Cardoso (1994), é uma abstração e uma generalização. Considerando que esta língua serve a grupos com histórias sociais particulares, é natural que cada um imprima a ela características particulares de seu desenvolvimento histórico, cultural e de sua configuração social (FERREIRA; CARDOSO, 1994). Significa dizer que cada língua é diversa das demais e mesmo internamente é evidente essa diversidade. Tomando-se um país como o Brasil, é notório que, embora se fale a mesma língua, cada lugar guarda suas particularidades e, mesmo numa dada região, a língua exhibe traços de acordo com o estrato social do falante e com a circunstância em que está sendo utilizada.

Ao se conceber a língua como “forma de comportamento social” (LABOV, 2008[1972]), admite-se também que os processos de variação e mudança são constantes. Nessa perspectiva estabelecem-se três tipos básicos de variação, conforme apresentam Cezario e Votre (2008):

- (a) *variação regional*, associada a distâncias espaciais entre cidades, estados, regiões ou países diferentes; a variável geográfica permite opor, por exemplo, Brasil e Portugal;
- (b) *variação social*: associada a diferenças entre grupos socioeconômicos, compreende variáveis já citadas, como faixa etária, grau de escolaridade, procedência, etc.;
- (c) *variação de registro*: tem como variantes o grau de formalidade do contexto interacional ou do meio usado para a comunicação, como a própria fala, o e-mail, o jornal, a carta, etc. (CEZÁRIO; VOTRE, 2008, p. 144-5)

Os três tipos de variação expostos acima correspondem aos três aspectos fundamentais que uma língua apresenta (FERREIRA; CARDOSO, 1994), quais sejam: diatópico, diastrático e diafásico. Estes, por sua vez, apresentam certa homogeneidade interna conferida por alguns traços semelhantes. Desses traços coincidentes, decorrem unidades ditas *sintópicas* (os dialetos, tais como o nordestino, o gaúcho), *sintrásticas* (os estratos sociais, tipo linguagem culta, popular), *sinfásicas* (o estilo de língua: formal, familiar, literário). Cumpre observar que cada unidade sintópica (dialeto de uma região) pode conter diferenças diastráticas (socioculturais) e diferenças diafásicas (de estilo); cada unidade diastrática pode conter diferenças diatópicas e diafásicas; cada unidade sintrástica (na linguagem familiar) apresentará diferenças diatópicas e diastráticas.

A propósito da análise a que se propõe este trabalho, o tratamento do interlocutor no PB, é importante ressaltar a crítica de Lavandera (1984) no que se refere à variação fora do nível fonológico, restringindo, ao que parece, a teoria Sociolinguística da Variação de seu mestre Labov. A opinião da autora, ao criticar a aplicação da teoria laboviana aos fenômenos morfossintáticos, é contestada por Paredes Silva (2003, p.69), para quem “a análise variacionista tem como lidar com essas diferenças associadas a matizes semânticos ou discursivo-pragmáticas”.

Essa ideia já estava presente em Weinreich, Labov, e Herzog (2006 [1968], p. 97), segundo os quais, nos termos de um sistema linguístico diferenciado em desenvolvimento, as formas coexistentes compartilham propriedades, tais como apresentam:

- (1) Oferecem meios alternativos de dizer a “mesma coisa”: ou seja, para cada enunciado em A existe um correspondente em B que oferece a mesma informação referencial (é sinônimo) e não pode ser diferenciado, exceto em termos da significação global que marca o uso de B em contraste com A.
- (2) Estão conjuntamente disponíveis a todos os membros (adultos) da comunidade de fala. Alguns falantes podem ser incapazes de produzir enunciados em A e B com igual competência por causa de algumas restrições em seu conhecimento pessoal, práticas ou privilégios apropriados ao seu *status* social, mas todos os falantes geralmente têm a capacidade de interpretar enunciados em A e B e entender a significação da escolha de A e B por algum outro falante.

Percebe-se, com isso, que é tarefa da Sociolinguística descrever a heterogeneidade inerente aos sistemas linguísticos, determinando os contextos que a regulam. Está claro que uma das grandes contribuições dessa teoria é o entendimento de que os processos em variação/mudança são regulados não apenas por contextos linguísticos – *encaixamento linguístico* –, mas, sobretudo, pelos sociais – *encaixamento na estrutura social*. O falante que opta por determinada forma linguística pode fazê-lo em função do sexo, da escolaridade, da faixa etária ou da região onde mora. Nesse sentido, convém lembrar que:

O reconhecimento de que uma análise estritamente linguística é incapaz de dar conta do processo de mudança, e a iniciativa de explicar a variação inerente ao sistema linguístico através da covariação com os fatores sociais conduzem a uma visão mais abrangente e adequada do processo histórico de constituição da língua e da própria língua enquanto objeto de estudo da linguística (LUCCHESI, 2004, p. 176).

Essa ideia também está expressa em Monteiro (1994, p.154):

Da ampla investigação de Biderman (1973/73) que, seguindo a orientação de Brown e Gilman (1960), relaciona as formas de tratamento de várias línguas românicas com as estruturas sociais da América Latina e da Península Ibérica, aprendemos que até meados do século XIX o pronome *você* se restringia ao trato do superior para o inferior, em função de dois critérios básicos: a idade (pais e filhos, tios e sobrinhos) e a posição social (magistrados e cidadãos comuns, professores e alunos). Era usado também entre pessoas não íntimas (homem e mulher quando primos).

Com base nos estudos acima citados, dentre outros apresentados ao longo da obra *Pronomes Pessoais*, Monteiro (1994, p. 115) conclui que “[...] tais aspectos da língua se ligam necessariamente à complexa teia de relações ditadas pela situação comunicativa e se ajustam ao padrão de cada comportamento social específico [...]”. Desse modo, segundo o autor, a

dinâmica que identifica a variação das formas de tratamento deve ser explicada a partir dessa concepção de língua intrinsecamente ligada à sociedade. Nesse sentido, Monteiro (1994) destaca o advento do modelo sociolinguístico por ter proporcionado maior consistência às interpretações para a variação das formas de tratamento.

Em todas as sociedades, a intrínseca relação entre o código linguístico e a estrutura social da comunidade conduz a um julgamento de valor das formas linguísticas. Essa avaliação não é feita exatamente em função da forma linguística, mas da hierarquia social dos grupos que a utilizam, ou seja, apóia-se em critérios ideológicos, políticos e sociais. Desse modo, em todas as sociedades, há formas linguísticas de prestígio e formas estigmatizadas. Um exemplo disso é a variação *tu/você* no PB, seguido do verbo na terceira pessoa do singular. Em muitas áreas do Nordeste, por exemplo, verifica-se a alternância entre esses dois pronomes no trato com o interlocutor; contudo a variante *tu* é atribuída a falantes com menos escolarização e, portanto, à classe menos favorecida. Nessas áreas, o *tu* passa, então, a ser preterido em certas situações. Advém daí, inclusive, a dificuldade de se captar essa forma nas entrevistas utilizadas para as pesquisas sociolinguísticas.

Pela visão formalista que predominou até meados do século XX, a mudança linguística só era observada após estar concluída, dada a incapacidade de se observar o seu curso. A Sociolinguística, superando essa limitação, e a ideia de que a mudança ocorria abruptamente, estabelece que toda mudança pressupõe a existência de variação, a qual é passível de observação e sistematização.

A mudança, por essa perspectiva, dá-se lentamente e seus estágios podem ser captados: i) num primeiro momento, as formas alternantes coexistem; ii) as variantes passam a concorrer entre si quando uma delas passa a ter maior prestígio na comunidade; iii) por fim, uma das variantes pode suplantar a outra, concretizando-se aí a mudança, ou podem permanecer em variação por muitos anos – *variação estável*.

Para a descrição da mudança, a Teoria Laboviana utiliza dois enfoques temporais: o *tempo aparente* e o *tempo real*. No estudo em *tempo aparente*, observa-se o comportamento linguístico dos indivíduos em diferentes faixas etárias em uma determinada sincronia. A hipótese clássica supõe que a mudança linguística aconteça no indivíduo, cuja estabilidade linguística dá-se por volta dos 15 anos. Dessa forma, o comportamento linguístico atual do falante revela características daquele período de tempo. De acordo com Naro (2004a), uma pessoa hoje com 60 anos revela um comportamento linguístico de 45 anos atrás. Assim, agrupando os indivíduos em diferentes faixas de idade, é possível fazer uma projeção temporal de como são os usos linguísticos em diversos momentos do tempo.

Através da observação da mudança no tempo aparente, é possível concluir que, se uma dada variante é mais frequente entre os falantes da faixa etária mais jovem e sua ocorrência entre os mais velhos é pequena, está-se no caminho para uma mudança (*mudança em curso*). Naturalmente, não há como prevê se esta mudança de fato acontecerá, pois dependerá de fatores como a existência, ou não, de avaliação negativa da forma. Como já mencionado, é possível que as formas coexistam por muito tempo sem que haja desaparecimento de uma delas.

A hipótese clássica não tem aceitação pacífica nos estudos linguísticos e esconde algumas dificuldades, como o fato de que nem toda variação represente mudança em progresso, podendo configurar-se como uma *variação estável* ou um caso de *gradação etária* (os usos linguísticos se repetem a cada geração). Para superar tais dificuldades, o linguista pode conjugar os estudos em *tempo aparente* com as observações em *tempo real*, que comparam pelo menos duas sincronias distintas.

De acordo com Labov (2008 [1972]), os estudos em *tempo real* podem ser feitos por meio da comparação de textos antigos ou do recontato com os informantes. No primeiro caso, apresentam-se dificuldades comuns a esse tipo de registro, uma vez que os textos escritos não revelam com fidelidade as características da língua falada. No caso do recontato dos informantes, conta-se com a dificuldade de nem sempre isso ser possível. Nesse tipo de estudo, é possível ao pesquisador constituir amostras do *tipo tendências* e do *tipo painel*.

Em uma amostra do tipo *tendências*, o pesquisador centra-se no comportamento da comunidade e, voltando a ela depois de certo tempo (aproximadamente 18 anos), entrevista outros informantes com o mesmo perfil daqueles entrevistados na primeira amostra. Esse tipo de estudo “permite verificar em que medida mudanças na configuração social de um grupo podem se refletir na propagação, estabilização ou recuo de processos de mudança” (PAIVA e DUARTE, 2004, p. 188). No estudo tipo *painel*, o pesquisador observa o comportamento linguístico do indivíduo. Decorrido algum tempo, entrevistam-se os mesmos informantes já contactados na amostra anterior a fim de verificar se houve estabilidade/instabilidade no indivíduo. Ao se referirem a esses dois tipos de estudos, Paiva e Duarte (2004, p.189) afirmam:

Ainda que os dois modelos autorizem afirmações mais seguras sobre o curso dos processos variáveis em uma língua, nenhum deles é completamente satisfatório. [...] De fato, apenas a conjugação de ambos pode fornecer o instrumental metodológico necessário para elucidar aspectos relativos às duas dimensões da mudança, no indivíduo e na comunidade, as possíveis interseções entre elas e os elementos necessários para identificar o curso de um determinado processo variável.

Ante o exposto, não resta dúvida quanto à abrangência e eficácia da Sociolinguística Laboviana para o estudo proposto. Desse modo, apresenta-se, na próxima seção, a metodologia aplicada a esta pesquisa, tomando por base os princípios metodológicos do Projeto ALiB, em cujo âmbito insere-se esta pesquisa.

3.2.3 Princípios do Funcionalismo

Levando em consideração que o fenômeno aqui analisado – o uso dos pronomes de referência à 2ª pessoa do discurso – define-se, no nível do discurso, como uma questão estilística, pressupõe-se que seja ele condicionado por fatores semântico-pragmático-discursivos. Além disso, e, pode-se até mesmo dizer, em decorrência da complexidade dos elementos envolvidos no emprego das variáveis em estudo, o objeto desta pesquisa reflete o processo de gramaticalização pelo qual passou a variante ‘inovadora’, a cujo uso se atribui uma série de mudanças ocorridas no quadro pronominal do PB. Logo, pelos motivos aqui expostos, a abordagem funcionalista foi considerada imprescindível para análise do fenômeno investigado.

No que diz respeito à(s) Teoria(s) Funcionalista(s), de um modo geral, as bases para o seu desenvolvimento em linguística foram lançadas no Círculo Linguístico de Praga. Este, mais tarde conhecido como *Escola Linguística de Praga* (doravante ELP), constituiu um marco na linguística nos primeiros anos do século XX. De acordo com as *Teses* da ELP a língua deve ser considerada tanto no seu plano externo de uso na sociedade quanto no seu plano interno, estando, portanto, lado a lado, o estrutural e o funcional (NEVES, 1997).

No período de efervescência das teorias funcionalistas – primeiras décadas do século XX até por volta de 1970 –, predominou entre os estudiosos a definição de língua como *um sistema de meios de expressão adaptado a um fim*, apresentada por Martinet ainda na primeira metade do século XX, quando se volta a ressaltar a função precípua da língua como instrumento de comunicação e expressão. Diante disso, os adeptos dessa concepção passaram, então, a considerar a ‘frase’ como uma unidade que pode ser analisada também no nível comunicativo (*perspectiva funcional da sentença*), e não somente nos níveis fonológico e morfossintático, como em geral postulavam as concepções estruturalistas, sobretudo as da vertente americana, pautadas em Chomsky, com a visão de Língua Internalizada (LI). Portanto, daí por diante, sob uma perspectiva mais abrangente, por considerar o aspecto funcional da língua em uso, “o que se analisa são as frases efetivamente realizadas, para cuja

interpretação se atribui especial importância ao contexto, tanto verbal como não-verbal” (MOURA NEVES, 1997, p.17).

Foi depois da publicação do ‘Curso de linguística geral’, de Ferdinand Saussure, a partir do século XX, que os estudos linguísticos acabaram se dividindo em dois grandes polos, de um lado os formalistas e do outro os funcionalistas. Tais perspectivas de análise, segundo Berlinck; Augusto; Shaer, (2006, p.210), “constituem as duas vias principais pelas quais se têm desenvolvido os estudos linguísticos de um modo geral nesse último século”.

No que diz respeito às teorias formalistas, o que engloba o estruturalismo e o gerativismo, conforme dito, viu-se que a língua contextualiza-se nela mesma, ou seja, nas suas propriedades internas, e seleciona a gramática como seu componente central. Como principais representantes dessa linha de investigação, tem-se Saussure, no Estruturalismo, e Chomsky, no Gerativismo.

O Funcionalismo, por seu turno, observa a língua na situação social que gera as estruturas. Contudo, ao se fazer um confronto dessas duas teorias, foi possível concluir que a notória divergência de pontos de vista não implica dizer que os estudos funcionalistas excluam as ideias dos estudos formalistas, senão que acresceram a noção de funcionalidade à concepção estrutural (formal) da língua. Segundo Pezatti (2004, p.175), “os diferentes enfoques não estudam objetos diferentes, mas elegem diferentes fenômenos do mesmo objeto”. Isto se justifica porque, na visão do autor, “enquanto a linguística formal gera explicações a partir da própria estrutura”, a linguística funcional “encontra bases explanatórias na função que exercem as unidades estruturais” (PEZATTI, 2004, p.168).

Entretanto, observou-se que, mesmo entre os teóricos ditos funcionalistas, há divergências. Neves (1997), por exemplo, estabeleceu uma distinção entre os três tipos de funcionalismos apontados por Nichols (1984), a saber: conservador, moderado e extremado. Para a autora, “muitas características que se atribuem ao “funcionalismo” em geral se aplicam a modelos mais radicais”. Sobre o do tipo conservador, diz que cumpre apenas o papel de apontar a inadequação do formalismo ou do estruturalismo, assumindo uma postura crítica, sem, no entanto, propor uma análise da estrutura. Quanto ao do tipo moderado, este não só aponta essa inadequação, mas vai além, propondo uma análise funcionalista da estrutura. O funcionalismo extremado nega a realidade da estrutura como estrutura e considera que as regras se baseiam internamente na função não havendo, pois, restrições sintáticas. Entre os funcionalistas radicais estariam: Sandra Thompson, Paul Hopper, o Givón de *On Understanding Grammar*, Susumu Kuno e Erica Garcia. Entre os moderados estariam M. A. K. Halliday e Simon Dik.

Observa-se, então, que na estrutura geral do funcionalismo encontram-se abordagens distintas, o que impede a existência de uma teoria monolítica para unir os seguidores dessa corrente. Dentre os seus clássicos representantes, selecionaram-se os três principais (ou pelo menos mais divulgados), que serviram, e servem, de base para muitos estudos nessa linha, a saber: Dik, Halliday e Givón.

Segundo Dik (1987), a gramática funcional (GF), inicialmente representada por ele mesmo, é uma teoria da organização das línguas naturais que é ‘funcional’ em pelo menos três sentidos diferentes, embora interligados: 1) tem uma visão funcional da natureza da linguagem; 2) dá importância às relações funcionais nos diversos níveis da gramática; 3) pretende ser aplicável à análise de diversos aspectos da linguagem e seu uso. Portanto, a respeito da GF, destaca-se que esta tenha sido, talvez, a primeira tentativa de escrever uma gramática completa que se opusesse à teoria “standard” de Chomsky no tratamento das estruturas textuais. Desse modo, consoante o paradigma funcional, “a GF é capaz de explicar as regras e princípios subjacentes às expressões linguísticas em termos de sua funcionalidade com relação ao modo como são usadas” (PEZATTI, 2004, p.202).

Prosseguindo no estudo do funcionalismo de Dik, observou-se a combinação de fatores pragmáticos, semânticos e sintáticos na análise da predicação. Isto se justifica porque, na visão do autor, não saber reconhecer que a mudança linguística se processa mediante fatores externos, significa desconhecer os fatores externos. Ainda segundo a perspectiva desse autor, a gramática funcional vê a língua natural, em primeiro lugar, como um instrumento de que as pessoas se utilizam para estabelecer relações comunicativas umas com as outras. É, pois, sob esse ponto de vista que a língua é, primordialmente, uma entidade pragmática, ou seja, um instrumento simbólico usado com fins comunicativos.

Sob a perspectiva funcional, no entanto, a língua não pode ser adequadamente entendida se os propósitos pragmáticos não forem levados em consideração. Desse modo, a sintaxe não pode ser vista como algo autônomo, já que ela existe para que as pessoas sejam aptas a construir expressões complexas de significados, e esses significados favorecem a comunicação de diversos modos. Assim, é possível, segundo Dik, estabelecer uma hierarquia, colocando-se a pragmática no topo, a semântica no nível intermediário e a sintaxe na base.

Dik defende, ainda, que a linguagem natural não é somente um fenômeno social, mas também um fenômeno psicológico. A importância psicológica está no conceito de competência comunicativa (habilidade que possibilita às pessoas comunicarem-se por meios verbais), termo cunhado por Hymes (1970 apud Dik, 1980) para reagir aos conceitos chomskianos de competência e desempenho/performance. Vale ressaltar que a competência

comunicativa compreende a competência gramatical – capacidade de desenvolver e interpretar expressões linguísticas – e a competência pragmática – capacidade de empregar essas expressões nas diferentes situações para obter o efeito comunicativo almejado (Dik, 1980 apud NEVES, 1997).

Na visão de Halliday a linguagem é parte integrante de uma semiótica social, e a teoria de linguagem inclui-se em uma teoria global de interação social. Ao usar o termo “semiótica social”, Halliday (1978 apud Thibault, 1987) pretende apontar para a necessidade de se fazer uma interpretação da linguagem que não a trate como algo autônomo, mas sim como parte de um conjunto mais amplo de fenômenos, o qual pode ser chamado de sistema social (ou simplesmente cultura).

Pelo fato de considerar a interação social, e influenciado pelos dos estudos de Bühler, Halliday propõe três funções da língua, as quais ele afirma que podem ser encontradas em todo texto: a *função ideacional*, que é uma representação dos ‘processos’: ações, eventos e processos de consciência; a *função interpessoal* da frase, a qual envolve a troca de papéis na interação retórica: declarações, questões e comandos; e a *função textual*, que consiste na construção de uma mensagem. Assim, de acordo com Michael Halliday (1985), uma abordagem funcionalista da linguagem significa, em primeiro lugar, investigar como a língua é usada, ou seja, tentar descobrir a quais objetivos a língua serve, e como somos capazes de alcançar tais objetivos através da fala e da escuta, da leitura e da escrita.

Quanto ao terceiro expoente dos estudos funcionalistas, Givón, por defender que os demais componentes estão subordinados ao componente pragmático, configura-se como um funcionalista extremado. Entretanto, não obstante a sua posição extremada, o autor mostra-se favorável à integração de componentes diversos, para o que se propõe a apresentar “um quadro explícito sistemático e abrangente de sintaxe, semântica e pragmática unificadas como um todo” (GIVÓN, 1984, p.40 apud NEVES, 1997, p. 24). Por outro lado, reforçando a posição de funcionalista extremado de Givón (1979b), Neves (1997, p.28) afirma que esse teórico “sugere que as propriedades sintáticas como sujeito, voz, orações relativas, subordinação, morfologia flexional, etc., nascem das propriedades do discurso”.

Voltando-nos para a realidade dos estudos funcionalistas no Brasil, vimos que estes têm tido grande incremento. Vale dizer que as pesquisas aqui realizadas estão pautadas tanto sobre modelos desenvolvidos na Europa (Martinet, Coseriu, Halliday, Dik e seguidores) e nos Estados Unidos (Givón, Chafe), quanto inspiradas em uma grande variedade de trabalhos norte-americanos, como os de Thompson, Hopper, Haiman, Traugott, Heine, König,

Sweetser, Du Bois, e em pesquisas de orientação cognitivista, como as de Langacker, Fauconnier e Lakoff.

Os estudos dessa linha ganharam destaque no Brasil com os textos de Votre e Naro (1989). Nessas obras, os autores opõem-se à visão formalista, sobretudo a do gerativismo, defendendo, assim, o modelo funcional (PEZATTI, 2004). No que se refere à contribuição mais direta dos teóricos norte-americanos nos estudos linguísticos brasileiros, destacam-se as idéias de Hopper, aplicadas por Lopes e Machado (2005)²⁹ ao estudo da evolução da forma nominal *Vossa Mercê* para *Você* em língua portuguesa. De acordo com Hopper (1991 apud GONÇALVES, 2007, p. 79),

A gramática de uma língua é sempre emergente, ou seja, estão sempre surgindo novas formas/valores/funções para formas já existentes e, nesse processo de emergência, verificável a partir de padrões fluidos de linguagem é possível reconhecer graus variados de gramaticalização que uma forma vem assumir nas novas funções que passa a executar.

Visando, portanto, flagrar estágios diversificados de processos de mudança linguística, Hopper (1991) sugeriu cinco princípios, a saber: *Estratificação (layering)*, *Divergência*, *Especialização*, *Persistência*, *Decategorização*. Tais princípios, correspondentes a possíveis estágios de mudança, fundamentam-se na visão funcionalista de Meillet e vêm sendo reinterpretados sob a ótica variacionista em alguns trabalhos a exemplo de Omena e Braga (1996); Lopes (1999, 2003); Naro e Braga (2000), Lopes e Duarte (2002a, 2002 b, 200c); Rumeu (2001).

A começar pelo princípio da *estratificação* entende-se que, com o surgimento de novas formas funcionais, num domínio funcional amplo, não se dá a eliminação imediata das formas já existentes, podendo esta até não acontecer. Isto dá margem para se admitir a coexistência de camadas, tornando os itens variantes. Conforme Lopes e Duarte (2003). isto teria ocorrido com os itens *Vossa mercê* e *você*, durante o século XVIII. O segundo princípio, o da *divergência*, caracteriza-se pela convivência do item original ao lado da nova forma resultante de gramaticalização, ainda que apresentem uma tênue diferença funcional, constituindo, portanto, um tipo específico de *estratificação*.

De acordo com o terceiro princípio, a *especialização*, as formas alternativas se tornariam cada vez mais semelhantes, havendo, assim, “[...] o estreitamento de opções para se codificar determinada função, á medida que uma dessas opções começa a ocupar mais espaço

²⁹ Cf. seção 2.3.1, p.60.

porque mais gramaticalizada” (GONÇALVES et ali., 2007, p. 82). Sendo assim, conforme Lopes e Duarte (2003), a forma gramaticalizada (*você*) passaria, aos poucos, a ocorrer em contextos linguísticos específicos, afastando-se cada vez mais dos contextos que favoráveis à ocorrência da forma antiga, neste caso o *Vossa mercê*.

O penúltimo princípio sugerido por Hopper (1991), da *persistência*, diz respeito à manutenção de alguns traços semânticos originais na aderindo-se à nova forma gramaticalizada. No que se refere às formas nominais pronominalizadas: ‘gente’ > *a gente* e ‘Vossa mercê’ > *você*, poderia se dizer que este princípio se confirma no caso do *a gente*, mas o mesmo não ocorre com o *você*, visto que a variante inovadora da 1ª pessoa do plural preserva a ideia de coletividade da forma original (OMENA; BRAGA, 1996), já o novo pronome de 2ª pessoa teria sofrido uma erosão semântica de maior grau, considerando-se a perda total de deferência que hoje se constata.

Por fim, o princípio da *de(s)categorização* proposto por Hopper (1991) corresponde ao estágio de neutralização das marcas morfológicas e propriedades sintáticas de um nome ou sintagma nominal, levando a nova forma a se comportar conforme categoria-destino. No caso dos exemplos em foco, as formas nominais acima referidas assumem atributos de pronome. Este último princípio retrata o atual estágio das formas gramaticalizadas *a gente* e *você* que passaram a integrar o paradigma pronominal do PB acarretando reformulações morfossintáticas, atreladas ao aspecto semântico-pragmático-discursivo, na língua portuguesa, conforme já se expôs no capítulo 2.

Ante o exposto, conclui-se, que nas abordagens funcionais, as regras de gramática são concebidas sob a ótica dos objetivos comunicativos, e não como regras rígidas de aplicação. Assim que, à teoria funcionalista interessa descrever os tipos de construções linguísticas nas atividades de comunicação onde os níveis sintático, semântico e pragmático se interrelacionam. Logo, ao conceber a língua composta por seu entorno e integrante deste, ao mesmo tempo, a perspectiva funcional compreende os aspectos pragmáticos de motivação intra e extralinguística. Sumariamente, entende-se que o Funcionalismo consiste numa visão mais integrativa de abordagem dos fenômenos linguísticos, de acordo com a qual todas as unidades da língua seriam compreendidas em termos de funções.

4 METODOLOGIA: A PESQUISA PASSO A PASSO

Cumpra-se, nesta seção, a tarefa de descrever, da maneira mais objetiva possível, os passos seguidos para o desenvolvimento desta análise. Nesse intuito, faz-se uma apresentação, não-exaustiva, da macro-estrutura à qual se vincula esta pesquisa – o Projeto ALiB –, o que remete, necessariamente, ao marco oficial e uma abertura de portas para os estudos dialetais no Brasil (CARDOSO, 1998). Em seguida, apresenta-se o *corpus*, cuja descrição levanta questionamentos a respeito das entrevistas e dos informantes.

Feita a devida exposição do material analisado, segue-se apresentando as variantes consideradas para o empreendimento deste estudo. Na seção seguinte, descrevem-se as estratégias de análise, ou seja, os grupos fatores que provavelmente estão interferindo na opção do falante por uma das formas em concorrência aqui consideradas. Esses fatores, como se sabe, podem ser de ordem linguística (estruturais e semântico-pragmático-discursivas) ou extralinguística (social e/ou geográfica). Por fim, apresenta-se a ferramenta utilizada para o tratamento estatístico dos dados, o pacote de programas para análise de regras variáveis, *Variable Rules* – VARBRUL³⁰ (SANKOFF, 1988; PINTZUK, 1988).

Visa-se, com essa descrição, elucidar o procedimento metodológico aplicado para a obtenção dos resultados. Estes, no entanto, podem ser enviesados, caso não seja seguido com rigor o método científico proposto inicialmente, conforme os objetivos e a linha teórica da pesquisa. Portanto, apresentar a origem e conjuntura do Projeto ALiB, bem como descrever o *corpus* e as variáveis – dependentes e independentes – aqui observadas, constituem-se os objetivos das próximas seções.

4.1 SEGUINDO OS PASSOS DO ALiB

Conforme prenuncia o título deste trabalho, a pesquisa insere-se no âmbito do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), estando vinculada à Linha de Pesquisa “Linguística Histórica” do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e integrada ao Programa de Estudo da Diversidade Linguística no Brasil (DIVERSITAS).

O DIVERSITAS, por sua vez, reúne o conjunto de projetos enquadrados nas linhas da Dialetologia, da Sociolinguística e da Diversidade Linguística no Brasil sob a

³⁰ Os trabalhos de Naro e Scherre (2004) e Guy e Zilles (2007) mostram-se bastante elucidativos para quem precise utilizar o VARBRUL. Nessas obras encontra-se uma descrição detalhada desse suporte.

responsabilidade de um grupo de professores/pesquisadores do setor de língua portuguesa da referida instituição. Em virtude do vínculo, descrito no parágrafo anterior, é mister apresentar uma breve descrição do Projeto ALiB e seus objetivos, os quais, certamente em uma dimensão bem maior, coincidem com os objetivos gerais deste trabalho.

Conforme Cardoso (1998), a ideia da elaboração de um atlas que retratasse a situação linguística do Brasil remonta ao ano de 1952. Segundo a autora, somente três anos após o nascimento da ideia do atlas linguístico do Brasil, que constava do Art. 3º do decreto 30.643 de 20 de Março de 1952, é que o projeto, até então idealizado, começa a sair do papel. Foi quando, em 1957, em ocasião do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Lisboa, Serafim da Silva Neto e Celso Cunha reforçaram essa ideia, defendendo a necessidade de se fazerem atlas linguísticos regionais, consideradas as dificuldades, de ordem diversas (econômica, política e infra-estrutural), para a realização de um projeto de tamanha magnitude como propunha o governo em seu decreto.

Em seguida, reconhecendo a importância e a urgência de implementação desse projeto, Antenor Nascentes juntou-se aos outros dois filólogos no intuito de fazê-lo acontecer. Essa vontade, no entanto, só se consolida em 1958 e 1961, quando Nascentes publica (em dois volumes, um a cada ano) a obra *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*. A partir de então, pôde-se vislumbrar, de fato, o que viria a ser o idealizado atlas. Como o próprio nome da obra sugere, desses dois volumes publicados constava um conjunto de instruções que versavam sobre os critérios para a escolha das localidades que iriam compor o atlas, bem como sobre os informantes que as representariam. Além desse direcionamento, assegurando o caráter científico do trabalho, foram apresentadas também as diretrizes para a elaboração do questionário a ser utilizado; expôs-se, ainda, de forma elucidativa, a proposta de Serafim Silva Neto e Celso Cunha, de se fazerem atlas regionais, da qual Nascentes declarou-se adepto propondo-a em sua obra.

Tendo sido lançada essa proposta e as diretrizes para a elaboração do atlas, que passariam a nortear as pesquisas linguísticas de cunho diatópico, inicia-se um período fértil da Dialetoлогия brasileira. Conforme Cardoso (2008, p. 2),

Partiram, assim, os dialetólogos brasileiros para a execução de atlas regionais, o primeiro dos quais, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, de autoria de Nelson Rossi, Dinah Isensee e Carlota Ferreira, publicado em 1963, atingindo-se, na atualidade, o total de nove atlas publicados aos quais se somam duas teses de doutorado (atlas da Amazônia e atlas do litoral potiguar).

Entretanto, em se tratando do projeto de âmbito nacional, conforme constava do decreto de 1952, somente *a posteriori* é que a ideia renasce, aproximadamente cinquenta anos depois da primeira manifestação a respeito da necessidade de se fazer um atlas linguístico do Brasil. Foi, então, que em novembro de 1996 esse projeto teve suas bases lançadas, por ocasião da realização do Seminário³¹ *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, na Universidade Federal da Bahia (CARDOSO, 1998, 2008). Nessa ocasião, dialetólogos, nacionais e internacionais, reuniram-se na cidade de Salvador, Bahia, onde discutiram temas concernentes a uma política geolinguística para o Brasil, bem como à metodologia que seria aplicada na execução do projeto.

Falando ainda desse profícuo encontro de 1996, Cardoso (1998, p. 166) relata que:

“[...] ficou também acertada a criação de um comitê Nacional que, a partir daquele momento, se encarregaria de dar curso às decisões do encontro e implementar o projeto nacional para execução do atlas linguístico do Brasil. Esse Comitê foi constituído com representantes de cada uma dos atlas publicados e com um representante dos atlas em curso.

Dessa forma, considerados os ajustes em alguns aspectos metodológicos, necessários ao andamento da pesquisa, a firmação de novos convênios e o acréscimo de membros ao comitê³², os estudos dialetais no Brasil foram impulsionados, no último quinquênio do século XX, sobretudo no que o referido decreto de 1952 colocou como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa. Pelo que se percebe da aplicação dos critérios e andamento do trabalho, após 1996, as decisões e convênios firmados na ocasião do seminário foram fundamentais para por o plano em prática. Isto se considera em concordância com afirmação de Cardoso (2008, p.1), ao dizer que “[...] embora venha a ser impulsionado no final do século XX, a ideia e o desejo de um atlas linguístico do Brasil estavam em cogitação nos meios acadêmicos desde meados do século XX”.

Atualmente, em pleno vapor de sua execução, o Projeto ALiB encontra-se num estágio bastante avançado, no que diz respeito à coleta e transcrição de dados, tendo-se já concluído

³¹ cf. Cardoso (2008, p. 4-5). Esse seminário foi promovido pelo Grupo de pesquisadores em Dialectologia da Universidade Federal da Bahia, contando com a participação de um número significativo de pesquisadores da área no Brasil, entre os quais se destacam: autores de todos os atlas até então publicados e de representantes de atlas em andamento. Contou-se, também, com a presença do Prof. Dr. Michel Contini, do Centre de Dialectologie de Grenoble, Diretor do *Atlas Linguistique Roman* e membro do Comitê Diretor do *Atlas Linguarum Europae*, dois dos principais atlas linguísticos em fase de publicação, na Europa.

³² Fazem parte desse Comitê representantes de oito universidades brasileiras, sendo sete Diretores Científicos – Abdelhak Razky (UFPA), Ana Paula Rocha (UFOP), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Cléo Wilson Altenhofen (UFRGS), Maria do Socorro Silva Aragão (UFPB/UFC), Mário Roberto Lobuglio Zágari (UFJF), Vanderci de Andrade Aguilera (UEL) e Valter Koch (UFRS) –, uma Diretora Executiva – Jacyra Andrade Mota (UFBA) e pela Diretora-presidente – Suzana Alice Marcelino Cardoso (UFBA).

mais da metade das 250 localidades constituintes da sua rede de pontos. Isto se fez, e se tem feito, não obstante os entraves, devidos principalmente à pouca verba destinada a pesquisas do gênero. Geralmente, o fomento é conseguido por meio de submissão de plano de trabalho a editais que nem sempre veem a importância de um projeto grandioso como esse. Entretanto, as dificuldades que ainda hoje se apresentam não se podem comparar ao que outrora se impôs como óbice à implementação desse projeto, conseqüentemente às pesquisas linguísticas. A respeito dessas dificuldades, Cardoso (2008, p. 1-2) afirma:

Razões de ordem acadêmica, sobretudo, impediram a consecução do desejo governamental de uma descrição geral do português do Brasil, seguindo as trilhas da geografia lingüística, na época de promulgação do Decreto. Dificuldade de contar com equipes de especialistas em todo o país, precariedade de estradas que levavam aos diferentes pontos da rede, custos e inexistência de financiamento que garantisse a empreitada são dificuldades registradas.

Diante disso, não restam dúvidas a respeito da contribuição de fatores/acontecimentos internos e externos ao universo acadêmico para o avanço nas pesquisas linguísticas. Desse modo, um projeto que tem por meta a elaboração de um atlas linguístico geral no Brasil, no que diz respeito à língua portuguesa foi reavivada. Para tanto, considera-se que foram fatores preponderantes o avanço tecnológico, bem como o desenvolvimento da economia e o progresso – pouco, porém significativo – na área da educação no país. Esses fatores, atrelados a uma visão realizadora dos integrantes do Comitê Nacional do Projeto ALiB, foram, e estão sendo, os responsáveis pelo êxito no cumprimento deste dever.

Integrada, portanto, à visão abrangente do Projeto-ALiB, a análise do *corpus*, que será apresentado no próximo capítulo tem por principal objetivo somar-se aos demais trabalhos, já realizados e em andamento, a fim de proporcionar uma visão geral da realidade linguística intra, inter e supra-regional, no que respeita ao uso das formas *tu* e *você*. Tendo-se partido do pressuposto de que a língua varia no espaço, sobretudo pelas idiosincrasias da origem histórica de cada localidade, buscou-se, nesta pesquisa, seguir uma metodologia que permitisse alcançar o alvo precípua do Projeto ALiB, que é descrever a realidade linguística do PB, ao passo em que se atende aos objetivos específicos do estudo aqui apresentado.

Partindo da ideia de uma intrínseca relação entre língua e sociedade, considerados os aspectos geográfico e social, descreve-se, a seguir, a metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho.

4.2 DESCRIÇÃO DO *CORPUS*

No que se refere ao *corpus* aqui utilizado, em sentido amplo³³, o acervo de entrevistas do Projeto ALiB, do qual se extraiu a amostragem para esta análise, atentou-se, desde o seu esboço, para o aspecto da representatividade da amostra, condição *sine qua non* à análise pautada nos pressupostos da Sociolinguística Quantitativa (GUY; ZILLES, 2007)³⁴. Outro aspecto contemplado pela metodologia do referido projeto é a validade da análise quantitativa.

Assim sendo, os critérios metodológicos utilizados quando da composição desse *corpus* (cf. item 3.3.1.) seguem o que, conforme Guy e Zilles (2007, p.111), é “[...] uma prática bastante comum entre nos estudos sociolinguísticos, no Brasil [...]”. Esta prática, por sua vez, consiste em se organizar uma amostra estratificada e equitativamente distribuída pelas variáveis sociais consideradas de modo a evitar o enviesamento dos resultados, o que comprometeria a confiabilidade do trabalho.

O *corpus* (sentido estrito ou amostra) aqui analisado constitui-se de dados referentes a 6 localidades: capitais do Sul (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre) e três sedes estaduais do Nordeste – Teresina, Recife e Salvador –, a fim de equilibrar a amostra. Em cada capital são entrevistados oito informantes distribuídos igualmente por nível de escolaridade (fundamental e superior), sexo e 2 faixas etárias (I:18-30 e II:50-65). Tem-se, portanto, oito células, compostas de 6 informantes, somando 48 no total, conforme o quadro a seguir:

Escolaridade Sexo Idade	Ensino Fundamental		Ensino Superior		Subtotal
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
Faixa I (18-30 anos)	6	6	6	6	24
Faixa II (50-65 nos)	6	6	6	6	24
TOTAL GERAL	12	12	12	12	48

Quadro 04 – Distribuição geral dos informantes por célula.

Diante disso, retoma-se a questão da representatividade da amostra a fim de salientar que se tem ciência das limitações inerentes a cada *corpus* e amostras extraídas dos mesmos.

³³ Cf. Os autores definem e distinguem os termos *corpus* (em sentido amplo), aquele “[...] que contém no mínimo, um acervo de fitas gravadas e as respectivas gravações à disposição dos pesquisadores”; e *corpus* (em sentido estrito), também chamado de amostra, o qual “[...] designa o conjunto de ocorrências [...] selecionadas e extraídas do acervo pelo pesquisador”.

³⁴ No capítulo 9 desta obra os autores chamam a atenção para *Que problemas da amostra devem receber atenção especial do pesquisador?*

Por isso, sabe-se da incoerência de se apresentem repostas inapeláveis a respeito deste ou de qualquer fenômeno linguístico congênere, ainda que o pesquisador não se furte às informações sócio-históricas da comunidade estudada. Isto porque, ao fator histórico acrescentam-se outros, como o tempo e a exposição cada vez maior desses indivíduos a normas diversas, através dos meios de comunicação, o que, certamente, interfere na opção dos falantes por uma das formas disponíveis na gramática de seu(s) grupo(s).

Quanto a essa consciência de não se fazer afirmação categórica e generalizada a partir de uma pequena (e sempre limitada) amostragem, embora considerada equilibrada e representativa, Guy e Zilles (2007, p.126) argumentam que “[...] a questão da representatividade é muito mais complexa do que nós, sociolinguistas, temos reconhecido em nossas análises”. Posto isto, pretende-se, com este trabalho, apresentar uma descrição da fala das capitais do sul e das nordestinas aqui analisadas, fiel à realidade linguística observada, a fim de se obter uma visão do fenômeno tanto na sua distribuição espacial quanto social. Para tanto, com vistas a elucidar possíveis dúvidas a respeito da ‘identidade’ das entrevistas analisadas, expõe-se a seguir o perfil social dos representantes de cada localidade, bem como uma descrição crítica das entrevistas utilizadas nesta e em outras pesquisas a respeito do fenômeno.

4.2.1 As entrevistas

As entrevistas têm em média duração de 1h e 30 minutos, salvo as dos informantes da segunda faixa etária, cuja média é de 2h. Essa duração corresponde à realização de um inquérito completo, o qual é composto da aplicação de um conjunto de questionários com características específicas, voltados, cada um deles, para os aspectos: (a) fonético-fonológico – Questionário Fonético-Fonológico (QFF), com 159 perguntas, às quais se juntam 11 Questões de Prosódia (QP); (b) semântico-lexical – Questionário Semântico Lexical (QSL), 202 perguntas; (c) morfossintático – Questionário Morfossintático (QMS), 49 perguntas; (d) pragmático-discursivo – Questões de Pragmática (QPg), apenas 04; d) Temas para Discursos Semidirigidos (TDS), composto de relato pessoal, comentário, descrição e relato não pessoal, Questões Metalinguísticas (QMT), 06, e um Texto para leitura – "Parábola dos sete vimes". Entretanto, dada a própria especificidade dos questionários, acima descritos, e do fenômeno aqui analisado, optou-se, por trabalhar apenas com as respostas aos seguintes grupos de perguntas: QP, QMS, QPg, TDS e QMT. Observem-se os exemplos a seguir:

- (06) INQ.: Como é que uma mãe diz ao filho para ele sair da chuva? (QP 06)
 INF.: Meu filho, saia da chuva, pra *cê* não ficá doente, não se gripá. (SSA/03)³⁵
- (07) INQ.: Quando se vê um amigo com uma mala e se quer saber para onde ele vai, como é que se pergunta? (QMS 024)
 INF.: Ø Vai viajá? (SSA/03)
- (08) INQ.: Um objeto caiu do bolso de um rapaz jovem e ele não viu. Como um outro rapaz jovem chama a atenção desse rapaz? (QPg 01)
 INF. – Véio, *sua* carteira caiu, *cê* não viu.
- (09) INQ.: Fale um pôco assim do seu dia-a-dia aqui nessa nova experiência que já tá velha, né? Velha não, amadurecida. (TDS 03)
 INF.: É, o dia-a-dia... qué dizê esse ultimamente que também aquilo do que falei queu tô fazeno, tô trabalhano, ultimamente tem tado muito pesada a demanda. A gente tá envolvido com esse projetão de ampliá a universidade, então é muito grande. Além disso tem as dificuldade todas que já... tem a questão da... todo mundo resiste mudá uma instituição como a universidade é resistente a mudá, tudo *cê* tem que discutí, convesá, convencê e tal. (SSA/07)
- (10) INQ.: No passado, aqui eles falavam diferente, aqui em Florianópolis? (QMT 06)
 INF.: Nói não tratava ‘você’, tratava: “*Tu vais*”, *tu vais* aonde? Quando é que *tu vem*? *Tu vai* sozinho? Ou *tu*, vai com a tia Bilica, a tia Kika, a Dota, a minha vó era Izolina, tratava ela de Dota. (FLOR/08)

Isto se justifica pelo fato de o ambiente discursivo dos outros questionários serem limitados para a ocorrência das variantes. Nesse intuito, chama-se a atenção para pesquisas mais recentes, cujos *corpora* constituem-se de entrevistas secretas e não-secretas (AMOR DIVINO, 2008), (MODESTO, 2006), (LOREGIAN-PENKAL, 2004)³⁶, visando a obter um registro da realização mais natural e desprendida em vista do fenômeno que, por ser de cunho estilístico, ademais de morfossintático, constitui-se a forma de referência ao interlocutor um

³⁵ Os exemplos são identificados pela sigla da localidade (cf. lista de abreviaturas) seguida do número do informante (nível fundamental: 1-4; nível superior: 5-8; número ímpar: homem; número par: mulher)

³⁶ Cf. metodologia do Projeto VARSUL em Loregian-Penkál (2004).

fenômeno de ‘fácil’ controle por parte do informante, ao contrário do que ocorre nos níveis fonético e fonológico.

Diante disso, as ocorrências foram cuidadosamente levantadas a fim de aproveitar o máximo das entrevistas. Este modelo tem sido muito criticado, porém ainda não foi superado por outra alternativa que proporcione ao pesquisador de fenômenos desse gênero uma neutralidade e espontaneidade necessárias à expressão linguística que, de fato, o falante faz uso nas situações propostas nos questionários.

4.2.2 O perfil dos informantes

Conforme os princípios metodológicos do Projeto ALiB, o perfil dos informantes deve, sem exceções, atender a critérios geográfico-espaciais. Por isso, exige-se que os indivíduos sejam nascidos na localidade pesquisada e que seus pais também o sejam. Além dessa característica indispensável, controlam-se também as variáveis sociais, tais como idade, sexo e escolaridade.

Nesta pesquisa, especificamente, o número de informantes atinge um total de 48. Estes, por sua vez, encontram-se distribuídos, equitativamente, pelas duas faixas etárias já mencionadas – 18 a 30 anos e 50 a 65 anos –, contemplando os dois sexos. Conforme dito, também, no parágrafo introdutório desta seção, nas capitais de estado são acrescentados mais quatro informantes de nível universitário, observando-se as mesmas correlações de sexo e faixa etária.

No que diz respeito à escolaridade, fator que vem se destacando nas pesquisas linguísticas (VOTRE, 2004), os informantes devem ser, no mínimo, alfabetizados, tendo cursado, no máximo, até a oitava série do antigo ginásio, o que corresponde hoje à nona série do ensino básico. Isto foi redefinido, *a posteriori*, pelo comitê nacional do projeto, na medida em que os programas de aceleração e educação de jovens e adultos foram se multiplicando, o que dificultou a permanência do critério inicial de escolaridade – até a quarta série primária, conforme nomenclatura da época (o atual 5º ano).

Entretanto, o que se observa é que o nível de conhecimento dos informantes, sobretudo os da primeira faixa etária, não corresponde ao esperado para esse nível de escolarização, em termos de domínio de conceitos básicos e raciocínio lógico mínimos que esses informantes deveriam apresentar.

Diante desse breve perfil dos informantes analisados, o interesse desta e de todas as pesquisas que se pautam na metodologia da Sociolinguística Variacionista é identificar e

trazer à tona as relações entre língua e fatores sociais, a fim de elucidar questões geolinguísticas da realidade atual das línguas no mundo e, neste caso, do PB. Nesse intuito, busca-se atender às possibilidades de melhor confronto entre usos por diferentes faixas etárias e, também, subsidiar os estudos da variação e da mudança linguísticas que vêm se multiplicando desde a década de 1960 após os estudos de Labov (2008[1972]) e de sua teoria, que tanto facilitou o desenvolvimento de pesquisas nesta área.

4.3 VARIÁVEL DEPENDENTE

Para a análise aqui empreendida, estabeleceu-se como variável dependente *a referência ao interlocutor*. Como se sabe, e também vem sendo demonstrado em diversos trabalhos sobre este fenômeno, os falantes do PB dispõem de mais de uma forma para se dirigir à 2ª pessoa do discurso (cf. seção 2.3.2), contradizendo o paradigma tradicional (cf. seção 2.2). Diante da realidade observada, consideraram-se as variantes abaixo exemplificadas com excertos da amostra.

(i) trato por *tu* (*tu, te, ti, contigo*);

(11) Sai da chuva, senão **tu vais te** molhá! (FLOR/03)

(ii) trato por *você* (*você(s), se, si, lhe(s) consigo*);

(12) [...] ela falava: “Ah, eu vô botá **você** pa trabaiá, que **você** tá ficano uma mocinha, tem que ter as coisa e eu num posso lhe dá”. (REC/04)

(iii) tratamento implícito (variante *nula*);

(13) Eh, fulaninho, **Ø tá** indo pra onde? (REC/05)

Definidas essas alternativas para a referência à 2ª pessoa do discurso, procedeu-se à codificação das mesmas a fim de averiguar os contextos linguísticos e sociais que favorecem o emprego de cada uma delas. Entretanto, considerando as implicações teóricas e metodológicas de se analisar as formas retas e oblíquas em conjunto, conforme descrito, fez-se somente um levantamento das três variantes na amostra (cf. seção 5.1) e deu-se continuidade à análise somente das formas retas de 2ª pessoa: *tu* e *você*. Para tanto,

controlaram-se fatores linguísticos (estruturais e pragmático-discursivos) e extralinguísticos (social e geográfico), conforme se descreve na seção seguinte.

4.4 VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Apresentam-se, nesta seção, os grupos de fatores analisados neste trabalho, a fim de se identificar quais contextos linguísticos e sociais favorecem o uso de determinada forma de referência ao interlocutor. Adotando-se a concepção laboviana de língua (LABOV, 2008[1972]), procurou-se examinar como os grupos de fatores regulam a diversidade linguística no tocante à variável em estudo. Para a escolha desses fatores tomou-se por base também a perspectiva funcionalista, uma vez que “essa corrente enfatiza a importância da semântica e da pragmática para a análise da estrutura linguística” (NEVES, 1997, p.56).

A respeito da interferência na escolha do falante por uma forma linguística, em detrimento de outra, Naro (2004b, p.15) afirma que “[...] mesmo no nível do discurso, o falante não deixa de enfrentar decisões, às vezes difíceis, como a escolha de uma forma de tratamento (*tu*, *você*, o *senhor*, ou a simples omissão de qualquer pronome)”. Partindo desse axioma, procurou-se investigar como e em que medida fatores sociais podem influenciar na alternância, aparentemente aleatória, das formas utilizadas na interlocução. Atenta-se, principalmente, para as formas interlocutórias que, de longe, se mostram em concorrência, *tu* e *você*, nas capitais estudadas.

Para a escolha de tais fatores, livre, mas não aleatória, partiu-se do pressuposto de que “as alternâncias de uso são influenciadas por fatores estruturais e sociais” (MOLLICA, 2004, p. 10). Estes, ainda segundo a autora, são também denominados de variáveis independentes, “no sentido que (sic) os usos de estruturas linguísticas são motivados e as alternâncias configuram-se por isso sistemáticas e estatisticamente previsíveis” (MOLLICA, 2004, p. 10). Quanto aos estruturais, ou fatores intralinguísticos, é o que a teoria laboviana denomina de *encaixamento linguístico* (LABOV, 2008[1972]) e, segundo, Faraco (2005, p.58), “[...] trata-se de, ao descrever uma mudança qualquer, apresentar suas relações com outros elementos da estrutura da língua ou também em mudança”. Dito isto, segue-se à exposição propriamente dita dos fatores em questão.

4.4.1 Variáveis linguísticas

Desde as primeiras pesquisas pautadas nos pressupostos da teoria variacionista (LABOV 2008[1972]), consideraram-se a interferência de fatores internos à língua. A

princípio, como se sabe, os trabalhos abordavam fenômenos de ordem morfofonológica, cujas variantes eram assim denominadas por não apresentarem alteração de significado, conforme o princípio básico da Teoria Laboviana. Entretanto, como já se mencionou (cf. seção 3.2.2) passou-se a considerar a variação também nos níveis morfossintático e pragmático-discursivo. Desse modo, atentando para o aspecto semântico das variantes, procedeu-se ao estudo das formas de 2ª pessoa observando a atuação de fatores linguístico-estruturais e linguístico-discursivos no emprego das variantes consideradas, como se expõe a seguir.

4.4.1.1 Fatores linguístico-estruturais (ou morfossintáticos)

Para a definição dos grupos de fatores linguístico-estruturais, partiu-se da ideia de que a opção pelo uso de uma das variantes poderia estar sendo motivado por fatores de ordem interna à estrutura da língua. Tendo-se, a princípio, levantado formas retas e oblíquas de referência ao interlocutor, julgou-se necessário controlar as seguintes variáveis: *natureza da forma, função sintática, tempo e modo verbal, pessoa do verbo*.

4.4.1.1.1 Natureza da forma

O controle desta variável, conforme dito, justifica-se pelo fato de se ter trabalhado, inicialmente, com formas retas e oblíquas. Portanto, uma vez que as variantes consideradas para esta análise seriam identificadas como ‘forma de *tu*’ ou ‘forma de *você*’, fez-se necessário criar um grupo que fornecesse essa informação para possibilitar o refinamento dos dados na análise. Sendo assim, quanto à natureza da forma os pronomes encontrados na amostra foram codificados conforme listado a seguir:

a) Forma reta

- (14) Depois chegô lá as tistimunha (ININT.) Aí me chamô pra í. Aí eu disse: rapais, **você** é meu amigo (ININT.) só que no dia que eu tava lá (ININT.) Aí era o único que já sabia. (ININT.). (SSA/01)

b) Forma oblíqua

- (15) [...] se eu chegá aqui e tu tê ido à praia, eu vô terminá **contigo**. (FLOR/03)

4.4.1.1.2 *Função sintática (conforme uso)*

Decidiu-se controlar esta variável a fim de investigar a possível ocorrência de formas oblíquas em posição de sujeito e das formas retas sendo usadas como complemento. Quanto ao último caso, este uso tornou-se comum no PB após a introdução das formas nominais (*você* e *a gente*). Sendo assim, partiu-se da hipótese de que o *você* seria a forma reta mais usada em posição de complemento, em detrimento das formas oblíquas de segunda pessoa e do próprio *tu*, sendo este estigmatizado quando ocorre na função objetiva.

Os fatores que constituem esse grupo são os seguintes:

a) Função subjetiva

(16) Ô, Lenita, **você** qué tomá água, um copo de água,... (FLOR/04)

b) Função objetiva

(17) (...) todos os material tá guardado pra **você**... (FLOR/04)

(18) Pra onde é que tu vai? É...diz aí que...quem sabe posso ir até com **tu**. (REC/01)

4.4.1.1.3 *Pessoa do verbo*

No que concerne à possível atuação dessa variável no uso das formas de 2ª pessoa, no vernáculo das capitais em estudo, partiu-se da hipótese de que o verbo na terceira pessoa é mais usado, mesmo em áreas onde predomina o uso de *tu*. Além disso, pretendia-se observar também as formas cuja desinência é modificada pelo falante numa tentativa de realização de forma verbal de 2ª pessoa. Para tanto, controlaram-se os seguintes fatores:

a) Segunda pessoa do singular

(19) Maria, **tu** tomas café com leite, ô... bebe só café, ô só lete... (FLOR/06)

b) Terceira pessoa do singular

(20) Ói **tu** quiser ir embora, **tu** pega, **tu** vai na pirua, ô então vai no alternativo, no alternativo. (TER/01)

c) Tentativa de segunda pessoa

(21) Olha aqui teu relógio, Ø esquecesse ? (FLOR/02)

4.4.1.2 Fatores semântico-pragmático-discursivos

Em conformidade com as ideias de Labov (2008 [1972]), as escolhas feitas pelo falante em determinado contexto comunicativo são consequência do que o autor chamou de *variação estilística*, em estudo, por ele desenvolvido, sobre as diferenças nos usos da linguagem em seu contexto social. De acordo com essa perspectiva, considera-se como princípio básico da variação estilística o fato de que o comportamento linguístico dos indivíduos não é o mesmo em todas as ocasiões.

A fim de demonstrar que certos contextos comunicativos favorecem o emprego de determinada(s) forma(s), controlaram-se os seguintes fatores: *tipo de referência; natureza do discurso; tipo de enunciado; monitoramento; paralelismo discursivo; relação entre os interlocutores.*

4.4.1.2.1 Tipo de referência

Decidiu-se pelo controle dessa variável com base nos estudos sobre indeterminação, ou referência indeterminada, a exemplo de Menon (1994, 2006), Goddoy, (1999), Setti (1997), Santana (2006), Ponte (2008). Esses estudos observam as estratégias de indeterminação, dentre as quais normalmente se encontram o *tu* e o *você* de valor [+genérico], ou [-determinado]. Ressalta-se, de um modo geral, o fato de as formas eminentemente dêiticas passarem a apontar ‘qualquer pessoa’, uma vez que tanto *eu* quanto *tu* vêm ocorrendo ao lado das demais formas de indeterminação.

Portanto, parte-se da hipótese de que, quando o falante usa uma forma de tratamento para se dirigir ao interlocutor, nem sempre está se referindo a ele propriamente. Depreende-se, desse uso, que o indivíduo seleciona um pronome de forma inconsciente para fazer referência a depender do contexto situacional. Com o objetivo de flagrar o contexto favorável ao uso das variantes consideradas, definiram-se os seguintes fatores:

a. Referência específica

(22) Ó, meu filho, largue esse objeto, larga essa faca a faca corta, é pirigoso, **tu** vai te machucá! (FLOR/08)

b. Referência genérica

(23) INQ.: Como é a vida das pessoas que moram na rua?

INF.: Olha, eu acho que deve ser, sei lá, vivê no inferno, porque **tu**, **tu** nunca sabes se **tu** pode tá ali, mesmo aquele que têm condições de pagar aluguel, porque **tu** tá, eu acho assim, eu imagino, porque eu passei por um período assim, antes de tê a minha casa. (FLOR/08)

4.4.1.2.2 *Natureza do discurso*

Propôs-se o controle desta variável a fim de se observar o comportamento linguístico dos falantes, no que se refere ao uso das formas de 2ª pessoa, diante das situações reais, relatadas e hipotéticas que se impõem ao longo da entrevista. A hipótese inicialmente estabelecida considerou que no discurso reportado e no hipotético os falantes tenderiam a usar mais a variante de maior prestígio ou a variante nula, uma vez que estes seriam contextos que requereriam maior atenção à forma de elaboração da fala.

A seguir, encontram-se listados e exemplificados os fatores considerados nesse grupo:

a) Discurso próprio real – Os discursos assim classificados correspondem às respostas nas quais o informante argumenta, explica, descreve ou expõe algo, emitindo a sua opinião a respeito de determinado assunto ou situação. Desse modo, as receitas e instruções de simpatia enquadram-se nesse grupo, visto que aquela informação faz parte do repertório do informante.

(24) (...) não sei se **você** assistiu Laços de Família? (CUR/06)

b) Discurso próprio hipotético – Esse tipo de discurso consiste numa simulação da fala em determinada situação proposta pelo pesquisador. Nessas respostas o informante simula como ele mesmo falaria, ou alguém, naquela determinada situação, tendo assim possibilidade de elaborar o seu discurso.

(25) INQ.: Você quer saber se o seu amigo bebe leite ou café. Como é que você pergunta?

INF.: O qué que **tu** toma, leite ô café? (REC/01)

c) Discurso próprio relatado – Esse é o que se considera o relato propriamente dito, ou seja, o informante narra uma situação e reproduz a própria fala conforme aconteceu no episódio relatado.

(26) Eu disse: “Eu num estou me lembrando assim de **você**”. “Como assim”, ela disse, “uma brincadera, lá no clube, a gente brincou, tal, e eu tô... me recordano, tô me lembrano de você”. Aí depois eu... puxei pela memória e disse: “Ah, tô me lembrando de **você**”... mas eu num me lembrava. Eu não me lembrava dela, né? (REC/03)

d) Discurso relatado de outrem – Supôs-se que o controle desse discurso separado do relato próprio revelasse alguma informação a respeito do juízo de valor das variantes. Desse modo, acredita-se que o informante reproduziria a fala de alguém numa determinada situação vivida e assim imprimiria a visão que tem a respeito da fala do outro. Confere-se, a seguir, o excerto de um relato de uma situação que o informante viveu na sua juventude para poder iniciar o namoro com a sua atual esposa.

(27) (...) ela me apresentô a mãe dela, a mãe dela... abriu o livro, né? Aí fez aquele sermão, “**Você** sabe que ela não tem pai, só tem mãe. E eu sô o pai e sô mãe dela”... já era velhinha já... “sô o pai e sô mãe dela”... eu digo: “Eu entendo, compreendo muito bem. Por sinal, também eu tô sem pai... tenho só mãe”. Aí... ela disse: “Eu gostaria muito que **você**... tivesse compreensão e... entendesse a minha posição... que... eu sempre eduquei como pobre, eduquei ela, e gostaria que **você** me desse um gosto de... vê ela saí daqui casada, de véu e capela”. Eu disse: “Num se preocupe não que o que dé pra mim fazê eu faço. Eu (inint) vim aqui pedi o consentimento da senhora, pra namorá cum ela im sua casa... e, quanto ao seu gosto, eu vô fazê o possível e o impossível pra realiza”. Aí foi quando... a gente (inint)... namoramos dois ano, cum um ano, noivamos... mais um ano, a gente casô. (REC/03)

4.4.1.2.3 Tipo de enunciado

Ao controlar o grupo *tipo de enunciado*, buscou-se verificar se o tipo de texto produzido pelo informante no decorrer da entrevista teria alguma atuação na escolha da forma de tratamento do interlocutor.

Ao se definirem os fatores foi preciso considerar que nos enunciados produzidos pelos falantes não está presente uma única modalidade discursiva, mas, pelo menos, duas delas imbricadas. Definiu-se, portanto, cada tipo de enunciado com base na modalidade predominante. Listam-se a seguir os fatores controlados:

a) Narração/descrição/instrução/receita: diz respeito aos casos em que o falante relata ao(s) entrevistador(es) uma situação vivida por ele ou por terceiros. Incluem-se também as receitas de comida e instruções de simpatias.

(28) Ele: “Não, eu vou com **vocês**” (ININT.). Eu disse: “Rapaz, vo...**tu** num vai bebê.”
(TER/01)

(29) Éh, a carne, **tu** pica a carne, Ø bota... fritar, Ø bota o óleo ma panela, Ø corta os temperos, Ø bota fritar tudo junto com a carne, depois Ø larga o arroz, depois que a carne tiver bem cozida, (...)Ø larga o arroz, e larga água, até ficar... molhadinho, bem gostoso. (POA/2)

b) Declaração/anúncio

(30) fiquei sabeno que **você** casou... fiquei sabendo que **você** se amigou, **você** se amigou. (REC/02)

c) Ordem/convocação/pedido/convite

(31) Vai passear Eric, vai... rs... Mas tu vai passear! rs... (POA/02)

d) Questionamento/dúvida/hesitação

(32) Você vai sair hoje? (SSA/05)

e) Advertência/ameaça/alerta/abordagem

(33) Saia daí minino, que **você** vai ficar resfriado!

f) Afirmação

(34) INQ.: O médico responde...

INF.: Você vai sair hoje. (SSA/05)

4.4.1.2.4 *Monitoramento*

O repertório de formas intercambiáveis num mesmo contexto implica a escolha entre diversas possibilidades de expressão. Na visão de Labov, há um *continuum* de monitoramento que vai da máxima informalidade até a máxima formalidade. Assim o indivíduo está submetido a interações totalmente espontâneas até as previamente planejadas, as quais requerem mais atenção do falante (BORTONI-RICARDO, 1997, 2004).

Para esta análise, consideraram-se os tipos de questionários como fatores distintos, dados os seus objetivos em particular. Isto se definiu a partir da hipótese de que o contexto das perguntas poderia estar interferindo na variação em análise. Sendo assim, quanto ao *monitoramento*, as ocorrências foram codificadas como mais ou menos monitoradas conforme descrição a seguir:

a) [+monitoramento]: corresponde às respostas dos informantes ao questionário morfosintático, às questões de pragmática e às de prosódia. Supõe-se que nesses contextos o indivíduo dispense maior atenção à forma como elabora seu discurso.

(35) Maria, **tu** tomas café com leite, ô... **Ø** bebe só café, ô só lete... o quê que **tu** vais querer? (FLOR/06)

b) [-monitoramento]: corresponde às respostas elaboradas para os temas de discurso semidirigido e às questões metalinguísticas. Infere-se que, estando mais à vontade nesses contextos da entrevista, o falante utiliza uma fala mais próxima ao seu vernáculo.

(36) INQ.: Tem gente que fala diferente aqui em Curitiba né. O senhor acha que fala diferente um pouco dos outros... pessoas daqui mesmo em Curitiba?

INF.: (...) e o curitibano eu acho que... a gente não tando dentro do Brasil é uma dos... da população que eu acho que fala até mais correto, é... pronuncia bem as palavras porque muitos brasileiros tem... ‘cê não entende às vezes o que o cara fala, o mineiro, do...o carioca fala mais...né, o catarinense às vezes fica...o curitibano mesmo tem o hábito mais de ponunciar mais as frases, mais...é o que gente sente essa diferenciação ... (CUR/07)

4.4.1.2.5 Paralelismo

A variável paralelismo tem sido bastante divulgada nos estudos linguísticos e sua atuação parte do princípio de que o falante tende a repetir, em uma sequência discursiva, uma forma previamente empregada. Assim, a definição desse grupo de fatores baseou-se na hipótese de que o uso de uma forma de terceira pessoa – *você* ou seus correlatos oblíquos e possessivos –, no início da sequência discursiva, desencadearia uma série de repetições da forma *você*, ocorrendo o mesmo em caso de uso *tu* com formas oblíquas e possessivas correspondentes.

Para codificar essa variável, tomaram-se como série discursiva as respostas a uma indagação até que esta fosse interrompida por uma nova pergunta. Esclarece-se que não se considerou como encerramento de um turno o momento em que o inquiridor se pronuncia apenas como sinal de entendimento.

Os fatores considerados no controle da variável estão descritos e exemplificados a seguir:

a) Primeira ocorrência de uma sequência:

(37) Sai da chuva, senão **tu** vais te molhá! (FLOR/03)

b) Forma antecedita de 2ª pessoa

(38) Não, **tu** pode sair, **tu** tens que sair, Ø tens que ir em tal lugar... pra Ø fazer... (FLOR/07)

c) Forma de 3ª pessoa como antecedente

(39) (...) Ø foi embora e Ø esqueceu da brusa aqui (ININT.) **cê** voltá **cê** pega.
(SSA/03)

d) Nome como antecedente

(40) **Nice**, **cê** se esqueceu da brusa aqui (...) (SSA/03)

e) Forma implícita como antecedente

(41) Meu filho, Ø sai hoje, Ø vai passear, Ø vai fazer alguma coisa ...que **tu** gosta de fazer! (POA/07)

4.4.1.2.6 *Relação entre os interlocutores*

Para controlar essa variável baseou-se na ideia de que “[...] o significado lingüístico não se esgota no conteúdo lexical, mas deriva em grande parte, dos contextos lingüísticos ou situacionais em que a forma ocorre” (GRYNER; OMENA, 2004, p. 89).

De acordo com Bortoni-Ricardo (2002), a variação estilística dependerá, dentre outras coisas, da acomodação do falante ao seu interlocutor. Para a autora, talvez seja este o “mais importante determinante do grau de pressão comunicativa que opera sobre o falante” (BORTONI-RICARDO, 2002, p. 335). Isso quer dizer, por exemplo, que o indivíduo que precisa ou deseja impressionar um interlocutor desconhecido hierarquicamente superior “sente-se na obrigação de usar um estilo mais cuidado” (BORTONI-RICARDO, 2002, p. 335), e, para isso precisa estar mais atento à própria fala.

Nesse sentido, é preciso considerar os princípios das *Teorias das relações simétricas* (BROWN; GILMAN, 1960) e da *Teoria da Polidez* (BROWN; LEVINSON, 1978, 1987) (cf. seção 2), segundo as quais as escolhas das formas de tratamento levam em conta o tipo de relação que se estabelece entre os indivíduos envolvidos na situação comunicativa.

As relações entre os informantes foram definidas como solidárias e não-solidárias, levando em conta o grau de intimidade existente entre os indivíduos da interação verbal. Assim, previa-se, que a forma inovadora ocorresse nas relações menos solidárias, ou assimétricas, considerando a conotação de intimidade do *tu* no vernáculo brasileiro frente à

neutralidade do *você*. Optando por essa forma, o falante se isentaria do comprometimento de se exceder na cortesia ou incorrer no destrato.

a) Relações solidárias:

(42) Quem é que te mandou **você** pegar? Não vai mais brincar guarda, guarda que tá atrapalhando aqui, você mesmo pode cair, vai...se machucar (CUR/03).

b) Relações não-solidárias

(43) (...) ela me apresentô a mãe dela, a mãe dela... abriu o livro, né? Aí fez aquele sermão, “**Você** sabe que ela não tem pai, só tem mãe. E eu sô o pai e sô mãe dela”... já era velhinha já... “sô o pai e sô mãe dela”... (REC/03)

4.4.2 Variáveis Extralinguísticas

Sabendo que esta dissertação se baseia em princípios da Sociolinguística e da Dialetoлогия, a consideração das variáveis sociais e geográfica é imprescindível. Assim, nas seções que seguem tecem-se comentários breves acerca desses fatores, lembrando que uma discussão mais detalhada é apresentada na análise dos dados.

4.4.2.1 Grupos de fatores Sociais

No intuito de averiguar as variações diastrática (prestígio social), diageracional e diagenérica/diassexual definiram-se, respectivamente, os seguintes grupos de fatores: escolaridade – nível fundamental e superior; faixa etária – I (18-30) e II (50-65); e sexo – homem ou mulher.

4.4.2.1.1 *Sexo*

Estudos sociolinguísticos sobre diferentes fenômenos em variação no PB têm deixado clara a importância de se controlar a variável *sexo*, visto que, como afirma Paiva (2004), essa variável fornece ao pesquisador uma análise da dimensão social da variação, sobretudo quando há formas prestigiadas e não-prestigiadas em concorrência. Ainda de acordo com

Paiva (2004), os resultados obtidos em tais estudos destacam “um padrão bastante regular em que as mulheres demonstram maior preferência pelas variantes lingüísticas mais prestigiadas socialmente” (PAIVA, 2004, p. 34). No que respeita à variação *tu/você*, Paredes Silva (2003) observou, por exemplo, que, no Rio de Janeiro, a ocorrência de *tu*, sem a concordância canônica, é favorecida entre os homens.

Paiva (2004) adverte que é preciso ter o cuidado de não se generalizar essa ideia do conservadorismo feminino, e sim levar em conta os aspectos da organização sociocultural de cada comunidade. A autora segue afirmando que “ainda que os padrões de correlação possam diferir, eles refletem mais do que diferenças biológicas, diferenças no processo de socialização e nos papéis que cada comunidade atribui a homens e mulheres” (PAIVA, 2004, p. 35).

Na correlação da variável *sexo* com processos de mudança lingüística, apesar de os estudos ressaltarem a inexistência de uma única direção, com frequência, apontam as mulheres como as líderes da mudança. No entanto, segundo Paiva (2004), nesse processo é importante considerar a avaliação que se faz da forma lingüística na comunidade a fim de se definir com maior clareza a atuação da variável *sexo*. Quando a mudança se dá em direção a uma forma socialmente prestigiada, costuma-se verificar as mulheres liderando a mudança, em contrapartida, se a mudança for em direção a uma forma socialmente desprestigiada, “as mulheres assumem uma postura conservadora e os homens tomam a liderança do processo” (PAIVA, 2002, p. 36).

A hipótese inicial para a atuação da variável *sexo*, nesta pesquisa, previa que as mulheres empregariam a variante *você* em detrimento de *tu*, visto que esta forma, mesmo em capitais do sul, é usada predominantemente junto ao verbo sem marca de concordância de segunda pessoa, o que lhe confere uma avaliação social negativa. As mulheres, nesse sentido, por serem mais sensíveis ao prestígio social atribuído às formas, optariam por um pronome de tratamento com menor estigma na comunidade.

4.4.2.1.2 Faixa etária

O estudo da atuação da faixa etária sobre os usos lingüísticos do indivíduo tem permitido observar os processos de variação e mudança na comunidade. De acordo com Silva e Paiva (1996, p. 352), “a comparação da linguagem de diferentes faixas etárias pode revelar

diferentes estágios de uma língua”. Isso quer dizer que é possível flagrar a mudança enquanto ela acontece.

Para isso lança-se mão do recurso que Labov denominou *tempo aparente*, que, como já definido, consiste numa projeção dos usos linguísticos de uma comunidade em vários estágios do tempo. Supondo que a estabilidade linguística do indivíduo aconteça por volta dos 15 anos, uma pessoa hoje com 50 anos refletiria um estágio da língua de 36 anos atrás. Dessa forma, definindo-se diferentes grupos etários, é possível comparar vários estágios da língua e observar o curso da mudança, quando for o caso, ou verificar se se trataria apenas de uma variação estável entre as formas. No primeiro caso, são os falantes mais jovens os responsáveis pela implementação da mudança e os mais velhos aparecem como mais conservadores, preferindo a forma mais antiga. No segundo caso, as variantes convivem por anos, ou mesmo séculos, sem que uma assuma o lugar da outra.

Como informam Silva e Paiva (1996), nem sempre as diferenças etárias significam uma mudança em curso. Por vezes, essas diferenças indicam características de grupos etários, ou seja, traços que se repetem na maneira de falar de jovens e adultos. Algumas características da fala dos jovens, por exemplo, podem desaparecer quando entram na vida adulta. Nesse caso, está-se diante de um fenômeno de gradação etária.

Neste trabalho, definiram-se duas faixas etárias, a saber: faixa I – 18 a 30 anos – e faixa II – 50 a 65 anos. Partiu-se da ideia de que a forma inovadora *você* seria mais usual entre os falantes jovens, que, estando inseridos no mercado de trabalho, sofreriam a pressão que este normalmente exerce sobre o comportamento linguístico dos indivíduos quanto à inibição do uso de variantes socialmente desprestigiadas, como é caso do *tu* com o verbo sem concordância.

4.4.2.1.3 Escolaridade

Está claro que a escola é responsável por mudanças no comportamento linguístico do indivíduo e que ela tem atuado no sentido de acelerar ou retardar processos de mudança.

Em todas as línguas, há formas socialmente prestigiadas e formas que recebem estigma. Essa avaliação, como já ressaltado, não se justifica do ponto de vista linguístico, antes é resultado de um julgamento dos grupos sociais, pautado em critérios políticos, sociais e ideológicos. Como esclarece Votre (2004), essa distinção focaliza o prestígio social dos usuários. Os grupos socioeconomicamente prestigiados são os usuários das formas de prestígio, aquelas que devem ser usadas em ambientes mais formais e elitizados. Em

contrapartida, as formas sem prestígio, julgadas como inferiores, são associadas aos grupos menos favorecidos economicamente.

Segundo Silva e Paiva (1996, p. 342) a investigação, em diversos estudos, da correlação do nível de escolaridade com o comportamento linguístico dos falantes permite estabelecer “um padrão geral que associa a predominância as formas linguísticas padrão a falantes com maior escolarização”.

Dessa forma, partindo da ideia de que a escola desempenha um papel importante no que diz respeito a empreender esforços para a manutenção do domínio da língua padrão e, portanto, para a manutenção da norma de prestígio, resolveu-se testar a influência do nível de escolaridade na escolha dos informantes pelos pronomes *tu* ou *você* para tratar o interlocutor.

Considerando que o *tu*, mesmo nas capitais sulinas, aparece com o verbo na terceira pessoa – forma estigmatizada –, é de se esperar que os indivíduos com mais anos de escolarização revelem preferência pelo uso de *você*, que não sofre estigma.

Os falantes desta pesquisa foram agrupados em dois níveis de escolaridade: ensino fundamental e ensino superior.

4.4.2.2 Fator geográfico

A fim de observar a interferência da origem do falante no uso das formas de referência à segunda pessoa, as ocorrências foram identificadas conforme a localidade dos informantes. Com isso, buscou-se investigar a variação diatópica concernente à aplicação da regra variável em três capitais do Nordeste: Salvador (SSA), Recife (REC) e Teresina (TER); e nas três do Sul: Curitiba (CUR), Florianópolis (FLOR), e Porto Alegre (POA). Vejam-se os exemplos:

a) Teresina

(44) Fulano, para onde **você** está indo ... ô vai? (TER/06)

b) Recife

(45) Pra onde **tu** vai? (REC/06)

c) Salvador

(46) **Você** vai pra onde? (riso) É, vai pra onde, assim, cheio de mala? (SSA/06)

d) Curitiba

(47) Pra onde **cê** vai viajar? (CUR/06)

e) Florianópolis

(48) Fulano, pra onde **tu** tá indo? (FLOR/06)

f) Porto Alegre

(49) Pra onde **tu** vai? (POA/06)

O controle desse grupo contempla o interesse precípua desta pesquisa, o qual consiste em contribuir para o conhecimento da realidade linguística do Brasil do ponto de vista da distribuição geográfica do fenômeno linguístico aqui observado. Logo, partiu-se da hipótese de que o *tu* seria de uso majoritário na região Sul opondo-se, assim, ao Nordeste, em cujas cidades desta amostra o *você* já teria suplantado o *tu* no que respeita ao uso dessas variantes nas capitais.

4.5 FERRAMENTA ESTATÍSTICA: O VARBRUL

Assumir os pressupostos da Sociolinguística Variacionista como uma das bases desta pesquisa implica determinar, para o fenômeno variável em análise, os contextos linguísticos e extralinguísticos que atuam favorecendo, ou não, a aplicação da regra. Pela metodologia variacionista, a aplicação de modelos matemáticos de análises é fundamental para controlar a qualidade e confiabilidade dos dados coletados, visto que calculam o efeito dos fatores que condicionam o fenômeno em variação. De acordo com Scherre (1996, p. 43):

[...] uma das questões centrais da metodologia variacionista consiste em desenvolver ou definir modelos matemáticos que sejam capazes de associar adequadamente pesos relativos ou *probabilidades* aos diversos fatores de cada variável independente ou grupo de fatores, a fim de que se possa medir

a influência que cada um desses fatores exerce sobre a presença de uma ou outra variante de um determinado fenômeno linguístico.

Atualmente há diferentes ferramentas estatísticas para a análise de fenômenos linguísticos, mas é o pacote de programas VARBRUL, modelo desenvolvido por Sankoff, o mais adequado para a análise de fenômenos em variação, uma vez que fornece ao pesquisador uma análise multivariada.

Neste trabalho, utiliza-se a versão desenvolvida por Pintzuk (1988), que estabelece os valores das frequências brutas e os pesos relativos de cada fator, tornando a análise mais confiável. De acordo com Scherre (1996), por trabalhar com base no cálculo dos pesos relativos, este programa é mais adequado do que aqueles que apenas fornecem os números percentuais, “porque ele quantifica a influência relativa de cada variável, atribuindo pesos devidos aos seus diversos fatores” (SCHERRE, 1996, p. 45).

Esses valores, denominados *pesos relativos*, variam num intervalo de 0 a 1 e sua leitura se dá da seguinte forma: quanto mais próximo de 1, maior será a influência do fator sobre o fenômeno. Quando o valor alcançado é perto de 0,50 (ponto neutro), diz-se que a influência do fator é nula.

A seleção dos grupos estatisticamente relevantes para a análise é feita função do *nível de significância*, um valor previamente definido no campo científico (0,05), e do cálculo da verossimilhança máxima (o *log likelihood*). Quando uma variável é selecionada, implica dizer que a ‘hipótese nula’, segundo a qual a variação é aleatória, é rejeitada. Em outras palavras, a variação não se dá ao acaso.

O VARBRUL realiza o processamento de seleção dos diversos grupos de fatores em diversos níveis de análise, “efetuando comparações sucessivas e progressivas entre as variáveis independentes e projetando pesos relativos para os seus respectivos fatores” (SCHERRE; NARO, 2004, p.165). Esse processo é chamado de *step up* e inicia-se no nível zero. Nesse nível, calcula-se o *input* da regra, que, segundo Lemle e Naro (1977, p. 26-7 apud SCHERRE, 1996, p. 48), diz respeito à “probabilidade de aplicação da regra quando o efeito de todos os fatores de todas as variáveis é neutro”.

No nível 1, o programa efetua os cálculos dos pesos relativos para cada grupo de fatores, isoladamente, tomando-os apenas em comparação ao *input* e, com base no *log likelihood* obtido e no nível de significância, faz a seleção do primeiro grupo.

No segundo nível, o programa compara a variável anteriormente selecionada a cada uma das outras e, com base nos cálculos logísticos já referidos, seleciona o segundo grupo.

Em seguida, as duas variáveis selecionadas são comparadas com as demais, três a três, a fim de efetuar-se a seleção do terceiro grupo. Esse procedimento repete-se até que todas as variáveis consideradas significativas pelo programa tenham sido selecionadas.

Em seguida, inicia-se um processo inverso, chamado *step down*, a fim de verificar se as variáveis já selecionadas não serão eliminadas, se todas as não selecionadas são eliminadas e se há variáveis que não são nem selecionadas nem eliminadas (SCHERRE; NARO, 2004).

Por fim, vale salientar que, como afirmam Scherre e Naro (2004), os números fornecidos pelo programa são apenas estatísticas, cabe, portanto, ao linguista a interpretação linguística dos resultados. “Se o lingüista for bom, certamente os resultados lhe permitirão refutar ou não as hipóteses estabelecidas quando da análise dos dados linguísticos” (SCHERRE; NARO, 2004, p. 163).

5 O QUE REVELAM OS DADOS DO ALIB

Expõe-se, neste capítulo, a interpretação dos resultados obtidos a partir da análise estatística realizada com o pacote de programas VARBRUL. Para melhor entendimento da análise, é preciso dizer, desde já, que foram feitas rodadas gerais no VARB2000 confrontando ambas as regiões – alternância *tu/você*: Nordeste vs Sul – e depois separadamente, por região – alternância *tu/você* no Sul e alternância *tu/você* no Nordeste – descritas na próxima seção.

5.1 DISTRIBUIÇÃO GERAL DAS VARIANTES NA AMOSTRA

Apresenta-se aqui uma visão geral das formas de referência documentadas, conforme as variáveis pré-definidas. Exibem-se, em seguida, a frequência das variantes na amostra e a distribuição das mesmas em função das localidades. Após a exposição dos percentuais, procede-se à análise qualitativa, na qual se faz uma abordagem crítica dos valores obtidos mediante a submissão dos dados ao programa estatístico, já apresentado, o VARBRUL.

Inicialmente, contou-se com um total de 1980 ocorrências, distribuídas entre as três estratégias de referência ao interlocutor: formas de *tu* – a subjetiva e as objetivas (com e sem preposição) –, formas de *você* – também a subjetiva e as objetivas (com e sem preposição) – e a forma implícita (chamada de ‘nula’). Logo, confere-se a distribuição das formas concorrentes na amostra.

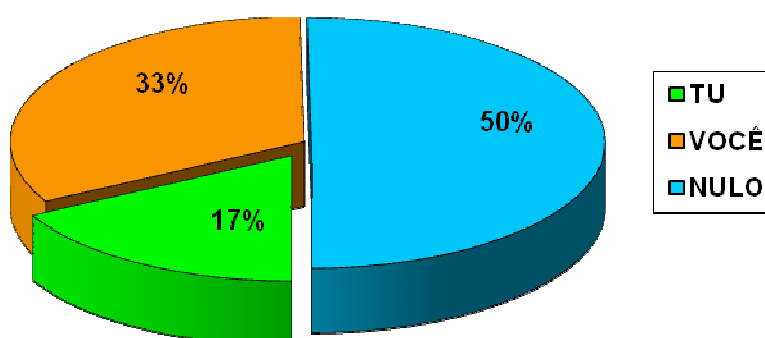


Gráfico 03 – Distribuição geral das variantes na amostra

Como se observa, a quantificação geral das ocorrências no Gráfico 03 demonstra que, dentre as estratégias de referência ao interlocutor, nas capitais analisadas, as formas implícitas

de 2ª pessoa – sujeito ou complemento – correspondem a 50% do total de dados documentados. Os registros de sujeito e de objeto explícitos, por seu turno, apontam para uma alternância entre *tu* e *você*, destacando-se, no entanto, a predominância de *você* (33%) sobre o *tu* (17%).

5.1.1 Distribuição geral das variantes por localidade

Encontram-se no gráfico abaixo os percentuais referentes à distribuição das variantes (formas subjetivas e objetivas) em cada uma das capitais estudadas. Diante disso, pode-se perceber a variação no uso da segunda pessoa no PB, sobretudo no que diz respeito à oposição Nordeste *versus* Sul.

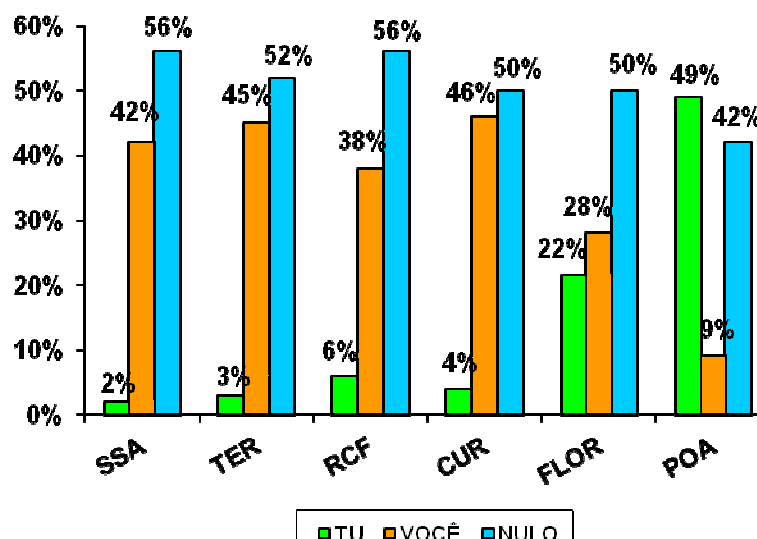


Gráfico 04 – Distribuição geral das variantes em função da localidade

Esse gráfico permite visualizar a preferência pelo uso do *você* com suas formas oblíquas correspondentes, nas capitais nordestinas, de um modo geral. Chama-se a atenção, no entanto, para duas questões já mencionadas na análise do Gráfico 03: (i) o percentual elevado de apagamento, ou da variante nula, e (ii) a predominância do *você* sobre o *tu* na maioria das capitais. Por outro lado, não se pode ignorar a presença expressiva da variante *tu* nas capitais sulinas, sobretudo em POA, corroborando trabalhos com base em *corpus* dessa região (MENON, 1995; LOREGIAN-PENKAL, 1996, 2004; MENON E LOREGIAN-PENKAL, 2002).

Tendo em vista o elevado número de ocorrências com a variante nula em todas as capitais, fazem-se necessários alguns comentários sobre a questão. Primeiramente, é preciso

relembrar que estão incluídos nesse número os casos de objeto nulo, variante que no PB tem revelado percentuais muito expressivos. De acordo com os estudos de Berlinck (1997), Duarte (1989), Freire (2000, 2005) e Omena (1978), visualiza-se no português uma tendência generalizada ao apagamento das formas oblíquas. No entanto, sem que se apurassem melhor os dados, não seria prudente atribuir a alta frequência de uso das formas nulas observadas nesta pesquisa somente à influência do apagamento dos oblíquos, visto ter sido pequeno o emprego de tais formas na amostra em questão.

A fim de comprovar essa ideia, excluíram-se as formas objetivas, de modo que o total de dados ficou reduzido a 1856 ocorrências de formas de sujeito, e os percentuais referentes à distribuição das variantes foram semelhantes aos já apresentados no Gráfico 03, o que se pode verificar na tabela abaixo:

Tabela 05 – Distribuição geral das formas subjetivas de segunda pessoa por localidade

<i>Localidade</i>	<i>Total</i>		<i>Tu</i>		<i>Você</i>		<i>Nulo</i>	
	<i>Ocor.</i>	<i>Aplic.</i>	<i>%</i>	<i>Aplic.</i>	<i>%</i>	<i>Aplic.</i>	<i>%</i>	
Porto Alegre	358	169	47	28	8	161	45	
Florianópolis	355	82	23	82	23	191	54	
Curitiba	387	1	0	179	46	207	53	
Salvador	297	0	0	122	41	175	59	
Recife	297	15	5	107	36	175	59	
Teresina	162	4	2	70	43	88	54	
Total	1856	271	15	288	32	997	54	

Como se observa, a Tabela 05 confirma os resultados já mostrados no Gráfico 04. Em Porto Alegre, o *tu* aparece como forma majoritária para tratamento do interlocutor, seguida da forma com o sujeito implícito e de *você*. Em Florianópolis, há uma concorrência evidente entre as formas *tu* e *você*, ambas com percentual de 23% do total de ocorrências analisadas para esta localidade. Em Curitiba, confirmando resultados de estudos anteriores, já referidos, Loregian-Penkal, (1996, 2004), Menon (1996), Menon; Loregian (2002) e Monteiro (1994), não se verificou o uso da forma canônica de segunda pessoa, tendo sido registrado o *você* como forma preferida pelos falantes.

Percebe-se, diante desses resultados, que os dados do ALiB referentes à distribuição geral das variantes consideradas corroboram outros estudos já realizados sobre o uso dos pronomes nas capitais do sul, além dos mencionados acima, uma vez que se confirmam aqui:

i) a predominância da forma inovadora, *você*, em detrimento de *tu*, nas localidades estudadas, exceto em Porto Alegre (BIDERMAN, 1972; FREITAS; SILVA, 1986, ILARI et al., 1996; CARDOSO, 2008); e, ii) o percentual elevado da estratégia ‘nulo’, superando as formas explícitas *tu* e *você*, na maioria das capitais, não obstante à tendência ao preenchimento do sujeito (DUARTE, 1996), fato que também surpreendeu outros estudiosos (ABREU, 1987; BOTELHO RAMOS; 1989).

Em se tratando do Nordeste, como se verifica na Tabela 05, os falantes soteropolitanos demonstram clara preferência pelo pronome *você*, não tendo sido observada, inclusive, nenhuma ocorrência de *tu* na amostra. Os falantes de Recife e Teresina também empregaram majoritariamente o *você*. Os índices de 5% e 2%, respectivamente, não colocam o *tu* numa concorrência direta com o *você* nessas capitais.

Vale lembrar que os resultados expostos devem apenas ser considerados para a amostra em questão, não sendo prudente, nem cientificamente correto, generalizá-los. Destaca-se, contudo, sua semelhança com dados do NURC apresentados por Freitas e Silva (1986), que constataram presença de *tu* explícito apenas em POA, e por Monteiro (1994), em cuja análise não se registrou um número significativo do pronome *tu*. Cardoso (2008), por sua vez, corrobora esse resultado de ausência de *tu* SSA no corpus do ALiB. Salienta-se, no entanto, que é preciso levar em conta que o tipo de inquérito utilizado para captar os dados pode não ter favorecido construções com o pronome *tu*, devido ao seu estigma na norma dessas localidades.

Quanto ao uso da estratégia sujeito *nulo* para referência à 2ª pessoa, nota-se que há uma maior produtividade dessa variante nas seis capitais estudadas. Importa dizer que, nesta etapa do trabalho, consideraram-se todas as formas de sujeito implícito para se dirigir ao interlocutor, incluindo-se os marcadores conversacionais – como em (50) – e os verbos no imperativo e no infinitivo, que, em geral, dispensam o sujeito explícito – como em (51):

(50) INQ: Porque **você** disse que trabalhava de combe, né?

INF: Certo.

INQ: E como é que ta a situação, já ta resolvida?

INF: A situação não ta resolvida porque ia ter uma negociação ontem, né? [...]

E...não sei se era ontem ou se era hoje, eu vou ver (ININT) quando chegar em casa. Quer dizer, Ø veja só, o presidente é como Deus (ININT) Ø veja quem são, são os próprios presidentes, Ø entendeu? (REC/01)

(51) INQ.: Quando alguém, né?, não quer tomar café sozinho, o que é que ele diz pra convidar outra pessoa? Faz como?

INF.: Ø Venha, Ø senta aqui pra tumá café cumigo! (SSA/02)

Apesar de não ser exatamente o interesse desta pesquisa analisar os fatores que estariam condicionando a escolha do falante pela estratégia *nulo*, há duas questões a considerar: i) a primeira delas diz respeito ao fato de que, pela natureza dêitica dos pronomes de segunda pessoa, já fica evidente na interlocução quem é o interlocutor, sendo, por vezes, desnecessária uma referência com o sujeito explícito; ii) outra questão que não pode ser ignorada é que o uso do sujeito nulo, neste caso, pode representar uma alternativa de esquiva do falante, como afirmam Abreu e Mercer (1988), que, para não se comprometer com seu interlocutor usando uma variante mais informal e íntima, o *tu*, ou uma forma menos íntima, o *você*, opta por não preencher o sujeito.

Menon e Loregian-Penkall (2002), com base em informações de Abreu (1987), afirmam que os falantes optam pela não explicitação do pronome quando se deparam com a dificuldade de categorizar o interlocutor. Diante desse impasse, lançam mão dessa estratégia ‘nula’, pois, “[...] usando uma forma não-marcada, evita-se a descortesia ou um (in) formalismo inadequado” (MENON; LOREGIAN-PENKAL, 2002, p. 153).

A fim de apurar melhor o uso das formas de referência ao interlocutor nas capitais do Sul e do Nordeste, na sequência deste estudo foram excluídas as formas de sujeito implícito, além dos pronomes oblíquos já descartados desta análise. Feito isto, a variável tornou-se binária, considerando-se apenas *tu vs você*, o que reduziu o total de dados a 859.

Nessa perspectiva, segue-se apresentando as rodadas, a fim de demonstrar os grupos de fatores selecionados em cada uma, conforme a ordem fornecida pelo programa.

5.2 DESCRIÇÃO DAS RODADAS

A fim de observar a atuação dos fatores em cada rodada, optou-se por apresentar os resultados por variável selecionada. Desse modo, descrevem-se, a seguir, as rodadas que se efetuaram visando ao refinamento dos dados e elencam-se os fatores selecionados em cada uma delas.

Tendo em vista que em Salvador não houve ocorrências de *tu* e em Curitiba verificou-se apenas um registro dessa variante, essas duas capitais foram excluídas da análise. Para

eliminar esse fator do grupo *localidade*, recorreu-se ao que sugerem Guy e Zilles (2007, p.155) para o procedimento da análise quando não se constata variação em um dos fatores de determinados grupo. Utilizando os exemplos de uma pesquisa sobre *nós* e *a gente*, os autores afirmam que, “[...] se aceitarmos a hipótese de que esse é um contexto realmente categórico que exige o pronome *nós*, é preferível tirar os dados do corpus”.

Do ponto de vista quantitativo, como se verifica na seção anterior, a aplicação da regra configurou-se categórica nas capitais acima referidas, uma vez que não se constatou variação na fala soteropolitana e na curitibana. Outra questão a se destacar diz respeito ao número reduzido de ocorrências, principalmente no nordeste. Isto se atribui ao modelo das entrevistas que, como já se mencionou, não favorecem a ocorrência do fenômeno analisado.

É importante lembrar, ainda, que os grupos de fatores ausentes desta análise não revelaram resultados significativos e foram, por isso, excluídos do arquivo de condições. Entretanto, as alterações só foram realizadas após várias tentativas de combinações de fatores, conforme as pistas numéricas fornecidas pelo programa. Esse refinamento da amostra torna-se necessário a fim de fazer o melhor uso dos dados de que se dispunha.

Apresentadas as rodadas, expõem-se, em seguida, os resultados obtidos para cada variável, verificando-se os condicionamentos do fenômeno nas duas regiões e separadamente, de acordo com a seleção em cada rodada. Isto se justifica pelo fato de cada região apresentar características distintas em seus respectivos vernáculos, em decorrência de fatores diversos, sobretudo da questão sócio-histórica abordada no capítulo 1.

5.2.1 Alternância *tu/você*: Nordeste vs Sul

Esta consiste na análise dos dados das duas regiões em estudo a fim de se verificar a atuação das variáveis na amostra como um todo, sobretudo a interferência do fator geográfico na escolha das formas de 2ª pessoa por parte dos falantes nordestinos e sulistas. Para tanto, procedeu-se ao refinamento dos dados eliminando os nocautes e fazendo os devidos ajustes no arquivo de condições. Sobre essa etapa é importante dizer que se testaram todos os grupos de fatores inicialmente propostos, tanto linguísticos como os extralinguísticos.

Tomando como regra de aplicação a variante *você*, como já explicitado, processaram-se os dados das quatro capitais (Recife, Teresina, Florianópolis e Porto Alegre) representantes da fala nas regiões nordeste e sul do Brasil, uma vez que já se haviam excluído Salvador e Curitiba, como já sabe, por não apresentarem variação. Desse modo, o número de informantes foi reduzido a 32 e os dados coletados foram submetidos ao VARBRUL, obtendo-se, assim,

um total³⁷ de 557 ocorrências. Estas, por sua vez, foram avaliadas quanto ao condicionamento das variáveis propostas realizando-se rodadas para refinamento dos dados.

Tendo-se efetuado as amalgamações e exclusões necessárias para a eliminação dos nocautes, fez-se uma rodada geral com os grupos de fatores restantes. Esta rodada, cujos resultados são expostos ao longo deste capítulo (cf. seção 5.3), apresentou um bom nível de significância, de 0,007, considerando a relevância dos grupos listados abaixo conforme a ordem de seleção do VARBRUL:

- 1) Localidade
- 2) Paralelismo discursivo
- 3) Relação entre os interlocutores
- 4) Tipo de referência
- 5) Tipo de enunciado

Sobre a atuação desses fatores, vale salientar que seus resultados, expostos ao longo da seção 5.3, correspondem à rodada de melhor nível de significância (0,038). Isto implica dizer que há menos de 4% de chance de a hipótese nula ser verdadeira. Assim, confirmou-se a hipótese geral deste trabalho, segundo a qual o uso das formas de referência à 2ª pessoa estaria sujeito a fatores de ordem interna e externa à língua. Desse modo, os resultados obtidos nesta pesquisa refutam, com quase cem pontos percentuais, a hipótese contrária à existência de regras subjacentes à variação aqui constatada.

5.2.2 Alternância tu/você no Nordeste

Conforme dito, para esta rodada consideraram-se apenas os dados de Teresina e Recife, em virtude da ausência de registros da forma *tu* em Salvador. Vale salientar que essa exclusão se faz necessária nesses casos de uso categórico de uma das variantes (neste caso o *você*), uma vez que o método e o suporte quantitativo utilizados visam a identificar os fatores que regulam a ‘variação’. Contou-se, portanto, com um total de apenas 196 ocorrências de pronomes subjetivos de 2ª pessoa.

Diante disso, é importante dizer que a amostra do Nordeste foi a que mais apresentou nocautes e, por isso, foi a que sofreu mais alterações na combinação de fatores submetidos à

³⁷ É importante lembrar que esse total apresentado corresponde ao valor bruto de registros das variantes na amostra, após os referidos ajustes. Entretanto, em algumas tabelas de uma mesma rodada, pode aparecer um valor menor em virtude de alguns fatores não se aplicarem a determinadas ocorrências.

análise quantitativa do VARBRUL. Nessas condições, com um número reduzido de ocorrências nessa região, foram selecionados apenas quatro grupos de fatores, listados, a seguir, conforme a ordem de relevância dos pesos relativos calculados pelo programa:

- 2) Faixa etária
- 3) Paralelismo
- 4) Localidade
- 5) Relação entre os interlocutores

Na análise do Nordeste, de um modo geral, nota-se que os fatores de ordem discursiva estão interferindo mais do que os demais na aplicação da regra variável. Por outro lado, vale destacar que o único grupo de fatores sociais selecionado nesta rodada (a faixa etária) não foi considerado relevante nas outras duas análises (Sul vs Nordeste e Sul isoladamente). Diante dessa sugestão do programa, pode-se pensar que a variante prevalente na fala das capitais nordestinas analisadas não sofre tanta interferência de fatores sociais e linguístico-estruturais, senão das variáveis pragmático-discursivas. Salienta-se, contudo, que somente uma análise com maior quantidade de dados poderia oferecer informações mais seguras sobre isso.

5.2.3 Alternância *tu/você* no Sul

Conforme se procedeu nas outras duas análises, inicialmente fez-se uma rodada geral na qual se testaram todos os grupos de fatores. Conforme mencionado, identificou-se o uso categórico do *você* em Curitiba, o que levou à exclusão dos dados desta localidade, resultando, assim, num total de 361 ocorrências a serem analisadas. Após os devidos ajustes e a eliminação dos nocautes, feita passo a passo, obtiveram-se os fatores considerados estatisticamente relevantes na rodada de melhor nível de significância encontrado (0,004), para a amostra do Sul. Logo, elencam-se abaixo os grupos de fatores considerados relevantes para a aplicação da regra – uso do *você* – no Sul, conforme a ordem de seleção do programa:

- 1) Paralelismo
- 2) Localidade
- 3) Tipo de enunciado
- 4) Tipo de Referência
- 5) Relação entre os interlocutores

Nota-se, por esta relação de fatores, a relevância das variáveis *localidade* e *paralelismo* para a aplicação da regra em análise na mostra do Sul, coincidindo com o nordeste. Com respeito à seleção destes grupos, destaca-se a ordem em aparece em cada uma das rodadas por região. Conforme visto na seção anterior, o *paralelismo* ocupa a última posição dentre os fatores selecionados para o Nordeste, enquanto na análise do Sul figura na primeira posição. A atuação do fator *localidade* confirma a hipótese da variação diatópica intra e interregional. Por fim, podem-se observar, a partir da próxima seção, os resultados desses fatores, bem como dos demais apresentados como estatisticamente relevantes.

5.3 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS

Expõem-se, a seguir, os resultados dos fatores estatisticamente relevantes para a variação em foco, ou seja, as variáveis selecionadas pelo VARBRUL numa rodada com um bom nível de significância ($<0,05$)³⁸. Tendo-se reduzido a variável antes ternária à binária, a análise deu-se em função do *você*. Sendo assim, as tabelas demonstram o total de ocorrências, percentual e peso relativo (>0.5) referentes a essa variante, o valor complementar corresponde ao uso do *tu*.

Faz-se necessário dizer que os resultados serão apresentados de acordo com a natureza da variável e, por isso, agrupados da seguinte forma: i) variáveis linguísticas (estruturais ou gramaticais e pragmático-discursivas); e ii) variáveis sociais. Nesses grupos, por sua vez, segue-se o critério da ordem de seleção fornecida pelo VARBRUL, conforme se verifica nas próximas seções.

5.3.1 Variáveis linguísticas selecionadas

Apresentam-se, a seguir, os grupos de fatores de ordem semântico-pragmático-discursiva selecionados nas rodadas de dados levadas a efeito com o VARBRUL. Vale lembrar que, conforme as combinações dos fatores em cada rodada, feitos os devidos ajustes, as variáveis consideradas relevantes para cada conjunto de dados, nem sempre são as mesmas, conforme a seleção do programa estatístico. Por conseguinte, as posições em que figuram dentre os grupos selecionados, em geral, são distintas. Dito isto, procede-se à apresentação das variáveis linguístico-discursivas selecionadas.

³⁸ Quanto mais próximo de 0,0 há mais chance de a hipótese apresentada ser verdadeira, comprovando, assim, que há interferência do fator testado na variação e, portanto, esta não é aleatória.

5.3.1.1 Paralelismo discursivo

A hipótese que levou ao controle dessa variável consiste na tendência inicialmente atestada por Poplack (1980), segundo a qual ‘marcas levam a marcas’, enquanto a ausência das mesmas leva a uma sequência de formas não-marcadas (SCHERRE; NARO, 1991, 1993; SCHERRE, 1998; HORA; ESPÍNOLA, 2004, LOREGIAN-PENKAL, 2004). Com base nisso, embora não se observe aqui a concordância com os pronomes de 2ª pessoa, diretamente, tentou-se identificar a aplicação desse princípio no emprego das formas *tu* e *você* nas capitais analisadas.

Vale lembrar que cada resposta a uma indagação foi considerada como uma sequência de fala, até que esta fosse interrompida por outra pergunta, excetuando-se a manifestação do inquiridor de cunho fático. Essa definição se fez necessária pela especificidade do fenômeno e a pela modalidade das entrevistas.

Conforme se observa na descrição das rodadas de dados (c.f. seção 5.2), a variável *paralelismo discursivo* foi selecionada nas três rodadas ocupando posições diferentes em cada uma delas. Na rodada envolvendo as duas regiões, essa variável figura em segundo lugar dentre os grupos de fatores selecionados pelo VARBRUL. Nota-se, com isso, que, este foi o primeiro grupo dentre os linguísticos a ser selecionado na ordem geral do programa para a rodada ‘Nordeste vs Sul’. Desse modo, entende-se que essa variável contribui de maneira significativa para a explicação do fenômeno variável em estudo, pelo menos no que diz respeito à amostra com as capitais das duas regiões, como se confere na tabela seguinte:

Tabela 06 – Uso do *você* no Nordeste/Sul segundo a variável *paralelismo discursivo*

<i>Paralelismo discursivo</i>	<i>Apl./Total</i>	%	P.R.
Forma de 3ª pessoa como antecedente	75/78	96	0,95
Nome como antecedente	14/27	52	0,62
Primeira referência de uma sequência	172/323	53	0,47
Forma implícita como antecedente	20/47	43	0,42
Forma de 2ª pessoa como antecedente	5/81	6	0,08
Total	286/556	51	–

Nível de significância: 0,038

Como se observa na Tabela 06, os dados corroboram a tendência de marcas levarem a marcas, apontando para a maior probabilidade de se utilizar a forma *você* quando é antecedida por *forma de 3ª pessoa* – o próprio *você*, um pronome oblíquo ou possessivo correspondente. Este fator se mostrou o mais relevante dentre os demais com um peso de 0,95.

Sobre a tabela 06, destacam-se ainda os pesos relativos dos seguintes fatores: *nome como antecedente*, com peso de 0,62, e *primeira referência de uma sequência*, com peso de 0,47. A respeito das ocorrências de *você* antecedidas de forma nominal (vocativos: senhor (a), título profissional, nome próprio, ou mesmo apelido), observa-se uma influência moderada desse fator na aplicação da regra em função da atuação dos demais fatores desse grupo. Quanto à forma de interlocução que inicia uma sequência, observa-se que este fator encontra-se próximo ao ponto neutro. Significa dizer que para iniciar uma sequência os falantes desta amostra, em geral, não demonstram preferência por nenhuma das variantes consideradas.

Sobre a atuação da variável *paralelismo discursivo* nas rodadas separadas, por região, observa-se que este grupo de fatores foi o primeiro selecionado no Sul e o último no Nordeste. Expõem-se na tabela abaixo os resultados obtidos para esse grupo na amostra do Sul:

Tabela 07 – Uso do *você* no Sul segundo a variável *paralelismo discursivo*

<i>Paralelismo discursivo</i>	<i>Apl./Total</i>	%	P.R.
Forma de 3ª pessoa como antecedente	35/38	92	0,96
Nome como antecedente	10/22	45	0,67
Primeira referência de uma sequência	55/192	29	0,51
Forma implícita como antecedente	7/33	21	0,47
Forma de 2ª pessoa como antecedente	3/76	4	0,14
Total	110/361	30	–

Nível de significância: 0,004

Os dados expostos na tabela acima, referentes às capitais³⁹ do Sul, assemelham-se ao resultado da rodada geral desta variável na amostra (cf. Tabela 06). Com respeito a isso, vale salientar que o número total de ocorrências no sul (361) corresponde a mais da metade do total de dados das duas regiões (556), ao que se atribui essa semelhança de resultados entre as variáveis selecionadas nas rodadas do sul e a geral.

³⁹ Florianópolis e Porto Alegre, conforme justificativa apresentada na seção 5.2.

Considerando, portanto os pesos relativos do *paralelismo discursivo* no uso do *você* no Sul, conforme a tabela Tabela 07 observa-se, que o contexto *forma de 3ª pessoa como antecedente* favorece o uso do *você* (0,96), ainda que se tenham registrado poucas ocorrências dessa variante nas capitais sulinas. Entretanto, ao se observar a relação entre os fatores, nota-se que o que menos favorece a aplicação da regra em análise é justamente o contexto *forma de 2ª pessoa como antecedente*, com peso de 0,14, muito próximo ao resultado deste fator na rodada na rodada geral (0,08). Isto indica que na fala do sul prevalece uma uniformidade no tratamento predominando o emprego das formas de 2ª pessoa (retas, oblíquas e possessivas).

No que concerne à amostra do Nordeste o paralelismo discursivo também se confirmou, apontando inclusive o uso categórico de *você* em contexto *forma de 3ª pessoa como antecedente*. Por isso, fez-se necessário excluir esse fator do grupo a fim de analisar a aplicação da regra nos demais contextos, conforme se verifica na tabela abaixo:

Tabela 08 – Uso do *você* no Nordeste segundo a variável *paralelismo discursivo*

<i>Paralelismo discursivo</i>	<i>Apl./Total</i>	<i>%</i>	P.R.
Primeira referência de uma sequência	117/131	89	0,53
Nome como antecedente	4/5	80	0,32
Forma implícita como antecedente	13/14	93	0,52
Forma de 2ª pessoa como antecedente	2/5	40	0,05
Total	136/155	88	–

Nível de significância: 0,007

Desse modo, tendo-se eliminado o contexto no qual a aplicação da regra se mostrou categórica, observou-se que, dentre os demais fatores, a *primeira referência de uma sequência*, com peso de 0,53, e a *forma implícita como antecedente*, cujo peso é 0,52, favorecem levemente o uso da variante inovadora, o *você*. Observa-se que esses valores estão muito próximos ao ponto neutro; contudo deve-se levar em conta também seu distanciamento em relação aos fatores que desfavorecem a regra.

Conclui-se, portanto, que os falantes das capitais nordestinas, especificamente Teresina e Recife, costumam usar mais o *você* quando, inicialmente, já empregaram uma forma de terceira pessoa; quando iniciam uma sequência e quando usam uma forma implícita como antecedente. Isto implica também a confirmação do princípio do paralelismo, considerando que a aplicação da regra é quase categórica nessa região.

5.3.1.2 Relação entre os interlocutores

A definição dessa variável, como se sabe, tem por base as seguintes teorias: *Teorias da das relações simétricas* (BROWN; GILMAN, 1960) e *Teoria da Polidez* (BROWN; LEVINSON, 1978, 1987). Previa-se, portanto, que a forma inovadora ocorresse nas relações menos solidárias, ou assimétricas, considerando a conotação de intimidade do *tu* no vernáculo brasileiro frente à neutralidade do *você*. Optando por essa forma, o falante se isentaria do comprometimento de se exceder na cortesia ou incorrer no destrato.

Inicialmente, é importante dizer que esta variável foi selecionada em duas rodadas: na geral, com os dados das duas regiões e na do Sul (considerando-se apenas Florianópolis e Porto Alegre).

No que diz respeito à análise geral contendo os dados das quatro capitais analisadas (Recife, Teresina, Florianópolis e Porto Alegre), a *relação entre os interlocutores* destacou-se em segundo lugar na sequência das variáveis linguístico-discursivas selecionados pelo VARBRUL, o que corresponde à 3ª posição na ordem de fatores fornecida pelo programa.

Atentando, sobretudo, para a diferença entre os pesos relativos dos fatores que compõem este grupo, percebe-se que, de fato, a *relação entre os interlocutores* se mostra significativa para a variação aqui analisada. Isto se verifica na tabela a seguir:

Tabela 09 – Uso do *você* no Nordeste/Sul segundo a variável *relação entre os interlocutores*

<i>Relação entre os interlocutores</i>	<i>Apl./Total</i>	<i>%</i>	<i>P.R.</i>
Não-solidária	165/322	52	0,65
Solidária	122/235	44	0,31
Total	287/557	52	–

Nível de significância: 0,038

A análise geral da variável *relação entre os interlocutores* forneceu resultados que comprovam a hipótese a respeito da interferência deste grupo no uso das formas *tu* e *você* no que diz respeito às amostras das regiões nordeste e sul do país juntas. Nos dados conjuntos dessas quatro capitais observa-se uma considerável atuação do fator relação *não-solidária*, com peso 0,65, favorecendo a regra de aplicação, ou seja, o emprego de *você* ocorre mais em contextos de relações assimétricas. Por conseguinte, esta variante é desfavorecida nas relações

em que predomina a solidariedade entre os falantes; não obstante um maior percentual, o fator que remete a uma relação de simetria, denominado *solidária*, apresenta peso de apenas 0,31.

Quanto à relevância da *relação entre os interlocutores* para a variação aqui analisada, na amostra geral, acredita-se que a seleção desta variável, assim como os demais grupos selecionados coincidentes nessas duas rodadas, deva-se à influência dos dados da amostra do Sul. Isto se afirma pelo fato de esta variável não ter sido considerada relevante para a variação em foco na fala do Nordeste. Observem-se os resultados obtidos na análise dos dados da região Sul na tabela a seguir:

Tabela 10 – Uso do *você* no Sul segundo a variável *relação entre os interlocutores*

<i>Relação entre os interlocutores</i>	<i>Apl./Total</i>	%	P.R.
Não-solidária	79/232	34	0,61
Solidária	31/129	24	0,31
Total	110/361	30	–

Nível de significância: 0,004

A interferência da variável *relação entre os interlocutores* na amostra do Sul é muito semelhante ao comportamento desse grupo na rodada anterior, na qual se analisaram os dados das duas regiões. Como se observa na Tabela 10, o tipo de relação *não-solidária*, que indica assimetria e, por conseguinte, [-intimidade], favorece o uso do *você* com peso de 0,61. Isso também se observou na análise das amostras do Sul e Nordeste juntos (0,65) (cf. Tabela 09). Esse resultado já se esperava para FLOR e POA, visto que o *tu* é a forma predominante nessas capitais, ainda que apresente características distintas – pouco *tu* com mais concordância em FLOR e *tu* predominante em POA, porém sem concordância – como já se constatou em Menon e Loregian-Penkal (2002), dentre outras pesquisas com o corpus do VARSUL, já mencionadas ao longo deste trabalho.

Diante desses resultados da amostra do Sul, tudo indica que no conjunto de dados das duas regiões os resultados tendem para a realidade do fenômeno nas capitais sulinas. Desse modo, faz-se necessário observar a atuação dessa variável na amostra do Nordeste, como se confere na Tabela 11 a seguir:

Tabela 11 – Uso do *você* no Nordeste segundo a variável *relação entre os interlocutores*

<i>Relação entre os interlocutores</i>	<i>Apl./Total</i>	<i>%</i>	P.R.
Não-solidária	86/90	96	0,72
Solidária	91/106	86	0,31
Total	177/196	90	–

Nível de significância: 0,007

Os dados da Tabela 11 acima coincidem, de modo geral, com o resultado do Sul no que concerne ao favorecimento da regra nas relações *não-solidárias* (0,72). Ressalta-se, no entanto, que a justificativa para os dados desta amostra diverge da anterior, visto que a variante inovadora é de uso majoritário no Nordeste. Portanto, esperava-se, no mínimo, um equilíbrio no emprego das duas variantes nessas relações. Não confirmando a hipótese inicial, nem a distribuição equitativa das formas em análise, acredita-se que isto revele o contexto de resistência do *tu* como forma de tratamento íntimo. Por outro lado, o *você* confirma-se como forma prestigiada nas mais diversas díades sociais.

Visando a uma melhor compreensão do fenômeno em cada região, decidiu-se, então, cruzar esta variável com a localidade. Ressalta-se, porém, que diante dos poucos registros de *tu* em Teresina, o que ocasionou muitos nocautes, fez-se necessário eliminar os dados desta capital. Desse modo obtiveram-se os resultados expostos na tabela a seguir:

Tabela 12 – Uso do *você* segundo a variável *localidade* e a *relação entre interlocutores*: Nordeste vs Sul

<i>Localidade</i>	<i>Relação entre interlocutores</i>	<i>Apl./Total</i>	<i>%</i>	P.R.
Recife	Não-solidária	55/59	93	0,97
	Solidária	52/63	83	0,78
Florianópolis	Não-solidária	61/115	53	0,64
	Solidária	21/49	43	0,47
Porto Alegre	Não-solidária	18/117	15	0,22
	Solidária	10/80	13	0,07
Total		217/483	45	–

Nível de significância: 0,010

A distribuição dos dados do cruzamento na Tabela 12 revela, sobretudo, a atuação da variável localidade na aplicação da regra. Recife, como se pode observar, aparece como a capital onde o uso de *você* é majoritário, favorecido pelo contexto de relações do tipo *não-solidária*, com peso de 0,97. Em seguida, aparecem Florianópolis e Porto Alegre como fatores condicionantes da aplicação da regra em análise. Nestas capitais o contexto de relação *não-solidária* também favorece a ocorrência da variante inovadora apresentando, respectivamente, peso de 0,64 e 0,22.

Dito isto, destaca-se uma diferenciação pragmática no emprego do *você* em todas as capitais constantes desse cruzamento, o que não significa dizer que isto não aconteça nas demais capitais que inicialmente integraram a amostra e, por motivos já apresentados, foram excluídas da análise. De acordo com os dados expostos na tabela acima fica evidente, então que o contexto de *relação não-solidária* favorece a ocorrência da variante inovadora, como vem se confirmando em outros trabalhos sobre o mesmo fenômeno aqui analisado. Com respeito ao resultado dessa variável controlada em estudos de diversas áreas do Brasil, Modesto (2006, p.32) afirma “que [...] situações cuja relação entre os informantes seja [+solidária] e [+informal] favorece o uso do tu”.

Como se supunha, a *relação entre os interlocutores*, aqui definida como [+solidária] e [-solidária], influencia na escolha por uma das variantes da 2ª pessoa, reproduzindo, assim, uma conjuntura social marcada por acordos não-verbalizados, mas naturalmente cumpridos.

5.3.1.3 Tipo de referência

Diante dos resultados de alguns estudos⁴⁰ sobre indeterminação do sujeito, ou referência indeterminada, nos quais se documentou o uso tanto do *você* quanto do *tu* de caráter [+genérico], decidiu-se controlar a variável *Tipo de referência* a fim de investigar a atuação desse grupo de fatores na escolha dos falantes por uma das estratégias de indeterminação aqui consideradas (*tu* ou *você*).

Como se sabe, e os referidos estudos vêm comprovando, a natureza eminentemente dêiticas das formas de 1ª e 2ª pessoa não obstam o uso desses pronomes como estratégia de indeterminação. No que concerne ao uso do *você* e o tipo de referência expressa, obteve-se o seguinte resultado:

⁴⁰ Menon (1994, 2006), Setti (1997), Goddoy, (1999), Santana (2006), Ponte (2008).

Tabela 13 – Uso do *você* no Nordeste/Sul segundo o *tipo de referência*

<i>Tipo de referência</i>	<i>Apl./Total</i>	%	P.R.
Específica	213/390	55	0,59
Geral	74 /167	44	0,30
Total	287/557	52	–

Nível de significância: 0,038

A hipótese inicial para esse grupo era de que a referência *geral*, ou indeterminada, fosse o contexto de maior ocorrência da forma inovadora, *você*. Acreditava-se que pelo fato desta variante ser uma forma gramaticalizada e preservar características inerentes aos nomes, os falantes a usariam mais como estratégia de indeterminação, em detrimento da forma canônica de 2ª pessoa, o *tu*. Entretanto, como se pode observar na Tabela 13 acima, no universo da amostra aqui analisada é o fator *referência específica* que está favorecendo o uso do *você* com peso de 0,59. Isto implica dizer que o tipo de referência *geral*, ou indeterminada, tem favorecido a ocorrência de *tu*, visto que apresenta peso de 0,30, apenas, para a aplicação da regra variável, uso do *você*.

Ressalta-se, no entanto, que este resultado corresponde à rodada Nordeste vs Sul, na qual se consideraram apenas os dados de duas capitais de cada região, conforme se justificou (c.f. seção 5.2). Desse modo, acredita-se que o grande número de ocorrências de *tu* em POA possa estar interferindo nos pesos desses fatores, visto que na rodada do Nordeste esse grupo não foi selecionado, tendo sido no Sul. Portanto, apresenta-se, a seguir, o comportamento da variável *tipo de referência* na amostra do Sul.

Tabela 14 – Uso do *você* segundo o *tipo de referência* no Sul

<i>Tipo de referência</i>	<i>Apl./Total</i>	%	P.R.
Específica	83/241	34	0,66
Geral	27/120	22	0,21
Total	110/361	30	–

Nível de significância: 0,004

Ao se comparar esta tabela de dados do Sul com a anterior que contém dados das duas regiões analisadas (cf. Tabela 13), pode-se observar que os pesos dos fatores *referência específica* (0,66) e *referência geral* (0,21) são correspondentes no que diz respeito ao

favorecimento da aplicação da regra variável. Isto significa dizer que o *você* é a forma preferida para a referência de conteúdo determinado, ou [+específico].

Diante desses resultados, conclui-se que, de fato, o maior número de ocorrências no Sul certamente interferiu no comportamento desta variável na rodada Nordeste vs Sul. Outro aspecto importante, revelado pelos dados do ALiB aqui analisados, remete à questão da referência indeterminada, propriamente dita. Sobre isso, vale destacar que já se esperava a predominância do uso do *você* para a referência *específica* nessa região, considerando-se que o pronome *tu* é a forma mais utilizada na interlocução no Sul, sobretudo em POA; além disso, estudos com o *corpus* do VARSUL (SETTI, 1997; GODOY, 1999) já vêm confirmando o crescente uso do *tu* de valor indeterminado nessa região.

5.3.1.4 Tipo de enunciado

Inicialmente, é importante informar que o *tipo de enunciado* foi selecionado em duas rodadas: na Nordeste vs Sul, em último lugar, e na do Sul, ocupando a terceira posição na ordem dos grupos considerados relevantes do ponto de vista estatístico. Para proceder à análise dessa variável foi preciso amalgamar alguns fatores, uma vez que, conforme dito (cf. seção 4.4.1.2.3), os diversos tipos de enunciados propostos apresentaram-se de forma imbricada no curso das entrevistas. Assim feito, expõem-se, na tabela seguinte, a atuação da variável *tipo de enunciado* na amostra do Sul, conforme aos fatores definidos para este grupo.

Tabela 15 – Uso do *você* segundo o *tipo de enunciado* no Nordeste/Sul

<i>Tipo de enunciado</i>	<i>Apl./Total</i>	%	P.R.
Declaração/anúncio	19/33	58	0,78
Admiração/espanto/ exclamação	5/14	36	0,71
Ordem/convocação/ chamamento/pedido/convite	4/20	20	0,55
Instrução/receita/descrição/narração	40/133	30	0,49
Questionamento/ dúvida/hesitação	37/106	35	0,47
Advertência/ameaça/alerta/abordagem	3/15	20	0,39
Afirmação	2/40	5	0,32
Total	110/361	30	–

Nível de significância: 0,038

Os resultados da Tabela 15 demonstram que os enunciados do tipo *declaração/anúncio* estão favorecendo a aplicação da regra, com peso de 0,78, seguido das frases que expressam *admiração/espanto/exclamação* (0,71). Quanto aos demais tipos de enunciado que se consideraram para esta análise, destaca-se: *ordem/convocação/chamamento/pedido/convite*, cujo peso é de 0,55, e *instrução/receita/descrição/narração*, com peso de 0,49. Sobre esses dois fatores cabem as seguintes colocações: as formas imperativas predominantes no fator que indica *ordem/convocação* etc. parecem ter atingido um grau de neutralidade no que tange à deferência no trato e com essa forma verbal neutra alternam-se as formas *tu/você* (MENON, 1995); quanto ao segundo grupo, onde se incluem as *receitas*, observou-se uma alternância entre as variantes, ora combinando com o verbo no presente do indicativo, ora com desinências de imperativo.

Sobre o critério utilizado para junção dos fatores deste grupo, é importante lembrar que se atentou para aspecto semântico-discursivo. Observou-se, por exemplo, que as modalidades textuais *instrução* e *receita* se confundem do ponto de vista dos seus objetivos (informar algo a alguém) e se constituem, basicamente, dos gêneros ‘descritivo’ e ‘narrativo’. Por isso, *descrição* e *narração* foram agrupados com *instrução* e *receita* formando todos um só fator.

Diante disso, os resultados aqui apresentados corroboram o que vem se revelando em outros trabalhos a respeito da interferência dessa modalidade discursiva – *receitas* – no uso das formas de segunda pessoa. Não obstante as idiosincrasias das amostras analisadas em outros estudos sobre este fenômeno, o gênero *receita* tem se mostrado relevante para a variação das formas de referência.

Loregian-Penkall (2004), ao analisar a alternância *tu/você* em Florianópolis, Porto Alegre e Ribeirão da Ilha constatou uso categórico de *tu* para o gênero *receita* nessas localidades. Por outro lado, a autora ressalta que esse *tu* é usado com o verbo sem a desinência canônica da 2ª pessoa.

Amor Divino (2008), por sua vez, investigou o uso de *tu* e *você* na amostra de fala de Santo Antônio de Jesus – Bahia. Na análise das *receitas* coletadas nas entrevistas, a autora registrou somente ocorrência de *você* nesse gênero textual. Contudo, ela destaca a alternância entre o *você* de referente determinado e o indeterminado.

Diante desses resultados, conclui-se, preliminarmente, que os gêneros textuais, sobretudo o tipo *receitas*, atua de forma distinta em cada região. Isto se confirma nesta análise uma vez que a variável *tipo de enunciado* foi considerada relevante na amostra do Sul, mas não o foi na amostra do Nordeste.

Tabela 16 – Uso do *você* segundo o *tipo de enunciado* no Sul

<i>Tipo de enunciado</i>	<i>Apl./Total</i>	<i>%</i>	<i>P.R.</i>
Declaração/anúncio	19/33	58	0,84
Admiração/espanto/ exclamação	5/14	36	0,71
Instrução/receita/descrição/narração	40/133	30	0,56
Questionamento/dúvida/hesitação	37/106	35	0,52
Ordem/Convocação/chamamento/pedido/convite	4/20	20	0,41
Advertência/ameaça/alerta/abordagem	3/15	20	0,18
Afirmação	2/40	5	0,12
Total	110/361	30	–

Nível de significância: 0,004

Conforme dito, os tipos de enunciado se apresentam hibridizados nas entrevistas. Como se observa, a aplicação da regra é favorecida pelos fatores que remetem a situações tanto formais – *declaração/anúncio* (0,84) – quanto informais – *admiração/espanto* (0,71) e *instrução/receita/descrição/narração* (0,56). Logo, em comparação com a Tabela 15 anterior, observa-se que o gênero *receita* favorece a aplicação, contrapondo-se aos dados de Loregian-Penkall (2004), que apontaram maioria de *tu* nesse gênero.

5.3.2 Variáveis extralinguísticas: social e geográfica

Apresentam-se, nesta seção, os grupos de fatores externos à língua considerados relevantes, isoladamente, pelo VARBRUL: *localidade* e *faixa etária*.

O primeiro grupo de fatores selecionado foi *localidade*, o qual se mostrou atuante nas três análises, apresentando-se nas seguintes posições: foi o primeiro grupo na ordem apresentada pelo programa na rodada em que se consideraram as capitais do Nordeste e do Sul; já nas rodadas por região, ocupou o segundo lugar no Sul e o terceiro no Nordeste. No que diz respeito ao outro fator social apontado como estatisticamente relevante, a *faixa etária*, observa-se que esta variável só foi selecionada na amostra do Nordeste, ocupando a primeira posição dentre os quatro grupos de fatores apresentados ao final dessa rodada. Isto posto, procede-se à apresentação dos resultados das variáveis *localidade* e *faixa etária*, respectivamente, obedecendo à ordem em que aparecem nas rodadas em que foram selecionadas. Em seguida, será apresentado o cruzamento entre *faixa etária* e *escolaridade* no Nordeste a fim de flagrar o contexto social favorável à aplicação da regra nesta região.

5.3.2.1 Localidade

Tendo já observado a *Distribuição geral das variantes por localidade* (c.f. seção 5.1.1), constatou-se a variação diatópica inter e intraregional, esta muito mais no Sul. Sendo assim, cabe aqui analisar os pesos relativos dos fatores considerados – Teresina, Recife, Florianópolis e Porto Alegre – a fim de identificar o contexto geográfico que mais favorece a aplicação da regra variável em análise.

Como se sabe, esse fator foi selecionados nas três rodadas que se efetuou. Portanto, apresentam-se os resultados da atuação variável *localidade* no uso do *você* no Nordeste vs Sul, e, isoladamente, em cada região. A começar pela rodada geral, obtiveram-se os resultados conforme expostos na Tebla 17 a seguir:

Tabela 17 – Uso do *você* segundo a *localidade*: Nordeste vs Sul

<i>Localidade</i>	<i>Apl./Total</i>	<i>%</i>	P.R.
Teresina	70/74	95	0,95
Recife	107/122	88	0,88
Florianópolis	82/164	50	0,44
Porto Alegre	28/197	14	0,10
Total	287/557	52	–

Nível de significância: 0,038

Como se sabe, a ausência de duas capitais na Tabela 17, acima, uma do Nordeste (SSA) e uma do Sul (CUR), justifica-se por se ter identificado o uso categórico do *você* nessas localidades. Assim, tendo-se excluído seus dados, obteve-se um resultado que demonstra a realidade do fenômeno no Sul referente a POA, apenas 14% de *você*, e FLOR com 50% de aplicação da regra.

Pela exposição dos dados na Tebala 17 anterior, é possível visualizar a atuação do fator geográfico na variação das formas de segunda pessoa na fala do PB. As capitais do Nordeste lideram como contextos favoráveis à aplicação da regra. Em Teresina, com peso de 0,95, é praticamente categórico para o uso do *você*, seguida de Recife com 0,88. No Sul, em contrapartida, observa-se o que se vem confirmando nos estudos (MENON; LOREGIIAN-PENKAL, 2002; LOREGIAN; 2004) sobre o fenômeno nessa região, ou seja, enquanto Florianópolis apresenta um peso de 0,44, pouco abaixo do ponto neutro, Porto Alegre se

mostra um contexto quase categórico de uso do *tu*, uma vez que apresenta peso de apenas 0,10 para a aplicação da regra.

Esses resultados, de um modo geral, coincidem com os dados do ALiB apresentados por Cardoso (2008). Nesse trabalho, ao tratar da variação diatópica das formas *tu* e *você* (cf. seção 2.3.2) no PB, a autora destaca a ausência de *tu* em Salvador, corroborando o resultado da pesquisa aqui apresentada. A respeito de Recife e Teresina, também houve confirmação, tendo-se constatado a predominância da forma inovadora nessas localidades, como se confere na tabela a seguir:

Tabela 18 – Uso do *você* segundo a *localidade*: Nordeste

<i>Localidade</i>	<i>Apl/Total</i>	%	P.R.
Teresina	70/74	95	0,78
Recife	107/122	88	0,32
Total	177/196	90	–

Nível de significância: 0,007

Essa tabela demonstra a variação intrarregional do fenômeno analisado. Como se pode observar, a amostra analisada aponta o uso quase categórico do *você* em Teresina, com peso de 0,98; enquanto em Recife o uso *tu* ainda se mostra resistente à implementação da forma inovadora – *você*. No que respeita à quase ausência de *tu* em Teresina e a decisão por mantê-la no *corpus*, justifica-se pela questão metodológica. Uma vez que se havia excluído Salvador por não se ter registrado ocorrência de *tu*, como é sabido, o programa não aceitaria que se excluísse outro fator do grupo localidade para a análise das regiões isoladas, pois acusaria ‘single group’⁴¹.

Quanto à amostra do Sul, ocorre o mesmo, devido à exclusão dos dados de Curitiba. Sendo assim, nessa outra região em análise obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 19 – O uso do *você* segundo a *localidade*: Sul

<i>Localidade</i>	<i>Apl/Total</i>	%	P.R.
Florianópolis	82/164	50	0,77
Porto Alegre	28/197	14	0,27
Total	110/361	30	–

Nível de significância: 0,004

⁴¹ Grupo com um único fator.

Como se observou na rodada Geral (cf. Tabela 17), os dados expostos na Tabela 19, apontam a variação diatópica entre as capitais do Sul. Esse resultados corroboram estudos já divulgados, acima referidos, sobre a realidade do fenômeno nessa região. Embora não se tenha atentado para a concordância verbal com os pronomes analisados, o número de ocorrência de *tu* e *você* e a análise qualitativa dos inquiridos permitem afirmar que o *tu* documentado em Florianópolis, contexto favorável ao *você* com peso de 0,77, é diferente do que se registra em Porto Alegre (com 0,27 desfavorecendo a aplicação da regra). Isto, como se sabe, já foi atestado nos referidos estudos de Menon e Loregian-Penakal (2002) e Loregian-Penakal (2004).

5.3.2.2 Faixa etária

Como se sabe, a consideração da influência da faixa etária no comportamento linguístico dos falantes tem sido muito relevante nos estudos de fenômenos variáveis, uma vez que permite visualizar se se está diante de uma variação estável, um caso de gradação etária ou de uma mudança em curso.

A variável *faixa etária* só obteve relevância estatística na amostra do Nordeste isoladamente e foi a primeira a ser selecionada pelo VARBRUL nessa rodada, evidenciando a importância da idade sobre variação no uso das formas interlocutórias nas capitais estudadas. Como já lembrado, a fim de controlar essa variável, os falantes foram agrupados em duas faixas etárias, a saber: faixa 1: de 18 a 30 anos e faixa 2: de 50 a 65 anos. A hipótese inicial para a análise da variável considerou que a forma inovadora *você* seria mais usual entre os falantes jovens. Os indivíduos desse grupo etário encontram-se, normalmente, inseridos no mercado de trabalho, o que, de certa forma, exerce uma pressão sobre seu comportamento linguístico no que se refere ao uso de variantes socialmente desprestigiadas, como é caso do *tu* nessa região.

Na tabela, a seguir, expõem-se os resultados obtidos para esse grupo de fatores:

Tabela 20 – Uso do *você* no Nordeste segundo a *faixa etária*

<i>Faixa etária</i>	<i>Apl./Total</i>	%	P.R.
Faixa 1	73/87	84	0,26
Faixa 2	104/109	95	0,70
Total	177/196	90	–

Nível de significância: 0,007

Pelos resultados apontados na Tabela 20, fica evidente que a hipótese com que se trabalhou inicialmente não foi confirmada. O peso relativo de 0,70, alcançado na faixa 2, demonstra que a probabilidade de uso da forma inovadora *você* é maior entre os falantes desse grupo. Ao contrário, os indivíduos da faixa 1 desfavorecem o emprego desse pronome, com o peso de 0,26. Isto implica dizer que a pressão do mercado de trabalho sobre esse grupo não é tão forte quanto se supunha. Tal influência poderia ser melhor definida caso se pudesse contar com uma faixa de idade intermediária.

O gráfico a seguir apresenta uma melhor visualização dos resultados apresentados:

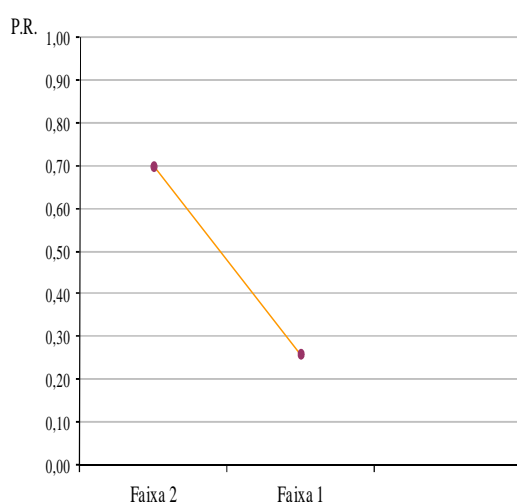


Gráfico 05 – Uso do *você* no Nordeste segundo a faixa etária

Diante do resultado obtido, sugere-se que o emprego do tratamento *você* na faixa 2 possa estar refletindo o caráter mais formal desse item em comparação ao *tu*. Os falantes mais velhos são, em geral, mais formais do que os falantes mais jovens, de modo que a prevalência de *você* nesse grupo atenderia a essa formalidade. Deve-se mencionar, também, que o *tu* no Nordeste aparece associado ao verbo na terceira pessoa, o que estigmatiza o uso da variante. Desse modo, o traço [+ intimidade] inerente a esse pronome juntamente com sua avaliação social negativa fazem dele uma forma a ser evitada por aqueles que desejam ser mais formais.

5.3.2.3 Cruzamento entre faixa etária e escolaridade

A variável *escolaridade*, isoladamente, não produziu significado estatístico em nenhuma das rodadas realizadas, não tendo sido, pois, selecionada pelo VARBRUL. A fim de encontrar alguma informação relevante sobre a atuação desse grupo de fatores no fenômeno analisado, decidiu-se cruzá-lo com o grupo *faixa etária* na amostra do Sul e na do Nordeste. A relevância desse cruzamento, entretanto, só foi atestada para a região esta última, ratificando a ideia de que, na amostra do Sul tomada para este estudo, os fatores sociais não interferem significativamente na variação *tu/você*.

Assim como na maioria dos trabalhos que investigam a atuação da escolaridade sobre os fenômenos variáveis, trabalhou-se aqui com a hipótese de que a escola desempenha um papel importante no que diz respeito a empreender esforços para a manutenção do domínio da língua padrão e, portanto, para a manutenção da norma de prestígio. No que se refere ao fenômeno investigado, buscou-se constatar a influência do nível de escolaridade na opção dos informantes por uma das formas de tratamento disponíveis na comunidade – *tu* ou *você*.

Sabe-se que é o *tu* a forma canônica descrita na GT e nos compêndios escolares como a única possibilidade para o tratamento de segunda pessoa no PB, sendo, portanto, o *você* a forma inovadora. É preciso considerar, entretanto, que o *tu* tem sido empregado, frequentemente, mesmo em capitais do Sul, com o verbo sem a marca de concordância canônica e que construções dessa natureza são avaliadas negativamente, ou seja, recebem estigma. Assim, a insegurança do falante quanto ao domínio das desinências de segunda pessoa e a, conseqüente, tentativa de evitar uma forma desprestigiada fazem-no optar pelo tratamento *você*, que se associa ao verbo de terceira pessoa.

Diante do exposto, esperava-se que a atuação da escola se desse no sentido de favorecer o uso da forma inovadora em detrimento do emprego de *tu*. Em síntese, os falantes com maior nível de escolaridade demonstrariam preferência pelo uso da forma inovadora, uma vez que o uso de *tu* está frequentemente associado ao verbo sem a marca de concordância. Esse cruzamento foi o primeiro grupo a ser selecionado dentre os propostos na rodada. Os resultados obtidos, contudo, refutam, em parte, a hipótese inicial segundo a qual o pronome *você* prevaleceria entre os falantes com ensino superior. Confirmam-se os valores numéricos na tabela a seguir:

Tabela 21 – Uso do *você* no Nordeste segundo as variáveis *faixa etária* e *escolaridade*

<i>Escolaridade</i>	<i>Faixa etária</i>	<i>Apl./Total</i>	<i>%</i>	P.R.
Fundamental	Faixa 1	46/56	82	0,19
	Faixa 2	41/45	91	0,50
Superior	Faixa 1	27/31	87	0,27
	Faixa 2	63/64	98	0,85
Total		177/196	90	

Nível de significância: 0,017

Na Tabela 21, a faixa 2, entre os falantes com escolaridade superior, aparece favorecendo o uso de *você*, com peso relativo de 0,85. No ensino fundamental, essa mesma faixa aparece com o peso de 0,50, representando um contexto neutro para a aplicação da regra. Esses valores refletem, obviamente, os já encontrados para a variável *faixa etária* isoladamente (cf. Tabela 20), em que a faixa 2 favorece o emprego da forma inovadora. Por esse cruzamento, é notório que são os indivíduos com ensino superior nessa faixa os que apresentam maior probabilidade de empregar a variante.

Do exposto, pode-se depreender que a influência da *escolaridade* se manifesta na faixa 2. É possível dizer que à medida que aumentam os anos de escolarização do indivíduo, também aumenta o uso de *você*, considerando que há uma diferença significativa entre os pesos relativos obtidos nos dois níveis de escolaridade.

Na faixa 1, está claro o desfavorecimento do *você*, uma vez que para a ensino fundamental o peso relativo obtido é 0,19 e 0,27 para ensino superior. Nesse sentido, é evidente que não há uma atuação clara da escolaridade, visto que a diferença entre os pesos relativos nos dois níveis é muito discreta.

Por fim, é preciso dizer que o resultado apresentado ratifica a influência da faixa etária na alternância *tu/você* no Nordeste e deixa evidente que a escolaridade, de fato, não é um fator relevante para explicar essa variação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o percurso da mudança das formas pronominais não seja o foco desta pesquisa, pelo caráter sincrônico da análise, apresentou-se introdutoriamente um breve histórico das formas de tratamento, a fim de se ter uma ideia de como se chegou à atual configuração do quadro de pronomes do PB. Nesse sentido, atentou-se, sobretudo, para fatores de ordem pragmático-discursiva e sociais atuantes no processo de reorganização do paradigma pronominal. Ao analisar essa trajetória, observou-se, pelos estudos apresentados, o quanto se faz necessária uma aproximação das perspectivas teóricas aqui consideradas – Dialetolegia, Sociolinguística e princípios do Funcionalismo –, a fim de propiciar uma visão mais abrangente do fenômeno em estudo e da mudança linguística como um todo.

Como se sabe, a pesquisa aqui apresentada resulta de uma investigação em *corpus* de língua oral – Projeto ALiB – cumprindo, assim, o objetivo precípua das pesquisas de cunho dialetológico e sociolinguístico: contribuir para o conhecimento da realidade linguística do PB do ponto de vista da sua distribuição espacial (variação diatópica) e social (variação diastrática, diageracional e diagenérica). Acrescentam-se, ainda, algumas observações a respeito das variáveis pragmático-discursivas, as quais apresentaram maior relevância para a variação em análise, diante da pouca interferência dos grupos de fatores de ordem social e linguístico-estrutural.

No que respeita às hipóteses inicialmente apresentadas para a o desenvolvimento deste trabalho, chegou-se às seguintes conclusões gerais:

- 1) A variação diatópica confirmou-se, principalmente do ponto de vista interregional; o uso da variante inovadora foi predominante no Nordeste (nas três capitais) e o uso do *tu* na região Sul, exceto em Curitiba. Sobre esse aspecto geográfico, ressalta-se ainda o grande número de ocorrências da variante *nulo* em todas as capitais; o uso categórico do *você* em Salvador e Curitiba. Esses dados gerais confirmam, portanto, a primeira hipótese apresentada, segundo a qual o uso do *você* ‘predominaria’ no vernáculo das capitais analisadas, sobretudo no Nordeste, e concorreria com *tu* na região Sul, de modo geral.
- 2) Conforme revelaram os dados ALiB, a respeito da amostra de fala das capitais do Nordeste e do Sul, as variável geográfica mostrou-se mais relevante do que as sociais para a variação das formas de referência ao interlocutor nas referidas

localidades. Desse modo, a segunda hipótese, que supunha interferência dos fatores sociais mais do que a do fator geográfico, foi refutada para a amostra das duas regiões. Entretanto, destaca-se a variável *faixa etária*, único grupo de fatores sociais a ser selecionado pelo VARBRUL, somente na amostra do Nordeste. Sobre esta variável destaca-se que o uso do *você* predominou na fala dos informantes mais velhos (50-65 anos). Isto se confirmou no cruzamento deste grupo com a *escolaridade*, no qual se constatou que tanto no nível fundamental quanto no nível superior os indivíduos da segunda faixa se destacavam liderando a aplicação da regra. O fator *escolaridade*, portanto, não atua de forma significativa no fenômeno variável em análise, de modo que, isoladamente, não foi selecionado. No cruzamento, anteriormente descrito, foi possível observar que apenas na faixa 2 há uma discreta atuação desse grupo de fatores, considerando a diferença entre os pesos relativos obtidos para os dois níveis de *escolaridade*.

- 3) Quanto à interferência dos fatores linguístico-estruturais, ressalta-se o fato de nenhuma variável linguística ter sido selecionada. Isto, provavelmente, tem relação com a quantidade de dados que se registrou. Diante disso, não se pode afirmar que tais variáveis não estariam favorecendo o uso de uma ou outra forma de tratamento.
- 4) A última hipótese geral apresentada consiste na ideia de que a opção dos falantes por uma das formas de interlocução estaria diretamente ligada a aspectos semântico-pragmático-discursivos, o que, de fato, se confirmou para a amostra em questão. Dentre os grupos de ordem linguístico-discursiva selecionados, destacam-se aqui: i) no Nordeste vs Sul: *paralelismo, relação entre os interlocutores, tipo de referência e tipo de enunciado*; ii) no Sul: *relação entre os interlocutores, paralelismo discursivo, tipo de referência e tipo de enunciado*; e iii) no Nordeste: *relação entre os interlocutores, monitoramento e paralelismo discursivo*. Desse modo, com base nas ideias Funcionalistas de Dik (1989), conclui-se, que a língua é, primordialmente, uma entidade pragmática, ou seja, um instrumento simbólico usado com fins comunicativos. De acordo com essa perspectiva, a língua não pode ser adequadamente entendida se os propósitos pragmáticos não forem levados em consideração.

No que concerne à variação aqui estudada, dá-se ênfase a dois aspectos que se mostraram relevantes nesta pesquisa: o diatópico, e o pragmático-discursivo. Isto se justifica porque, a respeito desta amostra, conforme mencionado, as variáveis linguístico-estruturais e sociais não apresentaram relevância para a variação em foco.

Tendo-se atentado para o emprego dos pronomes *tu* e *você* no vernáculo das regiões Nordeste (Salvador, Recife e Teresina) e Sul (nas três capitais) do país, observaram-se, em linhas gerais que as formas de 2ª pessoa *você/tu* não concorrem com a mesma frequência na fala de nenhuma das amostras, nem no Sul, nem, muito menos, no Nordeste.

Assim, ratificando os resultados de outras pesquisas nas duas regiões (LOREGIAN-PENKAL, 1996, 2004; MENON; LOREGIAN-PENKAL, 2002; SETTE, 2001; CARDOSO 2008) e também com base na análise qualitativa das formas documentadas na referida amostra, identificaram-se, em princípio, quatro sistemas de formas alternativas de tratamento. Estas variantes, por sua vez, são expostas, abaixo, conforme a ordem de relevância (da esquerda para a direita) nas áreas em que ocorrem, a saber:

- 1) *tu/nulo* ~ (*você*) em Porto Alegre
- 2) *nulo* ~ *tu/você* em Florianópolis
- 3) *nulo* ~ *você* ~ (*tu*), em Recife e Teresina;
- 4) *nulo* ~ *você*, em Salvador e Curitiba;

Conforme o levantamento procedido e a análise quantitativa dos dados, já se pôde observar a prevalência da estratégia nula de tratamento em quase todas as capitais, excetuando-se Porto Alegre. Sobretudo por esta particularidade do emprego das variantes, inicia-se a descrição desses sistemas. Nesta localidade, como destaca o sistema de tratamento (1) esboçado acima, o uso do *tu* demonstra um certo enfraquecimento, uma vez que se observam os seguintes indícios: i) os registros de *tu* nessa localidade ocorrem, em sua maioria, com o verbo sem desinência correspondente (LOREGIAN-PENKAL, 2004), ou, segundo Menon (1995), ocorre com a chamada marca interiorizada de 2ª pessoa; ii) a variante pronome *nulo* (45%), como já atestara outros estudos do Sul (ABREU, 1987; ABREU; MERCER, 1988), concorre com a forma *tu* (47%) com apenas dois pontos percentuais de diferença (cf. Tabela 5), o que justifica a notação das formas separadas por barra; iii) o *você*, por sua vez, é apresentado entre parênteses, por ter ocorrido em número pouco expressivo, apenas 8%, e, por isso, não representa ameaça direta ao *tu*, tendo-se registrado quase dez pontos percentuais da forma inovadora na amostra da capital do Rio Grande do Sul.

Quanto ao sistema (2) de tratamento, identificado em Florianópolis (*nulo* ~ *tu/você*), a variante sujeito *nulo* apresentou-se em variação com a forma *tu* na fala de alguns informantes, enquanto outros alternaram entre a não realização do pronome e a variante inovadora, *você*, como se verifica nos dados expostos na Tabela 5 (cf. seção 5.1.1).

Desse modo, observou-se a predominância da variante pronome *nulo* (54%) nessa capital, alternando ora com *tu* (23%), ora com *você* (23%). Por esse motivo, apresentam-se, lado a lado, no esquema (2), limitadas por uma barra, o que significa dizer que essas variantes, em termos numéricos, encontram-se equilibradas no *corpus*. Ressalta-se, no entanto, que, diferentemente de Porto Alegre, as ocorrências de *tu* em Florianópolis, em sua maioria, estão em harmonia com o verbo, conforme o paradigma tradicional. Esse uso, como apontaram os dados desta localidade, demonstra a resistência da forma canônica de 2ª pessoa, usada das relações solidárias, frente à implementação do *você*, que se usa na função subjetiva (cf. Tabela 5). O sujeito *nulo*, por sua vez, parece desfazer o impasse da escolha entre um a forma que denota intimidade (*tu*) e a variante inovadora de cunho mais formal, indicando, assim, um tratamento não-solidário.

O sistema de tratamento (3) corresponde à realidade do fenômeno em Recife e Teresina – *nulo* ~ *você* ~ (*tu*). Como se sabe, essas variantes não são empregadas da mesma forma nas duas capitais. Diante disso, destaca-se que o número reduzido de registros nessas localidades e o pequeno percentual de ocorrências de *tu*, somando menos de 10%, permitem apenas ter uma ideia da realidade do fenômeno nessa região. Recife (5%), como se esperava, mostrou-se um contexto favorável ao *tu*, se comparado às outras duas capitais nordestinas principalmente em relação a Salvador, onde não se registrou nenhuma forma canônica de 2ª pessoa em posição de sujeito. Quanto à notação da forma *tu* entre parêntese, justifica-se pelo mesmo motivo do *você*, também entre parênteses no sistema (1) já apresentado. Com isso, destaca-se que a alternância em Recife e Teresina se dá entre as formas *tu* e *você*.

Esse último sistema a ser descrito, o (4) *nulo* ~ *você*, corresponde à realidade do fenômeno na amostra de fala das cidades de Salvador e Curitiba. Como se pode observar na distribuição geral das variantes por localidade (c.f. Tabela 5) não houve registro de *tu* em Salvador e apenas uma ocorrência em Curitiba, a qual se destaca a seguir

- (52) [...] e você com outro aí, quem sabe, cê se arrume na vida, consiga comprá um imóvel... e **tu** vê o que faz, vendemo, dividimo. (CUR/5)

O exemplo acima consiste num trecho de fala de resposta ao questionário TDS. Nesse relato o informante reproduz uma conversa com a ex-esposa, quando ainda eram casados. Desse modo, observa-se que a única ocorrência da forma prototípica para tratamento [+íntimo], e/ou mais solidário, documentou-se, justamente, numa relação de [+intimidade], portanto *relação solidária*, conforme os fatores de *relação do interlocutor* aqui definidos.

A respeito dessa variável que controla um aspecto um tanto quanto subjetivo, cabem aqui algumas considerações: i) esse grupo foi selecionado nas três rodadas, nas quais se basearam a análise dos dados (cf. capítulo 5): Nordeste vs Sul e as regiões isoladamente, o que indica a importância do grupo para a variação em foco; ii) nas três análises, bem como no cruzamento apresentado (*relação entre os interlocutores vs localidade*), a relação *não-solidária* mostrou-se contexto favorável à aplicação da regra variável. É importante lembrar, também, que para proceder a esse cruzamento fez-se necessário excluir os dados de Teresina. Como resultado obteve-se o que já se esperava: as relações não-solidárias constituem contexto favorável à ocorrência do *você*.

O *paralelismo discursivo* foi também selecionado em todas as rodadas, confirmando também para esta análise o princípio de que ‘marcas levam a marcas’. Logo, na amostra geral, com os dados das duas regiões, obteve-se o maior peso relativo, 0,95, para o uso de *você* quando se tem uma *forma de 3ª pessoa como antecedente*.

O grupo de fatores *monitoramento da fala* mostrou-se relevante apenas na amostra do Nordeste, apresentando o pronome *você*, nesta região, como uma variante característica de contextos que requerem maior atenção à fala.

O *tipo de enunciado* foi selecionado na rodada geral, Nordeste vs Sul, e na rodada do Sul isoladamente. No primeiro caso, a regra de aplicação foi favorecida nos enunciados do tipo *declaração/anúncio* e *admiração/espanto/exclamação*. No segundo, além desses contextos, mostrou-se também como fator condicionante *receita/instrução*.

Á última variável, que se julga importante destacar é *tipo de referência*. Com respeito a este grupo, atentou-se, sobretudo para o uso de *tu* e *você* indeterminados. Conforme se verifica na descrição desta variável, bem como na análise dos dados, os referidos estudos sobre este fenômeno vêm destacando a mudança de referente das formas eminentemente dêiticas para uma referência [+genérica], ou indeterminada.

Por fim, tendo-se apresentado a distribuição do quadro pronominal na perspectiva tradicional e do ponto de vista das pesquisas linguísticas, pode-se observar que a GT vem desconsiderando fatos morfossintáticos há muito vigentes no vernáculo do PB.

Sendo este um fenômeno já bastante discutido e explorado, conforme visto em alguns trabalhos apresentados na seção 2.2., faz-se necessário ressaltar que isto não implica, porém, seu “completo” esgotamento. Desse modo, não se acredita que mesmo o somatório de estudos já realizados, acrescidos deste que aqui se expõe, possa esgotar, ou explorar completamente, um tópico de tamanha complexidade como o que aqui se propôs investigar.

Ante o exposto, vale salientar que as considerações aqui apresentadas restringem-se ao universo da mostra em questão – Teresina, Recife e Salvador (Nordeste); Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre (Sul). Entretanto, a partir da comparação com outros estudos pôde-se observar algumas coincidências que levam a crer que os resultados aqui expostos são coerentes com a realidade linguística das localidades observadas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M.T. **Formas de tratamento**: dialeto urbano e oral de Curitiba. 1987. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.
- ABREU, M.T.; MERCER, J.L.V. **O tratamento em Curitiba**: o pronome zero. In: Ilha do Desterro. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.
- AGUILERA, V. A. (Org.). **A geolingüística no Brasil**: caminhos e perspectivas. Londrina: UEL, 1998.
- AGUILERA, V. A. **Atlas Lingüístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- ALMEIDA, G. de S.; DEUS, V. G. de. **A expressão da segunda pessoa em Cartas Brasileiras**: um mi[s]to de cortesia e intimidade. Salvador, 2008. (texto não publicado).
- ALMEIDA, J. F. **Bíblia anotada**. ed. rev. e atualizada. Sociedade Bíblica do Brasil, Brasília, 1994. p. 339.
- ALMEIDA, N. M. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1980.
- AMARAL, A. **O dialeto caipira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia, 1976 [1920].
- AMOR DIVINO, Ludinalva do. **Como trato o meu receptor?** (a propósito do uso de tu/você em Santo Antônio de Jesus-BA). 170f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- ARAGÃO, M. S. S.; BEZERRA DE MENEZES, C. P. **Atlas Lingüístico da Paraíba**. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984. v. 1, 2.
- ARAGÃO, M. S. S. **Um passeio histórico pelos caminhos da geolingüística no Brasil**. In: XV Congresso Internacional da ALFAL - Comunicação, Montevideu – Uruguai, 2008.
- AVOLIO, J. C.; FAURY, M. L. **Michaellis francês**: gramática prática. São Paulo: Melhoramentos, 2006.
- BAKHTIN, M. M.; VOLOSHINOV, V. N. **Marxism and the philosophy of language**. New York: Academic, 1973.
- BECHARA, E. **Moderna gramática da língua portuguesa**. 37. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- BERLINCK, R.; AUGUSTO, M. R.; SCHER, A.P. Sintaxe. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. v. 1. p. 207-244.
- BERLINCK, Rosane de Andrade. Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, 2., 1997, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1997.

BEZERRA, M. A. Uso de *tu/você* em interações infantis. **Letras**, Campinas: PUCCAMP, v. 1, n. 13, p. 96-118, 1994.

BIDERMAN, M. T. C. Formas de tratamento e estruturas sociais. **Alfa**, Marília, n. 18, p. 339-81, 1972/73.

BORTONI-RICARDO, S. M. A análise do português brasileiro em três continua: o *continuum* rural-urbano, o *continuum* de oralidade-letramento e o *continuum* de monitoração estilística. In: GROBE, S.; ZIMMERMANN, K. (Org.). **Substandard e mudança no português do Brasil**. Frankfurt - Alemanha: TFM, 1998. v. 1. p. 101-118.

BORTONI-RICARDO, S. M. Um modelo para a análise sociolingüística do português do Brasil. In: BAGNO, M. (Org.). **Lingüística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 333-350.

BORTONI-RICARDO S. M. Revisitando os contínuos de urbanização, letramento e monitoração estilística. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Org.). **O Português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual**. Frankfurt am Main: Iberoamericana.Vervuert, 2004. v. 1. p. 195-201.

BOTELHO RAMOS, M. P. **Formas de tratamento no falar de Florianópolis**. 1989. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

BRASIL. **Decreto n. 30.643**, de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento.

BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, T.A. et al. **Style in language**. Cambridge: The MIT Press, 1960. p. 253-276.

BROWN, R.; LEVINSON, S. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CAAMAÑO, R.. Acerca del origen del voseo. **Documentos Lingüísticos y Literarios**. 10: 27-30, Valdivia, 1984. Disponível em: <www.humanidades.uach.cl/documentos_linguisticos/document.php?id=277>. Acesso em: 16 dez. 2008.

CALLOU, D. M. I. et al. O Português do Brasil: polarização sociolingüística. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). **Quinhentos anos de história lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 257-292.

CÂMARA JR., J. M. **Dispersos**. Ed. nova, rev. ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 96-100.

CARDOSO, S. A. O atlas lingüístico do Brasil: um projeto nacional. In: AGUILERA, V. A. (Org.). **A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas**. Londrina: UEL, 1998.

CARDOSO, S. A. M. Dialectologia: trilhas seguidas, caminhos a perseguir. **DELTA**, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 25-44, 2001.

CARDOSO, S. A. M. **Atlas Lingüístico de Sergipe II**. Rio de Janeiro: S. A. M. da S. Cardoso, 2002. 2 v.

CARDOSO, S. A. M. A Geolingüística no terceiro milênio: monodimensional ou pluridimensional? **Revista do GELNE**, Fortaleza: UFC, v. 4, n. 1/2, p. 215-223, 2006. Disponível em: <www.gelne.ufc.br/revista_ano4_no2_12.pdf> Acesso: 23 nov. 2008.

CARDOSO, S. A. M. **Caminhos dos pronomes pessoais no português brasileiro: considerações a partir de dados do Projeto ALiB**. 2008. (Comunicação).

CARDOSO, S. A. M. O Projeto ALiB - das origens ao momento atual. In: XV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA, 2008, Montevidéo. **Anais eletrônicos...** Montevidéo: ALFAL, 2008. Disponível em: <<http://www.mundoalfal.org/ALIB.htm>>. Acessado em: 18 nov. 2008.

CARNEIRO, Z. O. **Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo lingüístico-filológico**. 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

CEZÁRIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolingüística. In: MARTELOTTA, M. E. T. (Org.). **Manual de Lingüística**. São Paulo: Contexto, 2008. v. 1.

CHAGAS, P. A mudança lingüística. In: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à lingüística**. São Paulo: Contexto, 2002. v. 1. p. 141-163.

CHAMBERS, J. E.; TRUDGILL, P. **La Dialectología**. Madrid: Visor Libros, 1994.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CINTRA, L. F. **Sobre formas de tratamento na língua portuguesa**. Lisboa: Horizonte, 1972.

COMITÊ NACIONAL. **Atlas Lingüístico do Brasil. Questionários**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

COMITÊ NACIONAL. **Projeto Atlas Lingüístico do Brasil**. Salvador: Instituto de Letras, 1998 e 2003.

COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística**. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença/ EDUSP, 1973.

COUTO, J. **A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento e finais de quinhentos**. Lisboa: Cosmos, 1992.

CUESTA, P. V.; LUZ, M. A. M. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DALTO, Cristiane Dias de Lima. **Estudo sociolingüístico dos pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas nas três capitais do Sul do Brasil**. 132f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

Deus, V. G. **Passei A Noite Procurando Tu No Nordeste E No Sul: O Tratamento Do Interlocutor Em Teresina E Florianópolis A Partir De Dados Do Projeto Atlas Linguístico Do Brasil – Projeto Alib**. 2008b. Comunicação Apresentada Na Xxii Jornada Nacional De Estudos Linguísticos Do Gelne. Maceió: Ufal, 2008.

- DEUS, V. G. **TU ou VOCÊ? O Tratamento do interlocutor em capitais nordestinas a partir de dados do Projeto ALiB: A Variação social em Teresina.** 2008a. Comunicação apresentada no I ABRALIN EM CENA PIAUÍ. Teresina: UFPI, 2008.
- DIAS, E. P. **O uso do tu no português brasileiro falado.** 2007. 104f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- DIK, C. S. **Functional grammar. Dordrecht-holland/Cinnaminson-EUA:** Foris Publications, 1978.
- DIK C. S. **The Theory of Funcional Grammar.** Dordrecht-Holland/Providence RI-USA: Foris Publications, 1989.
- DUARTE, M. E. L. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (Org.). **Mudança lingüística em tempo real.** Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2003. p. 115-128.
- DUARTE, M. E. L. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. (Org.). **Fotografias sociolingüísticas.** Campinas: Pontes, 1989. p. 19-34.
- DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica.** Campinas: Unicamp, 1996. p. 107-128.
- FAGUNDES, E. D. **Ocorrências de objeto direto e indireto nas três capitais do sul do Brasil: clíticos, pronomes lexicais e ausência de preenchimento.** Dissertação (Mestrado) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.
- FARACO, C. A. **Lingüística histórica.** São Paulo: Parábola, 2005.
- FARACO, C. A. **O tratamento você em português: uma abordagem histórica.** Fragmenta, Curitiba: Editora da UFPR, n. 13, p. 51-82, 1996.
- FERREIRA, C. et al. **Atlas Lingüístico de Sergipe.** Salvador: UFBA – Instituto de Letras/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.
- FERREIRA, C.; CARDOSO, S.A. **A dialetologia no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1994.
- FREIRE, G. C. **Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana.** Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- FREIRE, G. C. **A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na fala e na escrita brasileira e lusitana.** 204f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- FREITAS, J; SILVA, A. Tu e você na escola. In: I SIMPÓSIO SOBRE A DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO BRASIL, 1986, Salvador. **Atas...** Salvador, Instituto de Letras da UFBA, 1986. p. 227-236.
- FREITAS, J. **Os pronomes pessoais-sujeito no ensino fundamental: teoria gramatical e orientação do professor.** Salvador: Edufba, 1997a.
- FREITAS, J. **Os pronomes pessoais-sujeito no ensino médio: teoria gramatical e orientação do professor.** Salvador: Edufba, 1997b.

- GIVÓN, T. **Syntax I**. Nova York: Academic Press, 1984.
- GIVÓN, T. **Syntax II**. Nova York: Academic Press, 1990.
- GIVÓN, T. **English grammar**. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1993.
- GODOY, M. A. M. **A indeterminação do sujeito no interior paranaense**: uma abordagem sociolinguística. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.
- GOFFMANN, E. **Interactional ritual**: essays on face to face behavior. New York: Pautton, 1967.
- GOFFMANN, E. A elaboração da face. Uma análise dos elementos rituais da interação social. In: FIGUEIRA, S. (Org.). **Psicanálise e ciências sociais**. Tradução de I. Russo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 76-114.
- GONÇALVES, S. C. L. et al. (Org.). **Introdução à gramaticalização**. São Paulo: Parábola, 2007.
- GOULART, J. A. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961. v. 4.
- GUY, G.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- HALLIDAY, M. A K. **Class in relation to the axes of chain and choice in language**. **Linguistics**, v. 2, 1963, p. 5-15.
- HALLIDAY, M. A K. **Notes on transitivity and theme in English**. **Journal of Linguistics**. **Amsterdã**, v. 2, 1967.
- HALLIDAY, M. A K. **An introduction to functional grammar**. Baltimore: E. Arnold, 1985.
- HAUSEN, T. A. P. **Concordância verbal do pronome 'tu' no interior do estado de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.
- HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Eds.) **Approaches to grammaticalization**. Amsterdã: Benjamins, 1991. 2v.
- HORA, D.; ESPÍNOLA, S. **O paralelismo lingüístico e sua atuação no processo variável da concordância verbo-sujeito**. *Revista da Abralín*, v. 3, n. 1 e 2, p. 217-241, 2004.
- IBGE. **Contagem da população 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 15 set 2008.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD – 2004**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/default.shtm>>. Acesso em: 15 set. 2008.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD – 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/default.shtm>>. Acesso em: 15 set 2008.

IBGE. Mapa da região Sul: Disponível em
http://www.ibge.gov.br/7a12/mapas/brasil/regiao_sul.pdf.

IBGE. Mapa da região Nordeste: Disponível em
http://www.ibge.gov.br/7a12/mapas/brasil/regiao_nordeste.pdf.

ILARI, R. et al. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In: CASTILHO, A. T.; BASÍLIO, M. (Org.). **Gramática do português falado: estudos descritivos**. Campinas: Unicamp, 1996. v. 4. p. 79-168.

ISQUERDO, A. N. A rede de pontos: uma reflexão sobre a história social das capitais de estado que integram o projeto Alib. In: XV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA, 2008, Montevideu. **Anais eletrônicos...** Montevideu: ALFAL, 2008. Disponível em:
 <<http://www.mundoalfal.org/ALIB.htm>>. Acesso em 18 nov. 2008.

KOCH, W.; KLASSMAN, M. S.; ALTENHOFEN, C. **Atlas lingüístico-etnográfico da região Sul do Brasil**. Porto Alegre; Florianópolis; Curitiba: UFRGS/UFSC/UFPR, 2002.

LABOV, W. **Padrões sociolingüísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LAKOFF, R. T. The logic of politeness; or minding your p's and q's. In: LAKOFF, R. T. **Papers from the XIX regional Meeting of the Chicago Linguistics Society**. Chicago, 1973. p. 292-305.

LAVANDERA, B. **Where does the sociolinguistic variable stop?** *Language in Society*, n. 7, p. 171-183, 1978.

LEMLE, M; NARO, A. J. **Syntatic diffusion**. *Ciência e Cultura*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 259-268, 1977.

LOPES, C. R. S. Nós e a gente no português falado culto do Brasil. **DELTA** [online], v.14, n.2, pp. 405-422, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501998000200006&script=sci_arttext>. Acessado em: 20 out. 2008.

LOPES, C. R. S. **A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português: percurso histórico**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

LOPES, C. R. S. **A indeterminação no português arcaico e a pronominalização de nominais: mudança encaixada?** In: V ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS DA ABREM, 2003, Salvador. *Anais...* Salvador, 2003. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/posverna/docentes/70994-2.pdf>>. Acessado em 20 out. 2008.

LOPES, C. R. S. Pronomes pessoais. In: BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. (Org.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007. v. 1. p. 103-114.

LOPES, C. R. S.; CUNHA, C. S. **Pronomes pessoais: a pesquisa sociolingüística e a atualização da gramática**. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA, 1994, Salvador. *Atas...* UFBA, 1994. v. 2.

- LOPES, C. R. S.; DUARTE, M. E. L. **De Vossa Mercê a você: a pronominalização de nominais nos séculos XVIII e XIX.** In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL. Gramado, UFRS. 2002a.
- LOPES, C. R. S.; DUARTE, M. E. L. **Formas nominais e pronominais de tratamento em português: séculos XVIII e XIX.** In: XIII CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ALFAL, San José, Costa Rica. 2002b.
- LOPES, C. R. S.; DUARTE, M. E. **O tratamento em cartas escritas no Brasil: séculos XVIII e XIX.** In: V SEMINÁRIO DO PHPB. Ouro Preto, UFPO/UFMG. 2002c.
- LOPES, C. R. S.; DUARTE, M. E. L. De Vossa Mercê a você: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, S. F.; MOTA, M. A. (Org.). **Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos.** Rio de Janeiro, 2003. v. 1. p. 61-76.
- LOREGIAN-PENKAL, L. **Concordância verbal com o pronome tu na fala do sul do Brasil.** Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- LOREGIAN-PENKAL, L. **(Re)Análise da referência de segunda pessoa na fala da Região Sul.** 260 f. Tese (Doutorado em Letras Estudos Lingüísticos) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- LUCCA, N. N. G. **A variação tu/você na fala brasiliense.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história lingüística moderna.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira.** 6. ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Globo, 1985.
- MACHADO, A. C. M. **A implementação de ‘você’ no quadro pronominal: as estratégias de referência ao interlocutor em peças teatrais no século xx.** 10f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MARCOTÚLIO, L. L. **O fator social como condicionador das formas de tratamento no Brasil setecentista: análise de cartas do Marquês de Lavradio.** Comunicação apresentada na JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- MARROQUIM, M. **A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco.** 3. ed. Curitiba: HD Livros, 1996 [1934].
- MARTELOTTA, M. E. T. (Org.). **Manual de Linguística.** São Paulo: Contexto, 2008. v. 1.
- MARTIN, R. **Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina.** Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- MATTOS E SILVA, R. V. Diversidade e unidade: a aventura linguística do português. Revista **ICALP**, v. 11, 60-72, 1988a.
- MATTOS E SILVA, R. V. Diversidade e unidade: a aventura linguística do português – 2ª parte. Revista **ICALP**, v. 12/13, 13-28, 1988b.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. Uma compreensão histórica do Português Brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). **Quinhentos anos de história lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 219-254.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticale. In: MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Honoré Champion, 1948 [1912].

MENDES, E. A. de M.. Você, o senhor ou o quê? **Linguagem e Ensino**, Pelotas, v.l. 1, n. 1, p.135-150, 1998.

MENON, O. P. S. **Analyse sociolinguistique de l'indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil, à partir des données du NURC/SP**. 1994. Tese – Université Paris 7, Paris.

MENON, O. P. S. O sistema pronominal do Brasil. Revista **Letras**, Curitiba, n. 44, p. 91-106, 1995.

MENON, O. P. S. Clíticos e possessivos em Curitiba: implicações para o ensino. In: FIGUEIREDO, S. (Org.). **Pesquisa e ensino: a diversidade lingüística brasileira**. Rio de Janeiro: GT de Sociolingüística/UFRJ, 1996. p. 101.

MENON, O. P. S. Seu / de vocês: variação e mudança no sistema dos possessivos. In: HORA, D. (Org.). **Diversidade lingüística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 79-92.

MENON, O. P. S. A variação no sistema pronominal do português brasileiro: conseqüências sobre o paradigma verbal. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL A INVESTIGAÇÃO DO PORTUGUÊS EM ÁFRICA, ÁSIA, AMÉRICA E EUROPA: BALANÇO E PERSPECTIVAS**, 1998. Berlim, Instituto Ibero-Americano, 1998.

MENON, O. P. S. **Pronome de 2.^a pessoa no Sul do Brasil: tu / você / o senhor em Vinhas da Ira**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 121-163, 2000.

MENON, O. P. da S.; LOREGIAN-PENKAL, L. Variação no indivíduo e na comunidade: tu/você no sul do Brasil. In: VANDRESEN, P. (Org.). **Variação e mudança na comunidade no português falado da Região Sul**. Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 147-188.

MENON, O. P. S. Tu: um pronom marque. In: **COLLOQUE 2P**, 2003. Paris, Institut Cervantès.

MENON, O. P. S. A implementação de você. In: **VI ENCONTRO DO CELSUL**. Florianópolis, USFC, 2004.

MENON, O. P. S. A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VARSUL. In: VANDRESEN, P. (Org.). **Variação, Mudança e Contato Lingüístico no Português da Região Sul**. Pelotas: EDUCAT, 2006a. v. 1. p. 125-167

MENON, O. P. S. A história de você. In: GUEDES, M.; BERLINCK, R. A.; MURAKAWA, C. A. A. (Org.). **Teoria e análises lingüísticas: novas trilhas**. Araraquara; São Paulo: Laboratório Editorial FCL/UNESP; Cultura Acadêmica Editora, 2006b, p. 99-160.

- MIRA MATEUS, Maria Helena. Se a língua é um fator de identificação cultural, como compreender que uma língua viva em diferentes culturas? In: CARDOSO, Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade Mota; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos anos de história lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.
- MODESTO, A. T. T. Notícias de estudos realizados sobre as formas de tratamento no português brasileiro. Revista **Letra Magna**, n. 2, 2005.
- MODESTO, A. T. T. **Formas de tratamento no português brasileiro**: a alternância tu/você na cidade de Santos – SP. 141f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.
- MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 9-15.
- MONTEIRO, José L. **Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil**. Fortaleza: UFC, 1994.
- MUSSA, A. B. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1991.
- NARO, A. J.; BRAGA, M. L. A interface sociolingüística/gramaticalização, **Gragoatá**, n. 9, p. 125-134, 2000.
- NARO, A. J.; Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, Maria L. (Org.). **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004a, p. 15-25.
- NARO, A. J.; O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004b. p. 43-50.
- NASCENTES, A. **Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, v. 1, 1958.
- NASCENTES, A. O tratamento de “você” no Brasil. **Letras**, Curitiba, n. 5, p. 114-122, 1956.
- NASCENTES, A. **Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, v. 2, 1961.
- NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, M. H. M. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- NICHOLS, J. **Functional Theories of Grammar**. Annual Review of Anthropology, v. 43, p. 97-117, 1984.
- NÚCLEO DE ESTUDOS NEGROS. **Dossiê contra a violência racial em Santa Catarina**. Florianópolis: s/d. Disponível em: < <http://www.nen.org.br/dossie.doc>>. Acesso em: 16 set. 2008.

OLIVEIRA, D. P. (Org.). **ALMS - Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Editora UFMS, 2007.

OLIVEIRA, M. **Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná**. Nuevo Mundos Nuevos, Debates, 2007 [on line]. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index5287.html>>. Acessado em: 16 set. 2008.

OMENA, N. P. **Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

OMENA, N. P.; BRAGA, M. L. A gente está se gramaticalizando? In: MACEDO, A. T. et al. (Ed.). **Variação e discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 75-83.

PAIVA BOLÊO, M. Introdução ao estudo da filologia portuguesa. **Revista de Portugal**, Lisboa, 1946.

PAIVA, M. C. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 33-42.

PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. Mudança lingüística: observações no tempo real. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.). **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 178-190.

PAREDES SILVA, V. L. O retorno do pronome tu à fala carioca. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade, história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 160-169, 2003.

PEZATTI. O Funcionalismo em Lingüística. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (Org.). **Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. p. 165-218.

PIAUI (Estado). **História e dados**. Teresina, 2008. Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/piaui.php?id=1>>. Acesso em: 13 set. de 2008.

PINTZUK, Susan. **Programas Varbrul**. Tradução de Ivone Isidoro Pinto. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1988.

PONTE, V. **A indeterminação do sujeito no português rural do interior do estado da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

POPLACK, S. The Notion of the Plural in Puerto Rican Spanish: Competing Constraints on /s/ Deletion. In: LABOV, W (Ed.). **Locating language in time and space**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1980.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Perfil de Florianópolis**. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/portal/pmf/cidade/perfildeflorianopolis/historia.php>>. Acesso em: 15 set. 2008.

RAMOS, J. O uso das formas você, ocê e cê no dialeto mineiro. In: HORA, D. (Org.). **Diversidade lingüística no Brasil**. João Pessoa: Idéia 1997. p. 43-60.

RAZKY, A. (Org.) **Atlas lingüístico sonoro do Pará**. Belém: PA/CAPES/UTM, 2004. CD.

- ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 43. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 2003.
- RODRIGUES LAPA, M. **Estilística da língua portuguesa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Acadêmico, 1970.
- RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.
- ROSSI, Nelson. **Atlas Prévio dos Falares Baianos**. Rio de Janeiro: INL, 1963.
- RUMEU, M. C. B. **Reflexões acerca da pronominalização de Vossa Mercê na língua portuguesa**. Monografia apresentada no Curso História da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Pós-graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, (mimeo). 2001.
- RUMEU, M. C. B. **Para uma história da pronominalização de “vossa mercê” na língua portuguesa**: uma abordagem sócio-funcionalista. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v. 23, 2004.
- SAID ALI, N. De ‘eu’ a ‘majestade’. In: SAID ALI, M. **Investigações filológicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976. p. 90-106.
- SANKOFF, David. Variable rules. In: AMMON, Ulrich et al (Eds.). **Sociolinguistics**: an international handbook of the science of language and society. New York: Academic Press, 1988. p. 119-127.
- SANTANA, N. M. O. **A indeterminação do sujeito no português rural do semi-árido baiano**. Dissertação – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- SANTOS LUZ, M. Fórmulas de tratamento no português arcaico. **Revista portuguesa de filologia**, n. 9, p. 55-157, 1958-1959.
- SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: 2006 [1916].
- SCHERRE, M. M. P. Pressupostos teóricos e suporte quantitativo. In: OLIVEIRA e SILVA, G. M.; SCHERRE, M. M. P. (Org.) **Padrões sociolingüísticos**: análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p 37-50.
- SCHERRE, M. M. P. Paralelismo lingüístico. **Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte: UFMG, v. 7, n. 2, p. 29-59, 1998.
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 147-177.
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. **Making in discourse**: Birds of a feather. Language variation and change. Cambridge: Cambridge Press, 1991, v. 1, n. 3, p. 23-32.
- SCHERRE, M. M. P. Paralelismo lingüístico. **Estudos da linguagem**, Belo Horizonte: UFMG, v. 7, n. 2, p. 29-59, 1998.
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. **DELTA**, São Paulo, 1993, v. 9, n.1, p. 1-14.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 1-14, 1993.

SETTI, A. C. R. **A indeterminação do sujeito nas três capitais do sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

SILVA, A.; BARCIA, L. R. O tratamento no teatro popular no Brasil e em Portugal dos séculos XVIII e XIX. In: **L ENCONTRO DO GEL**, São Paulo: USP. 2002.

SOARES, M. E. **As formas de tratamento nas interações comunicativas: uma pesquisa sobre o português falado em Fortaleza**. 157f. Dissertação. Rio de Janeiro, PUC/RIO. 1980.

SOCIEDADE TREZE DE MAIO. **120 anos de história, 120 anos de resistência**. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/120-anos-de-historia-120-anos-de-resistencia>>. Acesso em: 16 set. 2008.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolingüística**. 2. ed. São Paulo, Ática, 2005.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TRINDADE, J. B. **Tropeiros**. São Paulo; Editoração Publicações, 1992.

VAN VALIN, R. D. **Functionalism, Anaphora and Syntax. Review Article on Susumo Kuno: Functional Syntax: Anaphora, Discourse and Empathy**. *Studies in Language*, v. 14, n. 1, p. 169-219, 1990.

VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 51-57.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006[1968].

ZÁGARI, R. L. et al. **Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.